



**Trabalhadores, uni-vos!** População de João Pessoa atende à convocação de vários sindicatos e sai às ruas da cidade para protestar contra o projeto de reforma da Previdência apresentado pelo Governo Federal. [Página 8](#)

## Abastecimento em CG vai se normalizar até segunda

Consultoria externa é contratada para investigar as causas de acidente em estação de Gravatá que provocou todo o problema. [Página 5](#)

Foto: MPPB

### Políticas



#### Nova fase da Xequete-Mate prende Roberto Santiago

Empresário foi detido na manhã de ontem em sua residência. À tarde, audiência de custódia foi realizada e juiz decidiu pela manutenção da prisão. [Página 13](#)

### 2º Caderno

#### Quatro espetáculos marcam a programação da Funesc

Peças estão dentro da 18ª Mostra Estadual de Teatro, Dança e Circo, que acontece até o próximo fim de semana em João Pessoa. [Página 9](#)

Foto: Marcos Russo



#### Imortais da PB reverenciam o Correio das Artes

Solenidade na Academia Paraibana de Letras presta homenagem especial aos 70 anos de história do suplemento literário mais antigo do Estado ainda na ativa. [Página 4](#)

Foto: Chico Martins

#### Um terrível ano para os clubes de Campina Grande

Cidade chega a última rodada do Paraibano com três clubes ameaçados de rebaixamento e com o Campinense com dificuldades financeiras. [Página 21](#)



Gonzaga Rodrigues

#### Sem disfarce

Bolsonaro compôs um governo quase inteiro de generais. Mais do que inexperiente, mostrou-se sem tato para entender que a submissão do país aos interesses estrangeiros, bélicos sobretudo, nunca fez parte da tradição do Exército brasileiro. [Página 2](#)

DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E TECIDOS

A VIDA CONTINUA



Central de Transplantes da Paraíba  
(83) 3225-6192 e 3225-6409

GOVERNO DA PARAÍBA SEGRETO

Editorial

## Mother Joana's House

O Brasil é um país com problemas sociais para dar, vender e emprestar. Estão aí, por exemplo, os excluídos de toda sorte, a memória das vítimas e os sobreviventes de todas as formas de violência, que não deixam ninguém mentir. É natural que uma nação marcada pela injustiça espere de seu governante supremo um posicionamento inequívoco, no sentido de contribuir para reparar as desigualdades e promover a melhoria da qualidade de vida do povo.

O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, teve a oportunidade de se reunir com um dos principais mandatários do mundo – o seu colega e ídolo norte-americano, Donald Trump -, mas não tratou de absolutamente nada, digno de nota, no que concerne aos reais interesses de seu País. Preferiu cuidar dos problemas da Venezuela, deixando claro que, para ele, importa mais derrubar Nicolás Maduro, do que alçar seu próprio País do caos em que se encontra.

Bolsonaro protagonizou um show de subserviência, ao escancarar as portas do Brasil, para que estrangeiros dos Estados Unidos, Japão, Austrália e Canadá entrem em nosso País sem precisar de vistos. Enquanto isso, brasileiros continuam amargando dissabores, quando, por algum motivo, tentam pôr os pés, por exemplo, nos Estados Unidos, que continuam tratando cidadãos latino-americanos como se fossem seres humanos de terceira categoria.

Não se tem notícias de uma visita de Bolsonaro a um museu, livraria ou galeria de arte, durante sua visita aos Estados Unidos. O presidente brasileiro, deslumbrado igual criança que vai à Disney, preferiu manifestar pessoalmente sua admiração por Trump, e conhecer a CIA, centro de inteligência conhecido dos latino-americanos, vez que seus espões agiram muito em nosso continente, em décadas passadas, conspirando para derrubar regimes de esquerda.

Ao que parece, Bolsonaro quis dar a entender, também, que é íntimo do serviço secreto norte-americano, e que a ele poderá recorrer não só para tramar contra o regime venezuelano, mas para dissuadir eventuais complôs, armados por seus conterrâneos. Certo é que, ao oferecer o lombo brasileiro, para escora do governo de Trump, o presidente brasileiro fortaleceu as raízes da cultura da violência, usando agora adubo secretamente produzido no exterior.

A salvação da pátria, irônica e paradoxalmente, pode estar dentro dos próprios quartéis. É possível que existam ainda chefes militares nacionalistas em número suficiente para deter os pendores entreguistas de Bolsonaro. Se não tiver, ninguém se assuste se, por esses dias, tanques, aviões e vasos de guerra, ostentando as insígnias estadunidenses, começarem a pontilhar, em número e ousadia cada vez maiores, na terra, no céu e no mar do Brasil.

Crônica

Gonzaga Rodrigues  
gonzagarodrigues33@gmail.com

## Sem disfarce

Num ponto os Bolsonaros fazem a diferença: no jogo aberto.

O presidente, em fala aberta para as câmeras do mundo inteiro, assume o papel de mandatário dos Estados Unidos na “libertação dos venezuelanos”. Diz contar com o apoio dos EUA para isto.

“Temos alguns assuntos que estamos trabalhando em conjunto”. Sem qualquer disfarce, vai à CIA, a agência de Inteligência, e se encontra, seguindo os passos do seu ministro da Justiça, com a diretora acusada de tortura.

Em menos de dez minutos de discurso, abre o jogo que a direita de 1964, mesmo de cobertor curto, tentava disfarçar. Mas exagera na desfaçatez, no descaramento mesmo de se declarar como réplica de Trump na América Latina.

Se em palco aberto a conversa é a que vemos, calcule-se o que chegaram a tratar os dois Trumps de portas fechadas //

O poder sempre cega, sem muitas exceções, seus depositários mais confiáveis. Inexperiente confesso em assuntos de administração

//Se em palco aberto a conversa é a que vemos, calcule-se o que chegaram a tratar os dois Trumps de portas fechadas //

pública, Bolsonaro compôs um governo quase inteiro de generais. Mais do que inexperiente, mostrou-se sem tato para entender que a sub-

missão do país aos interesses estrangeiros, bélicos sobretudo, nunca fez parte da tradição do Exército brasileiro. Os teóricos ou estudiosos da nossa história militar, seja um Nelson Werneck da esquerda ou um Golbery da direita, ressaltam o partido nacionalista de sua doutrina e o respeito à autonomia dos povos. Não têm sido outras as intervenções do general vice-presidente e dos demais representativos dos quadros militares no governo.

Intervindo no poder em 1964, mesmo com apoio direto dos EUA a pretexto de evitar ou frustrar as reformas defendidas pela esquerda, não consta que objetivassem qualquer operação de intervenção no regime de Cuba. Rompidas as relações, o olho militar reduziu seu alcance externo aquém fronteira. Nunca foi alcaguete de qualquer nação imperialista, nem da Inglaterra, no tempo de Floriano, nem nos vinte anos de regime de força renegado em 1988.

CONTATOS: uniaoogovpb@gmail.com REDAÇÃO: (83) 3218-6539/3218-6509



Domingos Sávio  
savio\_fel@hotmail.com

Humor

## UN Informe

Ricco Farias  
papiroeletronico@hotmail.com

### GOVERNO NÃO DESCARTA SABOTAGEM EM SUBESTAÇÃO DE CG

Foto: Ortilo Antônio

É prematuro afirmar que houve uma sabotagem na subestação Gravatá, em Queimadas, da Cagepa, que provocou uma pane no sistema elétrico, provocando o desabastecimento de água em Campina Grande e municípios do compartimento da Borborema. Contudo, as circunstâncias em que ocorreu o problema deixa margem para que se possa pensar nessa possibilidade. Sem descartar, obviamente, a ocorrência de um acidente elétrico. Em



resumo, foi esse o teor da declaração do governador João Azevêdo (foto), que esteve ontem em Campina Grande. A anormalidade com que ocorreu a explosão de transformadores da subestação gerou certa desconfiança dos técnicos quanto à possibilidade de sabotagem do sistema. “Eu, como engenheiro, confesso que nunca vi isso na minha vida”, disse o governador, após afirmar que determinou que fosse feita “uma investigação profunda, séria e dura para entender o que efetivamente causou aquilo”. E detalhou o estranho ocorrido: “Foi causada a explosão de quatro transformadores e a destruição total de todos os quadros de comando da estação”. Outro fator que desperta suspeitas quanto ao ocorrido é que a manutenção dos equipamentos da subestação, de acordo com o presidente da Cagepa, Marcus Vinicius, estava absolutamente em dia. A Polícia Civil também está investigando o caso.

### NINGUÉM QUER?

Vista com desconfiança pela população, a reforma da Previdência é, portanto, impopular. E esse aspecto parece ser um empecilho para que o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da Câmara Federal, Felipe Francischini, consiga indicar um deputado para relatar a proposta. Cinco já declinaram do convite.

### LÍDER DA MAIORIA

Inicialmente, o deputado federal paraibano Aginaldo Ribeiro (PP) seria o preferido do presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia (Democratas), para relatar a reforma da Previdência. A propósito, o parlamentar foi escolhido como líder da maioria na casa e vai comandar todos os partidos da base. E continua cotado para ser o relator.

### CARGOS FEDERAIS

Mas a dificuldade da CCJ de indicar um relator para a proposta de reforma da Previdência também tem outro motivo. Diz respeito à indicação de cargos federais, pelos deputados, em seus respectivos estados. Os parlamentares estão insatisfeitos com a demora de o governo definir a ocupação desses cargos. Isso deverá ocorrer na próxima semana.

### “HIGIENIZAÇÃO SOCIAL”

Tibério Limeira (PSB) acusou a prefeitura de João Pessoa de fazer uma “higienização social” no caso da retirada de famílias instaladas do Porto do Capim. Para ele, a alegação da prefeitura de que as pessoas estariam em área de preservação permanente, por si só, não se sustenta, uma vez que existem pessoas ricas que moram em áreas similares. “E quantas vezes receberam ordens de despejo?”, questionou.

### PAZ EM CASA

Ontem, o Tribunal de Justiça da Paraíba consolidou e encaminhou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) os dados e índices alcançados na 13ª edição da Semana ‘Justiça pela Paz em Casa’, na Paraíba, ocorrida de 11 a 15 deste mês. No período, foram realizadas 545 audiências; prolatadas 470 sentenças, emitidas 160 Medidas Protetivas e analisados 2.088 processos — números superiores às edições de 2018 e 2017.

### MANDETTA CHEGA A PATOS NA SEGUNDA-FEIRA

Na próxima segunda-feira, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, vai a Patos oficializar o credenciamento do Hospital do Bem ao SUS, confirma à coluna o deputado Nabor Wanderley (PRB). O parlamentar elogiou o ex-governador Ricardo Coutinho (PSB), em cuja gestão a unidade de saúde foi criada: “Quero registrar a coragem e a determinação do ex-governador Ricardo Coutinho na construção do Hospital do Bem”. E lembrou que nessa fase antes do credenciamento, o deputado federal Hugo Motta (PRB) conseguiu a liberação de mais de R\$ 8 milhões em emendas parlamentares “para que o governo realizasse a manutenção e o pagamento dos serviços”.

### SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.

Naná Garcez de Castro Dória  
DIRETORA PRESIDENTE

Alblegê Léa Araújo Fernandes  
DIRETORA DE MÍDIA IMPRESSA

Maria Eduarda dos Santos Figueiredo  
DIRETORA DE RÁDIO E TV

### A UNIÃO

Uma publicação da EPC

BR-101 Km 3 - CEP 58.082-010 Distrito Industrial - João Pessoa/PB



Phelipe Caldas

GERENTE EXECUTIVO DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira

GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (083) 3218-6500 / ASSINATURA-CIRCULAÇÃO: 3218-6518 / Comercial: 3218-6544 / 3218-6526 / REDAÇÃO: 3218-6539 / 3218-6509

E-mail: circulaocaouniaoopb@gmail.com (Assinaturas)

OUIDORIA:  
3218-6500

ASSINATURAS: Anual ..... R\$200,00 / Semestral ..... R\$100,00 / Número Atrasado ..... R\$3,00  
CONTATOS: uniaoogovpb@gmail.com

# PB tem bom desempenho em português e matemática

Estado ocupa o primeiro lugar na variação do ganho de proficiência em língua portuguesa no Ensino Médio

**Anézia Nunes**  
Especial para A União

A Paraíba é uma das unidades federativas com melhor desempenho em língua portuguesa e matemática. Primeiro lugar na variação do ganho de proficiência em língua portuguesa no Ensino Médio, considerando o período de 2005 a 2017.

Também ocupa o quinto lugar no país no ganho de proficiência em matemática e em português, acima da média Nordeste e acima da média Brasil, crescendo 14 pontos na escala SAEB 2017 - Sistema de Avaliação da Educação Básica, em matemática, e 13, em português. E ainda o sexto lugar na variação no ganho de proficiência em matemática, no Ensino Médio, também analisando o período de 2005 a 2017.

Os resultados se tornaram frutos de trabalho consistente que envolve todos os aspectos da educação. "Foram projetos-pedagógicos diferenciados das escolas integrais e das escolas regulares e formações do Gira Mundo - Finlândia, Gira Mundo - Israel e a motivação dos nossos alunos, além da implantação de sistema de avaliação



Foto: Edson Matos

Para o secretário de Educação, Aléssio Trindade, os processos pedagógicos adotados na Paraíba contribuíram para a melhora dos indicadores de educação

próprio fazendo com que os indicadores de educação comessem a mudar", esclarece o secretário Aléssio Trindade.

Para o secretário de Estado da Educação (SEE), os resultados do Ideb não refletem de forma fidedigna a realidade da educa-

ção estadual, sobretudo no desenvolvimento do Ensino Médio. "Consideramos que o desenvolvimento do Ensino Médio se dá a partir da realização da ação estruturante de ampliação, reforma, revitalização de infraestrutura, na formação de professores,

intercâmbio internacional de estudantes e professores, laboratórios de matemática e ciências, oferta de cursos técnicos, incentivo à prática de esportes e de artes, além do fomento à educação integral com projetos flexíveis articulados à escolha dos alunos e

seu projeto de vida", afirma Aléssio Trindade.

Ainda de acordo com o secretário, a Paraíba possui sistema próprio de avaliação (Idepb), articulado com um processo de ações e melhorias das escolas, como os prêmios Mestres da

Educação e Escola de Valor. "Para nós, a avaliação não é algo estanque, mas, sim, um elemento dentro do processo de planejamento, que contribui para traçar estratégias que direcionem para o que consideramos ser o desenvolvimento do Ensino Médio", afirma, acrescentando que os resultados do Ensino Médio são refletidos no Enem.

Para o secretário, o Ideb só avalia o desempenho em língua portuguesa e matemática. "Diferente do Enem que considera todas as disciplinas do Ensino Médio e é processo seletivo para ingresso no Ensino Superior. Neste sentido, estamos em desacordo com a abordagem dos resultados publicados, uma vez que eles não refletem a revolução que a educação da Paraíba iniciou com a expansão do Ensino Médio Integral", frisa.

"Esse ano tem prova Brasil e essa prova é que vai dar o resultado do Ideb que vai ser publicado no próximo ano, esperamos grandes melhorias pela frente e grande desempenho na prova Brasil para que possamos atingir as metas nacionais do Ideb", conclui o secretário.

## Selo vai estimular ações para mulheres

As Secretarias da Mulher (Semdh) e da Articulação Municipal (Sedam), em parceria com a Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup), lançam nesta segunda-feira (25), às 9h, no Hotel Nord Luxor Tambaú, em João Pessoa, o selo 'Prefeitura Parceira da Mulher'.

O selo tem o objetivo de estimular prefeituras e prefeitos a adotarem, efetivamente, ações, programas e políticas de direitos das mulheres. Uma pontuação será definida por meio do regulamento e a comissão de avaliação será instalada na primeira semana de abril.

"As ações vão desde a criação de equipamentos de gestão (secretarias, coordenações ou núcleos), centros de referências, até protocolos de atendimento na saúde que beneficiem otimização do pré-natal e parto humanizado, políticas para a autonomia financeira das mulheres, ações para a segurança alimentar e outros", explica a secretária executiva da Mulher e da Diversidade Humana, Lídia Moura.

Segundo Lidia Moura, a construção de parcerias é fundamental para as intervenções e enfrentamento à violência com a motivação de mudar a vida das mulheres com políticas efetivas. "Agradecemos a Famup e a Sedam pela parceria, pois juntando forças vamos mais longe", disse.

O presidente da Famup, George Coelho, defende que uma das principais bandeiras da entidade é a criação de políticas públi-

cas estruturadas e sustentáveis. "Estamos apoiando a criação do selo, pois acreditamos que será importante para estimular o avanço na luta pela igualdade de gênero. Só teremos uma sociedade mais justa e democrática com a valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, político e cultural".

As ações que as prefeituras planejarem para este ano devem ser listadas e enviadas para se inscreverem no programa do selo. A data ainda será definida. A premiação ocorrerá sempre em março do ano subsequente e os critérios seguirão algumas propostas de compromisso, como inserir projeto de doulas na atenção básica, realizar a capacitação de agentes comunitários para o enfrentamento à violência doméstica e morte materna, definir cota mínima de 50% de mulheres nos cargos de primeiro escalão nas gestões, criar órgãos de políticas para mulheres, realizar feiras e espaços de comercialização para mulheres produtoras e artesãs, criar casa de passagem de acolhimento temporário de mulheres em situação de violência, entre outros.

### SERVIÇO

■ **Evento:** Lançamento Selo Prefeitura Parceira da Mulher  
■ **Data:** Segunda-feira, 25  
■ **Horário:** 9h  
■ **Local:** Hotel Nord Luxor Tambaú, em João Pessoa

## Ciência e Inovação

# Finep cumpre agenda para conhecer situação de laboratórios paraibanos

**Teresa Duarte**  
teresaduarte2@hotmail.com

Encerrada ontem a agenda do presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTIC), Waldemar Barroso e do diretor de Desenvolvimento Científico Tecnológico, Wanderley de Souza, a diversas instituições científicas e universidades paraibanas. As visitas, que foram realizadas nos dias 21 e 22 últimos, tendo como objetivo conhecer e analisar as condições dos laboratórios brasileiros para desenvolver editais e

iniciativas cada vez mais refinados.

A agenda foi encerrada na tarde de ontem, na Granja Santana, após reunião realizada com o governador da Paraíba, João Azevêdo, e o secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, Claudio Furtado. Ontem pela manhã, os dois, na companhia da reitora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Margareth Diniz, visitaram as instalações dos laboratórios do Centro de Pesquisas Clínicas para saber quais as reais condições de funcionamento. "Não podemos nos esquecer de que a ciência

é dinâmica e não podemos deixar de continuar modernizando o parque científico brasileiro", disse Wanderley de Souza.

Na visita a UFPB, a reitora falou sobre a retomada das obras inacabadas na instituição e sobre os projetos de pesquisas e intercâmbio, enquanto que os pesquisadores falaram sobre a abertura de editais com valores mais baixos e em maior quantidade. Na oportunidade, o presidente da CPCLF, Rui Macedo, apresentou toda a estrutura da pesquisa clínica envolvendo as instalações, estrutura física oriundos da Finep e

debateram também sobre os problemas com programas que estão atendendo os pesquisadores, atualmente. Na prefeitura da UFPB, Wanderley Souza falou sobre programas para o desenvolvimento científico.

/// Não podemos nos esquecer de que a ciência é dinâmica e não podemos deixar de continuar modernizando o parque brasileiro ///



## Secretário confirma lançamento e novo edital

O secretário Claudio Furtado considerou importante a agenda de visitas do presidente da Finep à Paraíba. "Essa agenda foi muito importante para que ele tenha conhecimento sobre o desenvolvimento no nosso Estado, tendo em vista que a Finep é uma instituição parceira em vários projetos junto com o Governo do Estado, leia-se o Tecnova, cujo objetivo é criar condições financeiras favoráveis e apoiar a inovação por meio de recursos de subvenção econômica, que nós estamos em operação e estamos para lançar mais um edital nos próximos meses", destacou.

A agenda realizada no primeiro dia foi em Campina

Grande, oportunidade em que Waldemar Barroso, esteve no Instituto Nacional do Semiárido (INSA) e no Centro de Tecnologia em Dessalinização de Água. O presidente da Finep explicou que o objetivo de promover a meta dos 100 dias do Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicação; e conhecer o trabalho desenvolvido pelo Instituto Nacional do Semiárido; e o projeto do Centro de Tecnologia em Dessalinização de Águas, em fase de implantação naquele órgão.

O presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa da Paraíba (Fapesq), Roberto Germano, sinalizou que, de acordo com o planejamento da Finep, a Pa-

raíba será o centro de validação da qualidade da água dessalinizada e articula parceria da Finep no desenvolvimento de propostas e projetos voltados para a recuperação de áreas degradadas do Semiárido e outros voltados à sustentabilidade. "É importante que a Finep conheça a base de pesquisa e inovações implantadas no Estado e para futuras parcerias com o Governo do Estado da Paraíba e com nossos centros de pesquisa. Ao conhecer a estrutura científica e tecnológica que temos e conhecer ações que já estão sendo desenvolvidas irá refletir no planejamento de políticas públicas, sobretudo voltadas para o meio ambiente."

# Lançado Edital do Programa de Aquisição de Alimentos

Primeiro edital do PAA vai contemplar agricultores de comunidades quilombolas, indígenas e ciganas

O governador João Azevêdo assinou, nessa sexta-feira (22), o primeiro edital de Chamada Pública do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra com Doação Simultânea, que vai contemplar agricultores de comunidades quilombolas, indígenas e ciganas de diversas regiões do Estado. Estão previstos investimentos da ordem de R\$ 1,2 milhão.

Na ocasião, o chefe do Executivo estadual externou sua alegria, e disse ter certeza e convicção de que ações como essa e outras das quais participou essa semana são produtivas para o Estado da Paraíba. “É bom estar aqui e ver que esse governo continuou andando, que esse governo continuou construindo relação como essa, olho no olho, dizendo o que é, e o que não é possível”, ressaltou.

João Azevêdo afirmou ainda que considera o PAA um programa extraordinário. “A Paraíba mantém com esses editais a possibilidade de termos cada vez mais famílias de agricultura familiar sendo beneficiadas. Um programa que agrega a possibilidade do agricultor vender seu produto com a garantia de recebimento, e ao mesmo tempo um programa que pega esse alimento para alguns segmentos que são vulneráveis e leva esses mesmos alimentos para as unidades do Estado”, argumentou.

E enfatizou: “Esse é um programa muito feliz na sua concepção, porque agrega valores importantes, gera emprego, renda, segurança alimentar e alimentação de qualidade. Como é bom poder estar compartilhando nesse momento uma foto de um balaio como esse para rodar o mundo através das mídias, e dizer isso é agricultura familiar, a riqueza da terra. Isso é o que nos dá a garantia de que, quando o campo não planta, a cidade não janta”.

A secretária de Estado do Desenvolvimento Humano, Gilvaneide Nunes, falou que o PAA representa o crescer, a dignidade e, sobretudo, uma decisão

política. “Esse edital vem dizer que a Paraíba, tem lado sim, e que a Paraíba respeita os agricultores, os quilombolas, os assentados, os indígenas e ciganos. E esse edital é específico para essa população. Esse é apenas o primeiro, iremos investir sim muito mais recursos nessa área. Nesse governo a agricultura familiar tem respeito e vamos avançar com essas e outras políticas públicas”, salientou.

A deputada estadual Cida Ramos, presente à solenidade, afirmou que “a política não pode ser para quem já tem muito. A política deve beneficiar quem nada tem. E o PAA é a reafirmação de um programa fundamental para que a agricultura familiar, em meio a essa crise tão perversa no Brasil, possa dizer: estamos vivos. E que em suas várias modalidades, PAA do Leite, Compras Institucionais e Compra com Doação Simultânea, devemos travar os dentes para que ele permaneça, porque são programas fundamentais. Como são fundamentais o Cartão Alimentação, por ser ele que bota comida na mesa”, observou.

Para Suelles Fideles, agricultora no Município de Pitimbu, o PAA possui um valor simbólico a mais que o dinheiro, porque, além de vender para 200 famílias que são beneficiárias diretas, serve como regulador de mercado. E explicou: “Porque se tem o PAA funcionando, o atravessador não compra por qualquer preço. Então mesmo quem está fora do programa é beneficiado pelo programa, e o atravessador não paga qualquer preço. O PAA, dentre todas as políticas públicas, é o mais dignificante, resume dignidade para o agricultor que vende sua produção por um preço justo, e para a pessoa em vulnerabilidade alimentar que recebe esse alimento como doação do governo, e complementa a alimentação de sua família em casa. E dignidade não tem preço, tem um valor de vida, de luta e de resistência ou de existência”.

## Suplemento literário chega aos 70 anos

### Ex-editores do Correio das Artes são homenageados em cerimônia na APL

André Cananéa  
andrecananea2@gmail.com

A Academia Paraibana de Letras abriu, ontem, suas portas para festejar os 70 anos do Correio das Artes. A agenda teve início segunda-feira passada para celebrar os ideais, o legado e as pessoas que fizeram do Correio, um dos mais importantes suplementos literários do país.

Foram homenageados ex-editores e colunistas durante solenidade prestigiada por escritores, pensadores e intelectuais da cidade no auditório da Academia e coroada com apresentação da orquestra do Prima, Programa de Inclusão através da Música e das Artes, do Governo do Estado.

Formaram a mesa a diretora-presidente da Emprensa Paraibana de Comunicação (EPC), Naná Garcez; a diretora de mídia impressa, Albiege Fernandes; o presidente da APLPB e secretário de Estado da Cultura, Damião Ramos Cavalcanti; o presidente da Associação Paraibana de Imprensa (API), João Pinto; e ainda o poeta Sérgio de Castro Pinto e o jornalista William Costa, respectivamente ex e atual editor do suplemento literário.

Para o anfitrião Damião Ramos Cavalcanti, o Correio das Artes constitui um histórico valioso e a reunião dos mais brilhantes escritores paraibanos. “De forma que é uma honra receber a EPC e o Correio das Artes aqui”, afirmou.

Editores como Gonzaga Rodrigues, Aldo Lopes e Wellington Pereira também marcaram presença, assim como os colunistas Hildeberto Barbosa e Amador Ribeiro Neto. Tanto Gonzaga, quanto o jornalista Agnaldo Almeida,



O jornalista e escritor Gonzaga Rodrigues foi um dos homenageados durante solenidade, que teve a participação do coral do Prima

ex-editor do jornal **A União**, lembraram a participação de outro editor fundamental para a projeção do Correio das Artes: Antônio Barreto Neto (1938-2000).

“Barreto fez do Correio das Artes uma grande escola e deu uma tremenda renovação ao criar novas possibilidades agregando novos poetas”, comenta Agnaldo. Em sua fala, Gonzaga cravou: “Ao lado de Sérgio Castro Pinto e de Jurandy Moura (1940-1980), um dos grandes do Correio das Artes foi Barreto Neto”.

A Sérgio de Castro Pinto, Agnaldo e Gonzaga atribuem a grande expansão do suplemento para além da Paraíba. “Ele deu um destaque nacional muito grande ao Correio das Artes”, pontua Agnaldo. Sérgio lembra que editou o Correio entre 1981 e 1986. Começou com o pé direito: “Logo no primeiro ano, nós que fazíamos jornal conquistamos o Prêmio da Associação Paulista dos Críticos de Arte. Foi considerado o veículo que melhor divulgou a

cultura do país”, lembra, com orgulho.

“Foi uma fase muito rica do Correio das Artes, assim como as outras fases. Os editores sempre primaram por serem ecléticos, no sentido de não abrigarem apenas aquilo que gostam. E isso é muito bom, afinal já imaginou um concretista editar o jornal e só se mostrar receptivo aqueles que corroboram com idealismo concretista?”, indagou o poeta.

Sérgio de Castro Pinto também elogiou a fase atual do Correio, com destaque para o editor atual, William Costa, ressaltando a habilidade do jornalista em manter contatos dentro e fora do país para garantir a qualidade do suplemento. “Tivemos quase 15 editores, todos fantásticos, e eu me sinto parte dessa linhagem, sabendo que é um desafio muito grande. Entretanto, é o coroamento da minha trajetória no jornalismo cultural”, comentou William.

**Nova edição**  
Naná Garcez afirma que

o Correio das Artes chega aos 70 anos com fôlego renovado. A partir deste mês, por exemplo, o suplemento passa a contar com um “QR Code” em suas páginas. Segundo Naná, o código impresso nas páginas do suplemento interage como smartphone e é capaz de levar o leitor a ter acesso a um conteúdo multimídia exclusivo, que vem para somar com a leitura do material.

Assim como o secretário da Cultura, a presidente da EPC também acredita que um dos trunfos do suplemento é sua periodicidade regular. “A partir do último domingo do mês, uma nova edição chega às bancas e livrarias”, avisa, acrescentando que desde a edição de fevereiro, o Correio das Artes passou a circular tanto com o jornal, quanto avulso.

Hoje, a programação conta com um Café Literário, às 10h, na Livraria do Luiz. Na sexta-feira, as comemorações terminam com um Sarau Poético, às 10h, no CCHLA da UFPB.

## + Acesso à alimentação

O PAA, criado em 2003 pelo Governo Federal, tem por finalidades básicas promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, por meio da compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, destinando às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, atendidas pela rede socioassistencial, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, rede pública e filantrópica de ensino.

Na Paraíba, o programa opera em três modalidades: PAA Leite, Compras Institucionais e Compra com Doação Simultânea. No período de 2010 a 2018, por meio desta modalidade, foram contemplados 1.435 agricultores, que juntos comercializaram 3,4 toneladas de alimentos, beneficiando 771 entidades, com investimentos de R\$ 5,9 milhões. O PAA Leite atende atualmente 29.214 mil famílias, em 80 municípios, com produtos fornecidos por 1.287 produtores.

Com o lançamento do Edital de Chamada Pública do PAA, na modalidade Compra com Doação Simultânea, que irá contemplar diversas regiões do Estado, serão beneficiados 185 agricultores, com investimentos da ordem R\$ 1,2 milhão.

## Detran-PB reabre Posto do Valentina

O Posto de Atendimento Avançado do Valentina Figueiredo será reaberto ao público nesta terça-feira (26), após a conclusão das obras de recuperação total da cobertura, de pintura geral do prédio e de manutenção nas redes elétrica e hidráulica, bem como de processamento de dados. Na ocasião da reabertura, o superintendente Agamenon Vieira e demais diretores farão uma visita ao local.

Segundo a direção do Detran-PB, o atendimento ao público será retomado da mesma forma que sempre ocorreu, mantendo todos os serviços da sede, em Mangabeira, a exemplo de obtenção e renovação

da CNH; avaliação clínica e psicológica; psicotécnicos e vistorias. “Por isso, não é necessário o deslocamento dos moradores daquele bairro e adjacências para outros locais de atendimento do órgão”, ressaltou o superintendente Agamenon Vieira.

### Funcionamento

Assim como na sede, será mantido o funcionamento das 8h às 16h30, com entrega das senhas até as 15h. O Posto de Atendimento Avançado do Detran no Valentina Figueiredo fica localizado na Rua Radialista Newton Júnior, 742 - Planalto da Boa Esperança. O telefone para contato é o (83) 3237-9533.

## Primeira-dama ressalta incentivo ao artesanato

A primeira-dama do Estado e presidente de Honra do Programa do Artesanato da Paraíba (PAP), Ana Maria Lins Sales, participou, nessa sexta-feira (22), do terceiro Seminário Paraibano do Artesanato, realizado na cidade de Patos. A primeira-dama também esteve presente nos seminários que ocorreram em João Pessoa e Campina Grande, ambos com o objetivo de retomar as atividades de capacitação do programa, incentivando a qualificação e ampliando os conhecimentos do artesão.

Durante o seminário, prestigiado por artesãos de Patos e cidades vizinhas, ocorreram palestras e debates sobre diversos temas voltados ao empreendedorismo, inovação e incremento do artesanato paraibano. No seminário também hou-

ve a entrega da carteira municipal de artesanato legal para artesãos de Patos.

“O nosso artesanato é muito rico e ainda tem muito para crescer. Com esse tipo de evento os artesãos podem adquirir novos conhecimentos, se capacitarem ainda mais para desenvolver seus negócios e aumentarem a venda de seus artesanatos”, observou Ana Lins.

A primeira-dama ainda acrescentou que por meio do artesanato é possível encontrar a arte vinda do povo e que a missão do Governo do Estado é ajudar a desenvolver ainda mais o trabalho dos artesãos paraibanos.

Para o prefeito de Patos, Bonifácio Rocha, este seminário é um espaço que promove o incentivo e valorização do artesanato.



Foto: Otílio Antônio

# Abastecimento d'água de CG será normalizado em 3 dias

## Governo do Estado garantiu a recuperação do sistema da Estação de Tratamento de Água de Gravatá, avariado por pane elétrica

O governador João Azevêdo anunciou ontem, durante entrevista coletiva à imprensa, na Gerência Regional da Borborema, em Campina Grande, o compromisso do Governo do Estado de normalizar o abastecimento d'água na Rainha da Borborema e região nas próximas 72 horas. Na ocasião, o chefe do Executivo estadual também destacou o esforço da gestão para recuperar, em sete dias, o sistema da Estação de Tratamento de Água (ETA) de Gravatá, que teve seu funcionamento suspenso por completo desde a noite do último dia 15, por causa de uma pane elétrica que avariou equipamentos, quadros de comando e todo o sistema elétrico do local.

Na coletiva, João Azevêdo explicou as primeiras medidas adotadas pelo governo desde que tomou conhecimento do problema. "Identificamos uma subestação de porte parecido em Pernambuco e conseguimos, junto ao governador

Paulo Câmara, dois transformadores, a estação elevatória e todos os equipamentos que pudessem ser deslocados para Campina Grande. Essa foi a primeira grande decisão que possibilitou que em sete dias nós reconstruíssemos uma subestação do tamanho de Gravatá. É importante destacar o enorme esforço da Cagepa, considerando que para adquirir novos transformadores e instalar uma nova subestação, a fábrica dá um prazo de 70 dias para entregar os equipamentos e seria impossível esperar esse tempo para fazer a recuperação do sistema", esclareceu.

O governador também informou que o sistema começaria a ser energizado no final da tarde de ontem e em aproximadamente 20 horas o bombeamento de toda a rede de Campina Grande passará a operar. "Esse é um esforço muito grande, mais de 50 pessoas estão trabalhando incansavelmente desde que o fato

foi detectado. Isso demonstra uma responsabilidade da Cagepa, do Corpo de Bombeiros, que trouxe todos os equipamentos e carros-pipa para garantir o atendimento de hospitais; além da determinação para contratação de carros-pipa para a distribuição de água", ressaltou.

### Investigação

Durante a coletiva, o governador João Azevêdo anunciou a contratação de uma consultoria externa para auxiliar os trabalhos da Cagepa, das Polícias Civil e Militar na elaboração de um relatório para investigar as motivações do acidente que destruiu quatro transformadores e quadros de comando da Estação de Gravatá. "Instauramos um processo de investigação para identificar o que realmente aconteceu na subestação. Esse é um caso único no Brasil; em nenhum local uma subestação como aquela, com a proteção que



Foto: Francisco França

Na coletiva, o governador João Azevêdo anunciou a contratação de uma consultoria para auxiliar nas investigações

tem, registrou um acidente como esse. Nos cabe apurar, com muita responsabilidade, o que realmente aconteceu lá", acrescentou.

### Carros-pipa

Na última quarta-feira (20), o governador João Aze-

vêdo autorizou a contratação de mais 50 carros-pipa para atender o município de Campina Grande até que o sistema de abastecimento de água consiga operar normalmente.

O desabastecimento em Campina Grande, Lagoa Seca, Alagoa Nova, Matinhas, São Se-

bastião de Lagoa de Roça, Poções, Barra de Santana, Caturité e Queimadas teria sido causado por um curto-circuito que impediu por completo o funcionamento da Estação de Tratamento de Gravatá, provocando um prejuízo inicial de R\$ 4 milhões.

## Espaço EMPREENDER PARAÍBA

### Superação e conquista

Continuando a série de edições em comemoração ao mês das mulheres, o programa Momento Empreender recebeu, na edição de ontem, a empresária

Marina Rolim. Com uma história de superação e força, ela é um exemplo de mulher empreendedora. Em entrevista conduzida pela secretária executiva de

Empreendedorismo, Amanda Rodrigues, a empresária falou um pouco sobre a sua trajetória e como conseguiu conquistar o mercado da beleza.

### Sonho de empreender

Franqueada master da "Sombrancelhas Designer", com quatro unidades em João Pessoa e Campina Grande, Marina conta que para atingir o sucesso precisou passar por alguns desafios. Ela começou vendendo roupas para amigas, conseguiu montar a sua própria loja e, quando achou necessário, teve medo de arriscar e se aventurar em um ramo diferente. "Tudo isso me deu uma maturidade diferente. Hoje eu consigo ver que a gente dá um passo para trás que faz com que a gente consiga dar outros 10 passos à frente. Hoje, a minha gestão é totalmente diferente. Até a minha visão do que é fracasso e sucesso é totalmente diferente", disse.

### Persistência

O que pode parecer algo desmotivador para alguns, Marina utilizou como gancho para permanecer crescendo como empreendedora. O fato dela ter passado por dois outros empreendimentos em áreas distintas e ter fechado não a impediu de ter forças para recomeçar. "A gente apostou na questão da Sombrancelha Designer. Somos sócias, eu e minhas duas irmãs, e acertamos. Isso hoje nos deixa felizes porque conseguimos um reconhecimento



Foto: Divulgação

Marina Rolim conseguiu espaço no mercado

financeiro que a gente sempre desejou. Então faz parte esse aprendizado para que a gente possa crescer e expandir. Porque nada impede que a gente agora, depois de estar com o negócio consolidado, possa expandir para outros negócios que possam ter uma ligação com o nosso negócio atual".

### Realização profissional

Marina dá dicas para quem quer iniciar o seu negócio e ressalta a importância de gostar do que faz. Ela enfatiza que é necessário procurar algo que traga realização profissional e não apenas financeiro. "No tempo de hoje, não é só ter dinheiro, nós precisamos também de um negócio que possa nos

realizar. Imagina trabalhar todo dia sem gostar do que faz? É necessário ir com calma para você achar aquele negócio que seja lucrativo, mas também que seja uma coisa prazerosa."

### Lide futuro

Marina Rolim é uma das conselheiras do Lide Futuro da Paraíba, um grupo de líderes empresariais focados em network dos empresários. Ela tem a missão de motivar e ajudar mulheres empresárias a expandir o próprio negócio. "Então eu fiquei com a missão de trazer para perto essas empresárias - que muitas vezes a gente não conhece porque elas se escondem atrás dos maridos - para que a gente possa fazer negócio, fazer network, trocar não só informações, mas também aprendizados".

Dos 65 afiliados, um terço é formado por mulheres. Marina Rolim comenta que esse número é muito expressivo no Brasil. "As mulheres muitas vezes trabalham, mas não querem se envolver nesse tipo de coisa e não acham áreas onde você possa realmente falar sobre negócio, fechar parcerias, expandir o seu negócio juntando novos parceiros, trocando informação sobre clientes bons".

### Agenda Empreender Paraíba

Na última quarta-feira (20), o Empreender Paraíba realizou a entrega de mais 73 contratos, no município de Guarabira. Foram entregues cerca de R\$ 450 mil para empreendedores da 2ª e da 4ª região.

### Exemplo de sucesso

“Eu trabalho com algodão colorido natural. Como a gente compra tudo à vista, a gente não tinha dinheiro para comprar e era uma luta muito grande. Às vezes deixava até de vender porque não tinha matéria prima. Com o dinheiro do Empreender eu comprei matéria prima e foi aí onde comecei a crescer e consegui me desenvolver. Eu tenho cinco pessoas que trabalham comigo. O Empreender abre as portas, amplia o seu universo de trabalho e é tudo de bom. Agradeço ao Governo do Estado, que está de parabéns, e a todo mundo que trabalha no Empreender e recebe a gente tão bem”



Foto: Divulgação

Gecilda Pereira  
Artesã de Campina Grande

### Fica a dica

"Hoje a dica vai para quem quer abrir o seu próprio negócio. Resaltar a figura do microempreendedor individual e suas vantagens, através de abertura gratuita no site do empreendedor, ter o

seu próprio CNPJ, contribuir com a Previdência Social e ter acesso aos seus benefícios. Ainda tem a possibilidade de um funcionário com carteira assinada, hoje com faturamento anual de R\$ 81 mil e

a dispensa de escrituração contábil, além de outras vantagens".

**Cavalcante Soares**  
Funcionário da Agência do Sebrae em Campina Grande



Endereço: Avenida Barão de Mamanguape, 1190, Torre, João Pessoa.  
Redes sociais: @empreenderpb  
Telefone: 36129250

# Polícia forma 30 novos cabos e garante ascensão profissional

Curso para essa graduação da carreira policial ficou mais de 20 anos sem acontecer, sendo retomado em 2015

Fotos: Secom-PB

A Polícia Militar realizou a formatura dos 30 concluintes do Curso de Formação de Cabos (CFC), no Centro de Educação da PM, em João Pessoa, na quinta-feira, garantindo a continuidade da política de ascensão profissional na corporação. O curso para essa graduação da carreira policial ficou mais de 20 anos sem acontecer, sendo retomado em 2015 e agora com mais uma turma.

“São 472 graduados formados desde 2011 e o Curso de Formação de Cabos ganhou uma nova valoração, foi retomado e aqui é mais um momento de capacitação, humanismo, respeito e dignidade, práticas que buscamos cotidianamente para as pessoas que fazem parte da nossa corporação e hoje vivem tempos diferenciados”, destacou o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Euler Chaves.

O curso teve início em 11 de novembro do ano passado, e foi concluído no último dia 18 de março. Os novos cabos tiveram 423 horas/aula de preparação, distribuídas em 17 disciplinas, tendo como primeiro colocado o agora cabo da PM Hemerson George Ferreira da Silva, que recebeu das mãos do comandante-geral a medalha do mérito acadêmico “Coronel Ademar Naziazenno”.



Na solenidade, o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Euler Chaves, destacou o momento de humanismo, respeito e dignidade proporcionado pela capacitação dos novos policiais

## PM prende suspeitos de crimes na capital

A Polícia Militar prendeu, na noite de quinta-feira (21), os dois suspeitos que seriam responsáveis por assaltos registrados nas últimas duas semanas, na Zona Sul da capital. Eles foram interceptados pela Força Tática do 5º Batalhão, no bairro do Geisel, em um carro que tinha sido roubado no bairro de Gramame, no mesmo dia.

No momento da prisão, os envolvidos, que têm 44 e 24 anos, estavam armados com dois revólveres calibre 38. As armas tinham sido usadas para amedrontar funcionários de um depósito de gás enquanto eles faziam a entrega de botijões. Eles obrigaram as vítimas a voltarem ao comércio e, como não encontraram dinheiro, fugiram levando o veículo e o celular do dono do depósito. As características deles e o modo de agir são as mesmas relatadas por outros comerciantes que foram vítimas de assaltos na região.

Os dois foram apresentados na Central de Flagrantes, com as armas apreendidas, o celular e o carro recuperados. Eles serão investigados pelos outros assaltos.

### Comércio ilegal

Um homem de 42 anos que estaria comercializando ilegalmente armas e munições, em João Pessoa, foi preso por policiais militares do comando da Força Tática do 5º Batalhão, após uma denúncia anônima. A prisão aconteceu na quinta-feira (21), na Avenida 2 de Feve-

reiro, no bairro do Rangel.

O suspeito estava com uma pistola calibre 380 na cintura, com 16 munições e foi levado para a Central de Flagrantes, que vai investigar a participação dele em um possível mercado ilegal de armas, na capital.

### Tráfico de drogas

Também na quinta-feira, a Polícia Militar abordou e prendeu um suspeito que estaria atuando no tráfico de drogas na Praça da Paz, que é a mais movimentada do bairro dos Bancários, na Zona Sul de João Pessoa.

O suspeito, de 20 anos, foi flagrado com 21 porções de cocaína, 16 de maconha, dois comprimidos entorpecentes e dinheiro, inclusive cédulas de moedas estrangeiras.

A prisão foi realizada pela Força Tática do 5º Batalhão, através de indicação da Coordenadoria de Inteligência (COInt) da PM, que vinha realizando levantamentos sobre a atuação do suspeito no local. Ele foi apresentado na Central de Flagrantes, no Geisel.

No momento da prisão, dupla que estaria praticando assaltos na Zona Sul de João Pessoa estava em um carro que tinha sido roubado em Gramame

## Sistema carcerário é tema de reunião no TJ

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), do Tribunal de Justiça da Paraíba, fez uma reunião de trabalho, cuja pauta foi a situação do sistema penitenciário do Estado. O encontro aconteceu na manhã de ontem, na Sala Branca do Plenário do TJPB, e foi conduzido pelo coordenador do grupo, desembargador Joás de Brito Pereira Filho.

“A situação carcerária é uma preocupação tanto do Executivo, como do Judiciário, inclusive, do Conselho Nacional de Justiça, no sentido de aprimorarmos este sistema, que está falido. O GMF trabalha, exatamente, junto com o Governo do Estado para melhorar esse cenário”, destacou o desembargador Joás Filho.

O desembargador-coordenador acrescentou, ainda, que a implantação, no Tribunal de Justiça, do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) é o primeiro passo a ser dado, no sentido de promover uma maior celeridade na resolução dos regimes de progressão de presos. “Além disso, há outras etapas que vamos avançar em abril, com o Penud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em uma ação voltada não só para cuidar do preso, durante a sua estada no sistema, bem como depois da sua saída, que é até mais importante para ressocializá-lo. Será um grande avan-

ço que teremos no Sistema Penitenciário, no Estado da Paraíba”, ressaltou.

O juiz-corregedor, Marcos Coelho de Salles, que também participou da reunião, destacou a importância da humanização do sistema carcerário. “O Sistema Penitenciário Nacional enfrenta sérios problemas específicos do Poder Executivo, a quem cabe gerenciá-lo. Só que o Judiciário e o Ministério Público também são corresponsáveis pelo ingresso de seres humanos naquele ambiente e, por essa razão, têm responsabilidade em dialogar institucionalmente para fazer com que esse sistema seja humanizado”, salientou.

De acordo com Marcos Salles a reunião teve o conteúdo humanitário, em que magistrados, que administram a Execução Penal no Estado da Paraíba, possam dialogar e estabelecer conceitos e convergências do Direito da Execução Penal, para fazer com que o Judiciário contribua com o Poder Executivo na administração desse problema. Presentes à reunião o juiz auxiliar da Presidência, Rodrigo Marques, e os magistrados que atuam nas Varas de Execução Penal do Estado: Carlos Neves; Lilian Cananéa; Andréa Arcoverde; Ramonilson Alves, Flávia Aguiar; Caroline Silvestrini, Fernanda de Araújo, Anderley Ferreira e Philippe Guimarães.

## Quedas lideram os registros no Trauma

Os acidentes domésticos como quedas, pancadas na cabeça, tropeços e escorregões são comuns e podem ser muito perigosos. No Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, em João Pessoa, quedas lideraram os registros de atendimento. Em 2018 foram 13.410 vítimas, sendo a maioria crianças e idosos. De janeiro a março deste ano já houve 2.918 atendimentos.

O setor de estatística informa que os casos mais comuns são quedas da mesma altura (12.786), queda por andaime (85), árvore (76), caminhão (9), escada (424) e ônibus (30). Os acidentes são os maiores responsáveis, anualmente, por milhares de traumatismos cranianos e da coluna vertebral, chamados de neurotraumas.

A faixa etária que necessita de mais atenção são as crianças entre 0 a 12 anos, que corresponde aproximadamente 36% das ocorrências, totalizando 4.583 casos. Outra faixa que requer cautela são os idosos: cerca de 3.572 pessoas acima de 60 anos deram entrada na unidade hospitalar no ano passado.

Segundo o diretor geral da instituição, Leonardo Leite, acidentes como estes trazem prejuízos físicos e econômicos, sequelas emocionais e perdas financeiras, que

poderiam ser prevenidos com medidas simples. “Em idosos, a queda pode representar um marco. Os danos físicos e/ou psíquicos podem se transformar em sequelas permanentes, trazendo sérias dificuldades para manutenção das atividades diárias”, salientou.

O coordenador da pediatria do Hospital de Trauma, Fabiano Alexandria, comentou que no caso de quedas, se forem acidentes leves, costumam formar apenas um ‘galo’ ou hematoma na cabeça. “Mas se a criança vomitar, perder consciência e mudar o comportamento, chorar com persistência e ficar muito irritada, os pais ou responsáveis devem levar para avaliação médica, visando fazer o exame neurológico”, ressaltou.

A dona de casa Michele de Paula levou a filha de dois anos para ser atendida. A criança caiu da escada de casa. “Fiquei muito assustada quando vi o hematoma que criou na cabeça da minha filha, por isso não pensei duas vezes na hora de trazer ela ao hospital.

Melhor pecar por excesso do que por falta. Aqui ela realizou todos os exames necessários e foi observado que a sonolência foi devido ao estresse do momento. Graças a Deus ela está bem e já pode ir para casa”, finalizou.

# Lojistas obstruem calçadas e prejudicam pedestres em JP

Produtos expostos à venda na parte externa da loja impedem o livre acesso das pessoas e ferem o Código de Postura

**Teresa Duarte**  
teresaduarte2@hotmail.com

Comerciantes de João Pessoa, principalmente os do Centro, continuam expondo seus produtos nas calçadas, prejudicando o livre acesso dos pedestres e desrespeitando o Código de Postura do Município. Alguns donos de lojas de móveis e utensílios domésticos atendem livremente os clientes nas calçadas, forçando os pedestres a caminharem pelo asfalto nas principais vias arriscando a vida, a exemplo do que vem ocorrendo na Rua Santo Elias.

Grandes lojas estão entre os principais comerciantes que utilizam as calçadas para vender os seus produtos. As calçadas dessas lojas são obstruídas com colchões, ventiladores, caixas vazias, tapetes e até mesas e cadeiras.

A maioria das lojas que usa as calçadas para vender seus produtos deixa um espaço mínimo para os pedestres e acredita que está agindo corretamente. Para eles, a calçada é uma extensão de sua loja para expor seu produto. Um dos comerciantes que não quis se identificar disse que se preocupa com o pedestre afirmando que “eu deixo um espaço pequeno para as pessoas passarem, mas se você observar tem loja que ocupa praticamente toda a calçada e não recebe nenhuma punição”, argumentou.

Os comerciantes ambulantes também reclamam sobre a invasão das calçadas por parte dos lojistas sob alegação de que eles obstruem uma grande parte e temem se manifestar com medo da represália dos seguranças das lojas. “Eu acho essa atitude muito errada. Eu vendo aqui na calçada água mineral e nós, comerciantes ambulantes, sempre tivemos o cuidado para não prejudicar a passagem do pedes-

tre. Por isso colocamos os nossos produtos próximos ao meio fio, deixando a calçada livre, enquanto que os lojistas deixam apenas o meio fio livre”, argumentou uma comerciante que não quis se identificar.

“Quando nós ambulantes reclamamos dos lojistas, eles alegam que pagam os seus impostos em dia e têm o direito de utilizar a calçada”, explica o comerciante Antônio Santos.

A utilização das calçadas para expor os produtos também é queixa da população no geral. “Eu acho isso um absurdo porque, além de prejudicar a passagem do cidadão, eles também jogam as caixas das mercadorias na calçada tumultuando e virando lixo, uma prática que o vendedor ambulante não tem e eles são o alvo por parte da fiscalização, enquanto o lojista fica à vontade para obstruir a nossa passagem”, reclama o estudante Ismael Lucas.

## Fiscalização

O setor de fiscalização da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do município (Sedurb) reconhece o problema e informou que recebe cerca de 30 denúncias sobre obstrução de calçadas por mês, mas admite que o número de fiscais é pequeno para atender os chamados. Porém, afirmou que a fiscalização tem trabalhado muito e quando verifica que a denúncia é verdadeira dá um prazo de 24 horas para que o comerciante corrija o erro, ou seja, para que ele retire os produtos da calçada, e eles geralmente obedecem. Em caso de reincidência, os comerciantes são multados, mas geralmente quando recebem a visita da fiscalização eles retiram os produtos e deixam as calçadas livres para os pedestres.

O número da Sedurb para denúncias de obstrução de calçadas é o 98645-8036.



Foto: Edson Matos

Grandes lojas instaladas no Centro da capital estão entre aquelas que utilizam as calçadas para expor vários tipos de produtos e descartar caixas

## Mostra Cultural Mariola

# Centro Cultural de Mangabeira recebe feira de artesanato e shows musicais

**Louise Tonet**  
lt.louisetonet@gmail.com

João Pessoa vai receber hoje a primeira edição da Mostra Cultural Mariola, uma feira de criatividade que será realizada no Centro Cultural Mangabeira, no bairro de Mangabeira, Zona Sul de João Pessoa, das 15h às 20h.

O objetivo do projeto é valorizar a produção artesanal local, trazendo à tona o trabalho de vários artesãos e artistas, e divulgar as inúmeras atrações culturais e cursos oferecidos gratuitamente pelo Centro Cultural Mangabeira.

De acordo com a ex-

positora Cejane Ramos, o Centro Cultural de Mangabeira já funciona com oficinas de música e arte. “Essa é a primeira edição da feira Mariola, onde pretendemos reunir mais do que normalmente já é apresentado no local. A intenção é fazer uma mostra de música, dança, arte, artesanato e comida para a população que visitará o espaço”.

A feira vai reunir empreendedores que produzem arte, moda adulto e infantil, bijuterias, sapatos, bolsas, crochê, bordado, cerâmica, mosaico, cosmética natural, produtos para animais e plantas. O público vai contar com atrações

musicais, show folclórico, exposição de pintura, desenho e gravura, show de mágica, palhaço e oficinas gratuitas de pintura para crianças e de bordado em

papelão para adultos. Ainda terá acesso ao espaço de alimentação com comidas típicas, crepes, chocolate artesanal, doces, salgadinhos e sanduíches.

### PROGRAMAÇÃO

- 16h - Grupo de Cultura Popular Luz do Sol - Nyldete e alunas
- 17h - Som da Sexta
- 18h - Hip Hop Claudio Black
- 19h - Música Ambiente
- 15 às 20 h - Projeto Van Filosofia projeção/ vídeo
- 15 às 20 h - Mostra de Arte e artesanato CCMTL

### SERVIÇO

- Local: Centro Cultural Mangabeira Tenente Lucena, Av. Josefa Taveira - 455.
- Horário: 15 às 20h
- Entrada gratuita

## Hospital do Bem leva cinema aos pacientes

Os pacientes e profissionais que atuam no Hospital do Bem, em Patos, terão a oportunidade de vivenciar algo diferente da rotina de uma unidade de saúde. Graças ao projeto ‘Cinema do Bem’, quinzenalmente, haverá projeções de filmes nas enfermarias. O lançamento do projeto, que busca humanizar o tempo de hospitalização do paciente e reduzir o estresse no ambiente hospitalar, ocorreu na quarta-feira (20) para os colaboradores de todos os setores da unidade. O Hospital do Bem, que integra o Complexo Hospitalar Regional Deputado Janduí Carneiro, só atende casos de oncologia.

A coordenadora de Enfermagem do Hospital do Bem,

Aretusa Delfino, e idealizadora do projeto, explica que a proposta do ‘Cinema do Bem’ é trabalhar as emoções, a ansiedade, a tristeza, a baixa autoestima e até a depressão, de maneira lúdica, através da projeção de filmes. “A ideia é inserir a arte como instrumento no processo curativo, porque ao projetar um filme estaremos promovendo momentos de relaxamento, calma, tranquilidade, alegria e prazer que são sensações curativas também”, destaca Aretusa.

A projeção dos filmes, cujas temáticas serão todas de motivação, será feita em telão, instalado na enfermaria. O projeto prevê ainda a distribuição de pipocas e sucos.

# Movimentos sociais protestam contra reforma da Previdência

Manifestação foi realizada na Lagoa, em João Pessoa, em adesão ao Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência

**Juliana Cavalcanti**  
Especial para A União

Os professores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) paralisaram as atividades ontem em adesão ao Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência e junto com diversos movimentos sociais realizaram uma manifestação, no Parque da Lagoa, em João Pessoa. O ato público iniciou às 15h e se estendeu até a noite envolvendo servidores públicos e grupos como a Frente Brasil Popular, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), o Conlutas Central Sindical e Popular (CSP), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Sindicato Dos Trabalhadores em Ensino Superior do Estado da Paraíba (Sintesp), categorias da educação privada, professores estaduais e municipais e o Fórum Paraíba em Defesa da Previdência.

Os manifestantes saíram em passeata pela Lagoa, distribuindo panfletos nas paradas de ônibus e cantando palavras de ordem contra a reforma do Governo Federal e de repúdio ao presidente da

República, Jair Bolsonaro.

Os docentes foram convocados pelas Centrais Sindicais e aderiram ao Dia Nacional de Luta contra a reforma da Previdência - Em Defesa das Aposentadorias, Rumo à Greve Geral. Além destes, estudantes, membros de partidos políticos, sindicatos dos farmacêuticos, enfermeiros e outras profissões fizeram discursos cobrando aos deputados federais e senadores da Paraíba para que votem contra a medida. De acordo com o presidente da CUT - PB, Paulo Marcelo, este foi o primeiro ato de protesto contra a reforma e contra a retirada de direitos dos trabalhadores e garantiu que outros movimentos ainda serão realizados. "Na verdade, brigamos pelo direito de nos aposentarmos. Esperamos que este tenha sido um bom ato e que tenha deixado o nosso protesto contra essa reforma que vai destruir mais de 90% de várias categorias de trabalhadores. Tem outras saídas, e elas não podem sacrificar mais ainda a sociedade trabalhadora", esclareceu.

A manhã de sexta-feira foi marcada por assembleias, panfletagens, atrasos nos lo-

cais de trabalho, protestos e atos em todo o país. São Paulo, Maranhão, Santa Catarina, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará e Minas Gerais foram alguns dos estados que realizaram protestos com a participação de metalúrgicos, pessoas do setor químico, da alimentação, operários da construção civil, dentre outros trabalhadores. Na Paraíba, além da capital, as cidades de Bernardino Batista, Campina Grande, Santa Cruz e outras entraram no movimento.

"Conversamos com as pessoas que passaram pela Lagoa exatamente porque estes serão os mais atingidos por esse projeto truculento. Vamos continuar conscientizando a sociedade trabalhadora a não aceitar essa proposta", concluiu o presidente da CUT - PB.

## Professores

A decisão de integrar a passeata foi aprovada por unanimidade pelos docentes da UFPB durante rodada de assembleias realizadas na última quarta-feira (20) nos campi de Areia, Bananeiras e João Pessoa (com a participação dos docentes



Foto: Ortilo Antônio

Manifestantes saíram em passeata cantando palavras de ordem contra a reforma e de repúdio ao presidente Bolsonaro

do Litoral Norte). Ontem, os professores iniciaram o dia com panfletagem e, à tarde, a Adufpb participou da manifestação. Além da adesão à paralisação nacional, os docentes estabeleceram outros encaminhamentos como a proposta de visita ao arcebispo da Paraíba, Dom Manoel Delson, para tratar da refor-

ma da Previdência. Também resolveram criar uma comissão permanente de mobilização da Adufpb, convidar os parlamentares federais para discutir a reforma e emitir voto de repúdio à política de compra de votos destinados a aprovação do projeto.

A sede da Adufpb, em João Pessoa e as secretarias

de Areia, Bananeiras e Litoral Norte ficaram fechadas para que os funcionários pudessem participar da paralisação. Um carro de som foi contratado para circular pelo campus informando a comunidade acadêmica sobre a suspensão das atividades e um ônibus levou os participantes para a mobilização.

## B2B Travel

### PB é apresentada a agentes de viagens na Serra Gaúcha

A Paraíba é um dos 12 estados brasileiros que integram a 2ª edição do Business-To-Business (B2B Travel), promovido pela FRT Operadora de Turismo. O evento é realizado desde quarta-feira (20) e vai até amanhã em Gramado, na Serra Gaúcha. O evento reúne quase 300 agentes de viagens desses estados, além de cidades estratégicas do Paraguai e Argentina. Além da Empresa Parai-bana de Turismo (PBTur), também participam representantes do Hardman Praia Hotel e da Luck Re-

ceptivo de João Pessoa.

De acordo com diretor de Marketing da PBTur, Luciano Lapa, o evento deve gerar resultados bastante positivos para a Paraíba, tendo em vista a qualidade dos profissionais presentes, assim como a própria dinâmica do evento, que permite, além da apresentação do Destino Paraíba, o contato direto com os agentes de viagens por meio das rodadas de negócios.

"Os próprios objetivos do evento deixam evidentes esses resultados,

pois estimulam e ampliam o consumo dos produtos divulgados, capacitam os agentes de viagens e atualizam a todos sobre os roteiros que podem ser realizados na Paraíba", afirmou Luciano Lapa. O executivo destacou ainda a proximidade com países estratégicos para a Paraíba, como Argentina e Paraguai.

A apresentação dos destinos é feita no formato de palestra, com cada fornecedor informando sobre o seu produto, serviço ou destino durante 20 minutos para o público presente.

Foto: Secom-PB



Equipe paraibana apresenta o Destino Paraíba no evento, que reúne agentes do Brasil e do exterior

Tabajara   
**ESPORTES**

Copa do Nordeste 2019

Hoje em João Pessoa



Botafogo

X



Sampaio Correa/MA

Rádio Tabajara AM e FM

"A primeira no esporte"

Narração: Lima Souto

Comentários: Eudes Toscano e Petrônio Torres

Reportagens: Gláucio Lima e Weliton Alves

Horário: 19h | Estádio: Almeidão

f Rádio Tabajara @radiotabajara

Escreta Campeão da sua Tabajara



Foto: Divulgação

'Repitologia' é um dos espetáculos deste domingo, no Teatro Santa Roza, na Mostra Estadual 2019



# Mostra Estadual segue hoje e apresenta quatro espetáculos

Lista inclui 'O príncipe feliz', 'Repitologia', 'O fantástico mundo mágico do palhaço Nervosinho' e 'Ynio, canto às Yabás'

**Guilherme Cabral**  
guipb\_jornalista@hotmail.com

Questões de poder, alianças e partilhas que se fundamentam, sobretudo, nos agenciamentos presentes entre estética e política. É o que propõe, para ser discutido com os espectadores, a trama de Repitologia, que o bailarino Victor D'Olive apresenta neste sábado, dia 23, a partir das 18h, no Teatro Santa Roza, localizado na cidade de João Pessoa, dentro da programação da 18ª Mostra Estadual de Teatro, Dança e Circo, cujo slogan é "A Paraíba se vê em cena" e que a Funesc (Fundação Espaço Cultural da Paraíba) realizará até o próximo dia 30. Os ingressos custam R\$ 4 (inteira) e R\$ 2 (estudante) e a bilheteria abre às 16h. "Acho de extrema importância a reativação deste evento, pois oferece um panorama do que se está produzindo na área das artes cênicas, além do intercâmbio que proporciona entre os participantes que vêm de várias partes do Estado", disse para o jornal **A União** o artista, que participará do evento pela primeira vez. "Estou bem animado", confessou ele, ao falar da expectativa dessa estreia.

Repitologia estreou em 2010, criado pelo bailarino carioca Victor D'Olive, um carioca radicado desde 2013 no Estado, onde é professor do Departamento de Artes Cênicas da UFPB (Universidade Federal da Paraíba). O espe-



Amaro Mann - que fará a discotecagem - é a atração musical que encerra a noite deste domingo, em João Pessoa

táculo é um estudo para um bailarino de um passo só que, ao tratar de questões de poder no processo de criação em dança, promove um espaço de interação entre público e performer que diverte. Ao longo dos 50 minutos de duração, levanta considerações importantes, ao propor discussões a respeito de alguns aspectos, a exemplo de poder, alianças e partilhas entre a estética e a

política. "Em cada apresentação eu convido sete voluntários da plateia para subir ao palco, o que é uma abertura para a interação com o público, num jogo de produção colaborativa", disse o bailarino.

Victor D'Olive já apresentou Repitologia em temporada na Alemanha no ano de 2013, no Festival Black Lux, na cidade de Berlim. "Fiquei temeroso em convidar os

sete voluntários da plateia, porque os alemães são mais formais. Mas deu tudo certo, pois aceitaram subir ao palco. Até agora, ninguém se recusou a aceitar o convite", comentou ele. Em 2014, o espetáculo foi selecionado para integrar a programação do festival Abril O Corpo em Salvador e, em 2017, foi incluído na Programação Cultural da UFRN (Universida-

de Federal do Rio Grande do Norte), em Natal. E, anteriormente, esse artista do corpo já o havia apresentado no Teatro Municipal de Miguel Pereira, Festival Panorama de Dança e Semana Negra de Dança, todos no Rio de Janeiro, em 2010, e, ainda, na Bienal Internacional de Dança do Ceará (2012). Ele antecipou que seu próximo projeto será o de levar o Coletivo de Dança Redemoinho, um projeto de extensão da UFPB com alunos sob sua coordenação, para apresentar o espetáculo intitulado Pequenas danças para não esquecer - baseado no livro infantil Ou isso ou aquilo, da escritora carioca Cecília Meireles (1901 - 1964) - no Teatro Severino Cabral, na cidade de Campina Grande, neste próximo mês de abril, em data a ser definida.

O espetáculo que abre a programação da Mostra neste sábado, a partir das 17h, no Teatro Santa Roza, se intitula O príncipe feliz, montagem da Cia do Rosário, oriunda de Campina Grande. Já às 19h, na lona montada defronte ao teatro, na Praça Pedro Américo, no Centro da cidade, o público assistirá O fantástico mundo mágico do palhaço Nervosinho, do Millenium Circus, que pertence ao palhaço Nervosinho, de João Pessoa. Às 20h, o palco do Teatro Santa Roza será novamente o espaço para a encenação de Ynio, canto às Yabás, da

Cia. Luna de Teatro, de Cajazeiras. E, em seguida, haverá o Som na Mostra, com discotecagem de Amaro Mann.

"O evento é uma grande vitrine, pois apresenta o que se está produzindo no Estado. A retomada do evento valoriza os grupos, além de proporcionar o intercâmbio entre os participantes. Este é o segundo ano em que o circo está incluído na programação e o primeiro do circo itinerante, em que os espetáculos serão apresentados sob uma lona armada na frente do Teatro. Estou bem feliz por isso", confessou para o jornal **A União** o coordenador de Circo da Funesc (Fundação Espaço Cultural da Paraíba), Diocélio Barbosa, ao destacar a importância da 18ª Mostra Estadual de Teatro, Dança e Circo que a instituição realiza no Teatro Santa Roza, na cidade de João Pessoa, e que se estenderá até o próximo dia 30.

### SERVIÇO

- **Evento:** 18ª Mostra Estadual de Teatro, Dança e Circo
- **Data:** Hoje
- **Hora:** 17h
- **Local:** Teatro Santa Roza, em João Pessoa
- **Endereço:** Praça Pedro Américo, s/nº, Centro
- **Ingressos:** R\$ 4 (inteira) e R\$ 2 (estudante)
- **Período:** Até 30 de março
- **Realização:** Funesc

Artigo Carlos Pereira

cpsilva1@globo.com

## Os suspiros da minha mãe

A minha mãe era, antes de tudo, uma trabalhadora no que esta classificação tiver de mais autêntico. Trabalhou, sem receber salário, a vida inteira. Primeiro para ter os filhos de dois casamentos, que aconteceram – como era comum naquele tempo – com dois irmãos: morreu o marido e o cunhado (meu pai) tomou-lhe o lugar, até para dar conta dos sobrinhos e dos futuros filhos, mantendo-os todos na mesma família. Trabalhou intensamente para criar os filhos, movimentando-se por todos os cantos da casa (quarto, sala, cozinha, banheiro e lavanderia), dando conta de tudo, sem ter tido, em tempo algum, qualquer tipo de empregada. A ajuda que recebeu foi sempre dos filhos (sobretudo das filhas) quando eles começaram a crescer.

Trabalhou, também, e fê-lo de forma corajosa e determinada, como fiel companheira do meu pai na administração de uma pequena mercearia, em Jaguaripe, exatamente na esquina da rua da Concórdia com a Vasco da Gama, onde eu abri os olhos para este mundo. Essa ajuda foi tão mais importante na medida em que os assuntos complicados (como, por exemplo a cobrança do fiado) lhe eram repassados e ela, com disposição e firmeza, sempre os resolveu.

Lavava, cozinhava, arrumava a casa e educava os filhos, fazendo até o que nem sabia: dama de poucas letras, encontrava tempo e esquentava a cabeça para nos ajudar nos deveres de casa, preparando-nos para as provas na escola e, aí sim, cobrando, com veemência, os resultados nas notas obtidas.

Se amou muito os seus dois maridos (cada um no seu tempo) eu nunca soube, mesmo porque ela jamais deu a nenhum de nós, confiança para desvendar estes assuntos, tão íntimos à época que falar deles era certamente se candidatar a uma contundente admoestação. Mas se, naquelas uniões, um grande amor jamais foi decantado, foi através delas que trouxe ao mundo nove filhos, sem contar os que morreram antes de completar 3 meses, vítimas da terrível desinteria amebiana que tantas vidas ceifou, à época.

Como não posso falar dos seus amores, ousou dizer algo sobre os seus suspiros. Estes sim, os conheci

de perto, com ela partilhei vários e, também com ela, aprendi a gostar cada vez mais deles, os suspiros. E não me refiro a suspiros amorosos, daqueles que a gente aciona quase sem querer, sobretudo quando se lembra ou recorda um inesquecível amor. Nem mesmo a suspiros de desejo, daqueles que a gente recolhe do maior dos nossos íntimos, escolhidos entre o branco do banheiro e o cinzento da massa que, na cabeça, produz as melhores e mais coloridas imagens.

Falo-lhes, isto sim, dos suspiros feitos de clara de ovo, com açúcar, com afeto e uma casquinha de limão – nada mais do que isso. Aqueles suspiros que, com os mais variados tamanhos e formas, faziam a delícia de um doce que minha mãe não somente sabia fazer como ninguém, mas seguramente era a única guloseima a que ela se dava o direito de comer com gosto, lambendo os beijos.

Agora, quando já não tenho a minha mãe perto de mim, lembro-a de várias formas e em muitos instantes. No dia das mães, no Natal, no São João, no dia dos pais, no dia do seu aniversário, no dia de sua morte e em tantos outros momentos quando invoco a sua presença e me benefico de sua ajuda, aliás nunca negada.

Mas, há um momento especial em que não consigo deixar de pensar, por inteiro, na velha Dona Amália, batalhadora, corajosa, firme, determinada e pobre mas lutando com todas as forças e tudo fazendo ao seu alcance para nos encaminhar na vida. E' quando, me deliciando com uma colher de pudim de clara, recordo como ela adorava aqueles doces, brancos como a neve, que se desmanchavam na boca.

E não me canso de, ainda que sem brilho, haver tentado tecer esta elegia em homenagem aos suspiros da minha mãe.

E rendo a minha veneração à sempre saudosa Dona Amália Teixeira de Carvalho, a mulher mais extraordinária que conheci, que no dia 26 de março de 1899, veio ao mundo. Na próxima terça-feira, se vão 120 anos de nascimento de uma pessoa que nos deixou aos 85 anos e que, para mim, continua inesquecível.

Cronicartigo

Pereira Sitônio Pinto

Da Guarda Nacional - sitoniopinto@gmail.com

## Bomba Rouca

Tomávamos cachaça com limão. Naquele tempo, cachaça não tinha o status que tem hoje, de bebida grã fina, com direito a estabelecimento próprio, cachacaria. Quando inventaram essa eu já havia deixado de beber (e de fumar. Souza Cruz mesmo. Importado, era Look Venga, em lugar do nacional Se Me Dão). Tomávamos a cachaça, assinávamos o pendura, íamos pra casa, felizes da vida.

O Bar de Chapéu tinha uma clientela fiel. Ou éramos fiéis uns aos outros, reunidos em torno de Vanildo (Ribeiro de Lira Brito), o filósofo, poeta e guru da geração 59. Do lado de dentro do balcão, o chapéu que deu identidade ao dono do bar. Às vezes acrescentava se um personagem, Régis, o primo Régis de Vanildo, uma das lideranças do bar e da noite. Às vezes, quando o movimento estava grande, Régis despachava. O bar não tinha funcionários.

A fiel clientela era formada por Vanildo (da UFPB, filósofo mesmo, de carteirinha), eu, Biu Marcos, Luís Carlos Cavalcanti, Sérgio Dantas, passan-

Menina me dê um cheiro, Mas não quero no pescoço...

tes que não me lembro do nome. Um deles me ensinou um aboio:

"Menina me dê um cheiro, Mas não quero no pescoço. Quero no bico do peito, Que é lugar que não tem osso... Que é pra quando eu ficar velho Me lembrar que já fui moço, lê..."

O bar era muito pequeno, alojado dentro da antiga casamata da espera dos bondes. Havia três delas na cidade: uma no belvedere das Trincheiras, outra em Tambaú (no fim da linha do

bonde, mais outra de que estou falando – o Bar de Chapéu. A parte de trás albergava um miquitório público.

À esquerda de quem chegava havia outra estrutura, similar à do Bar, que já conheci fechada, aí pelo começo da década de 1960. Na parte central um banco circular servia para a espera dos bondes. Uma laje de concreto unia e cobria o vão que se formava entre essas estruturas. Fedia a bêbados.

Eles moravam perto do bar: Vanildo, primo Régis, Sérgio, o mais distante era eu. O primo Régis era de conversa pouca: fazia o gesto de quem espreme o limão, Chapéu trazia a fruta que dava sabor à cachaça. Seu gesto foi imitado pelos frequentadores.

Havia uma autoridade: Bomba Rouca. Sempre de galochas, calças folgadas e rotas, um blusão, o chapéu. O apito pendia-lhe do pescoço, cassetete na mão. Bomba Rouca sabia o código dos guardas noturnos. Eles se comunicam varando o silêncio da treva da noite. Apitava daqui, respondiam de aculá. Sempre bem humorado, sem prestar atenção aos desocupados da noite. Bomba Rouca tinha o que fazer, vigiava a segurança do sono que dormiam.

Não sei como era a economia de Bomba Rouca. Presumo que a comunidade devia mantê-lo. Por que não lhe deram a patente de guarda noturno, com de fato era? Agora, que o Brasil ameaça voltar a ser um estado militarista e policial, e estão tratando da aposentadoria dos milicos, deviam dar a patente e o soldo de Bomba Rouca.

Por onde andaré o andarilho da noite, com seu apito de sortilégios, seu cassetete de condão?

(Terça, quinta, sábado)

Josilene Braga

professora e psicopedagoga

## Consequências de uma vida ocupada demais

Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu. (Ecl 3,1). Ao ler essa passagem bíblica, somos convidados, a princípio, a esperar o tempo das coisas acontecerem, de entender os fatos da vida no seu curso próprio.

Numa situação boa ou ruim, quantas vezes já nos pegamos no desejo de acelerar o tempo ou de fazê-lo parar de forma a corresponder aos nossos anseios emocionais? Quantas vezes queremos que uma hora se equivalha a duas, com o intuito de mais conquistas ou ainda de poder ser mais produtivo e atender demandas de outras pessoas, e até de si mesmo?

Quantas vezes o tempo é pouco para o que desejamos, mas, mais do que suficiente para o ser humano que possui limites próprios, dentro de cada contexto peculiar, na necessidade de ser gente nesse mundo "urgente"? Quantas vezes...

Aqui desejo aprofundar este verso bíblico a uma vertente psíquica e emocional: o tempo do sentir, do perceber-se! Cada dia mais, estamos sendo levados a ser "mais do que somos": mais produtivos, eficientes, perfeitos; a termos mais, conquistarmos mais, oferecermos mais.

E, assim, no desejo de viver esse "mais", abandonamos - sem nos dar conta - aquilo que somos: pessoas! Pessoas que sentem, cansam, esgotam, erram, se fragilizam. Desrespeitamos nossa essência em prol da nossa "insaciável" ânsia de tudo ser, fazer e poder! Devemos ser, com muita propriedade, nosso próprio limite. Não se trata dos limites que nos limitam, mas do que nos fazem saudáveis e plenos.

Não dá para ser feliz ultrapassando nossos limites, pois isso fatidicamente resultará em esgotamento e doença. Saibamos olhar para dentro de nós e encontrarmos o nosso tempo de agir e parar, de seguir e descansar para, no determinado momento ou no dia seguinte, prosseguir tendo nos dado, com o devido respeito de que precisamos: o descanso.

Nossa mente pode, em alguns momentos se desarmonizar com o nosso corpo e querer explorá-lo além do que ele pode. E, por irmos além do que o corpo e mente são capazes de render, as consequências, na maioria das vezes, são as doenças somáticas ou psicossomáticas.

Chegamos a acreditar que todas essas tarefas devem ser feitas no tempo do agora e que isso é o certo. Displicentemente, não olhamos para nossa condição, acreditamos que nosso limite humano é estar além do limite, e que devemos sempre exigir, cada vez mais, de nós mesmos.

É lógico que é válido e necessário abraçar novos desafios e conquistas. Entretanto, cada um deve ser honesto o suficiente consigo mesmo para não "romper" com sua condição de ser gente saudável e feliz.

É preciso reconhecer que o tempo de conquistas requer um tempo de descanso e refrigério, para que o corpo e a mente não desenvolvam patologias que chegam de maneira lenta, por perceberem que foram "agredidos" por muito tempo.

É preciso dar-nos tempo para ouvir, sentir e dar as melhores respostas ao nosso corpo e a nossa mente, de maneira a nos manter saudáveis físico, psíquico e socialmente. Por fim, retomando o tempo de cada coisa, devemos conceder e investir no tempo de Deus em nossas vidas!



## Correio das Artes

# Roda de conversa e homenagens ocorrem hoje na Livraria do Luiz

Jámarrí Nogueira  
jamarrinogueira@gmail.com

Neste sábado, a partir das 10h, haverá programação especial na Livraria do Luiz, no Centro de João Pessoa, dentro da programação de comemoração dos 70 anos do Correio das Artes. O evento idealizado originalmente pelo jornal A União terá roda de conversa com colaboradores e colaboradoras do suplemento. Também está programada a entrega de placas aos colonistas do suplemento durante um café literário.

“A Livraria do Luiz já é um ponto tradicional de encontro de intelectuais. Um ponto importante para lançamento de livros e debates. Muitos leitores e colaboradores do Correio das Artes se encontram lá”, comentou o jornalista William Costa, atual editor do suplemento. O aniversário de 70 anos do Correio das Artes será no próximo dia 27.

Ex-editor do suplemento, o jornalista Linaldo Guedes diz que - nos 70 anos de atividades - o Correio das Artes sempre primou pela divulgação dos autores ainda inéditos em livros e dos já consagrados. “Isso vai desde Carlos Drummond de Andrade e José Lins do Rego a aquele autor ou autora que nem livro lançou ainda, mas já tem poemas, contos ou crônicas publicados nas páginas do Correio das Artes”.



Foto: Divulgação

O jornalista William Costa é o atual responsável pela edição do suplemento Correio das Artes

Uma expressão para classificar o Correio das Artes, conforme Linaldo, é “resistência cultural”. Ele também usa a expressão “cais de resistência”. De acordo com Linaldo, o suplemento superou descasos de alguns governos, interrupções em sua circulação ao longo da história, mas nunca acabou.

“Sempre aparecia um poeta, escritor ou jornalista pronto a provocar uma nova edição do

suplemento. E é também independência cultural. A despeito de circular encartado no jornal oficial, o Correio das Artes nunca cedeu a possíveis pressões políticas e manteve coerência e critério na publicação de seus textos. Também não cedeu a pressões de igrejinhas literárias. Manteve o espaço aberto a todos, independente de tendência literária do autor ou autora”, declarou Linaldo.

## Crônica em destaque

Thomas Bruno Oliveira  
thomasbruno84@gmail.com

# Encontro de mentes e corações

Celso Furtado é o paraibano mais notável do mundo, o que mais se destacou. Ele é “para os europeus sinônimo de referência máxima, seria o que os europeus são para muitos de nós...”, esse foi o início de uma conversa na Livraria do Luiz, um bate papo liderado pelo grande cronista Gonzaga Rodrigues, que nos emprestava um pouco de sua sabedoria e experiência em mais um encontro sabático de semanas atrás.

É muito prazeroso poder descer o planalto da Borborema e saborear a manhã de sábado na Livraria do Luiz. Não só por ser leitor, bibliófilo, apaixonado por livros e amante daquele cheirinho de papel impresso, e sim pelo encontro de leitores, escritores e intelectuais que se tornou tradição na capital paraibana; a galeria Augusto dos Anjos – onde repousa a livraria – se torna uma Meca para onde se dirigem aficionados pelas letras e artes. Lugar de encontrar amigos e fazermos novas amizades, espaço de sociabilidade que ganhou uma agudeza de significados imensa no âmbito do centro histórico. Não perco uma oportunidade de ali estar, me sinto verdadeiramente em casa.

“Eu fui um dos que primeiro o entrevistou aqui na Paraíba”, continuou Gonzaga Rodrigues suas elucubrações sobre o economista pombalense que foi um dos maiores intelectuais brasileiros do século XX. Muito bem-humorado, Gonzaga disse que foi apresentado vinte e três vezes a Celso Furtado e em todas as vezes ele respondeu: “Muito prazer!”. Com gestos a balançar as mãos junto ao rosto e seu habitual e terno sorriso, Gonzaga completou: “Rapaz... meu sonho era ouvi-lo dizer: Gonzaga, vem cá rapaz (risos). Não lembrou de mim uma só vez, já pensou?”. Todos sorriram! Nos acompanhavam no bate papo Polbio Alves, Flávio Sátiro, Luiz Augusto Paiva, Waldir Porfírio, Paulinho Emmanuel, José Nunes, Gilmar Leite, José Ronald e Milton Marques.

Na mesa principal, a tábua redonda, o passado e o presente se misturam. Experiências são mescladas a leituras (antigas e novas) de mundo numa composição azeitada pelo cotidiano de nossas cidades avultando aspectos históricos, políticos e poéticos quer seja do Ponto de Cem Réis ali pertinho ou mesmo das áridas terras caririzeiras da Comarca das Pedras de Hildeberto. Para mim, lugar de puro aprendizado. Continuou a prosa o amigo Milton Marques, que discorreu sobre o poeta Augusto dos Anjos trazendo minúcias justificando a genialidade de sua obra até chegar a um consenso de que se o poeta do ‘Eu’ fosse escrito em outra língua (poderia até ser o espanhol, afirmou Gonzaga), certamente Augusto seria muito maior do que é, ganhando notoriedade internacional.

Nesta manhã também discutimos a importância do jornal impresso nos dias de hoje e os rumos desta publicação. Ora, como é que um suporte que possui credibilidade de quase 90% em detrimento ao que é publicado online, não tem como se sustentar? Tem sim, mas o jornal deve se reinventar, trazer não só a notícia, mas uma matéria analítica, profunda a respeito de determinados temas. O jornal Diário de Pernambuco é referência nesse quesito. Aliás, desde dezembro passado que não recebemos mais nem em Campina Grande nem em João Pessoa este jornal pernambucano, estamos cada vez mais isolados no que se refere aos jornais impressos de fora do Estado. As horas passam, alguns chegam, outros vão embora e a conversa continua.

O sábado e sua aura, seu fulgor libertário causa uma avalanche sentimental e poética opulenta de boas inspirações. Certamente, sua manhã fica muito mais colorida na livraria do Luiz onde mentes e corações se encontram.

## Em cartaz

**CAFARNAUM** – (LÍBANO / FRANÇA 2018) Drama. Duração: 120 minutos. Classificação indicativa: 14 anos. Sinopse: Aos doze anos, Zain (Zain Al Rafeea) carrega uma série de responsabilidades: é ele quem cuida de seus irmãos no cortiço em que vive junto com os pais, que estão sempre ausentes graças ao trabalho em uma mercearia. Quando sua irmã de onze é forçada a se casar com um homem mais velho, o menino fica extremamente revoltado e decide deixar a família. Ele passa a viver nas ruas junto aos refugiados e outras crianças que, diferentemente dele, não chegaram lá por conta própria. MANAÍRA 8 LEG: 14:30 (SOMENTE SÁBADO E DOMINGO) - 19:15 (EXCETO SÁBADO E DOMINGO).

**NÓS** – (EUA 2018) Suspense / Terror. Duração: 116 minutos. Sinopse: Adelaide (Lupita Nyong'o) e Gabe (Winston Duke) decidem levar a família para passar um fim de semana na praia e descansar em uma casa de veraneio. Eles viajam com os filhos e começam a aproveitar o ensolarado local, mas a chegada de um grupo misterioso muda tudo e a família se torna refém de seus próprios duplos. MANAÍRA 11 LEG: 14:30 - 17:15 - 20:00. MANGABEIRA 2 DUB: 20:00 (EXCETO SEGUNDA-FEIRA) - 22:30 (EXCETO SEGUNDA-FEIRA). TAMBÁ 2: 16:10 - 18:25 - 20:40.

**CHORAR DE RIR** – (BRASIL 20218) Comédia. Duração: 103 minutos. Sinopse: “Estrela do programa de TV Chorar de Rir”, Nilo Pereira (Leandro Hassum) é um grande nome da comédia no país. Quando ganha o prêmio de melhor comediante do ano, o humorista decide mudar radicalmente sua carreira e se dedicar totalmente ao drama, deixando sua família e seu empresário desesperados. MANAÍRA 1: 13:45 (SOMENTE SÁBADO E DOMINGO) - 16:00 - 18:30 - 21:00. TAMBÁ 1: 18:40. TAMBÁ 2: 14:05.

**CINE HOLLIÚDY 2: A CHIBATA SIDERAL** – (BRASIL 2018) Comédia. Duração: 100 minutos. Sinopse: Pacatuba, interior do Ceará, 1980. A popularização da TV obriga Francisgleydisson (Edmilson Filho) a fechar seu adorador Cine Holliúdy e ir morar na casa da sogra, ao lado da esposa Maria das Graças (Miriam Freeland) e do filho Francin (Aridenes Barroso). Após passar por uma experiência alienígena, na qual um amigo foi abduzido, ele tem a ideia de rodar um longa-metragem de ficção científica onde Lampião enfrenta os

seres extra-terrestres. Para tanto, consegue o apoio do prefeito Olegário (Roberto Bomtempo) e de sua esposa Justina (Samantha Schmitz), candidata às próximas eleições. MANAÍRA 4: 15:45 - 20:30. MANAÍRA 7: 14:15 - 16:45 - 19:00 - 21:30. MANGABEIRA 4: 12:30 (A) - 14:45 - 17:00 - 19:30 - 21:45. TAMBÁ 4: 14:35 - 16:35 - 18:35 - 20:35.

**O RETORNO DE BEN** – (EUA 2018) Drama. Duração: 102 minutos. Sinopse: Ben Burns (Lucas Hedges) é um problemático jovem homem que volta para a casa de sua família certa noite de Natal. Sua mãe preocupada, Holly (Julia Roberts), o recebe com todo amor, porém logo percebe que ele ainda pode trazer perigo para seu lar. Durante 24 horas que podem mudar sua vida para sempre, Holly deve fazer de tudo para impedir que sua família seja destruída. MANAÍRA 2 LEG: 19:30 - 21:45.

**MALIGNO** - (EUA 2018) Terror / Suspense. Duração: 92 minutos. Sinopse: Preocupada com o repentino comportamento estranho e violento de seu filho Miles (Jackson Robert Scott), Sarah (Taylor Schilling) inicia uma investigação por conta própria para entender o que está acontecendo. Mas o que ela descobre é que alguma espécie de força sobrenatural está agindo sobre ele, influenciando, cada vez mais, suas ações. MANAÍRA 8 DUB: 17:15. MANAÍRA 8 LEG: 22:00. MANGABEIRA 2 DUB: 18:00 (EXCETO SEGUNDA-FEIRA). TAMBÁ 3 DUB: 20:20.

**A CINCO PASSOS DE VOCÊ** - (EUA 2018) Romance / Drama. Sinopse: Dois jovens se apaixonam inesperadamente enquanto realizam tratamentos para suas doenças graves. Com pouco tempo de vida sobrando, o casal vive cada momento do relacionamento como se fosse o último, transformando situações banais em algo especial e único. MANGABEIRA 3 LEG: 14:45 - 17:15 - 19:45 - 22:15. MANAÍRA 4 DUB: 13:15 (SOMENTE SÁBADO E DOMINGO) - 18:00. MANGABEIRA 3 DUB: 13:30 (EXCETO SEGUNDA E TERÇA) - 16:15 (EXCETO SEGUNDA E TERÇA) - 18:45 (EXCETO SEGUNDA E TERÇA) - 21:30 (EXCETO SEGUNDA E TERÇA). TAMBÁ 1 DUB: 14:10 - 16:25 - 20:40

**VIÑGANÇA A SANGUE FRIO** - (EUA 2018) Ação / Policial / Comédia / Drama. Duração: 119 minutos. Sinopse: Nels (Liam Neeson), um tranquilo homem de família, trabalha como motorista de um removedor de neve e vê seu mundo virado de cabeça para baixo quando seu filho é morto por um poderoso

traficante de drogas. Impulsionado pelo desejo de vingança e sem nada para perder, ele fará tudo o que por preciso para destruir o cartel. MANAÍRA 8 LEG: 14:30 (EXCETO SÁBADO E DOMINGO) - 19:15 (SOMENTE SÁBADO E DOMINGO).

**CAPITÁ MARVEL** – (EUA 2018) Ação / Fantasia / Ficção científica. Duração: 124 minutos. Sinopse: Aventura sobre Carol Danvers, uma agente da CIA que tem contato com uma raça alienígena e ganha poderes sobre-humanos. Entre os seus poderes estão uma força fora do comum e a habilidade de voar. MANAÍRA 5 3D DUB: 16:30 - 19:15 - 22:00. MANAÍRA 6 3D DUB: 13:00 (SOMENTE SÁBADO E DOMINGO) - 15:45. MANAÍRA 6 3D LEG: 18:30 - 21:15. MANAÍRA 9 3D DUB: 13:30 (SOMENTE SÁBADO E DOMINGO) - 19:00. MANAÍRA 9 3D LEG: 16:15 - 21:45. MANAÍRA 10 3D LEG: 14:00 - 17:00 - 20:00. MANGABEIRA 1 3D DUB: 13:45 - 16:30 - 19:15 - 22:00. MANGABEIRA 5 3D DUB: 12:45 (SOMENTE SÁBADO E DOMINGO) - 15:30 - 18:15. MANGABEIRA 5 3D LEG: 21:00. TAMBÁ 5 DUB: 15:30 - 18:00 - 20:30. TAMBÁ 6 3D DUB: 15:45 - 18:15 - 20:45.

**O PARQUE DOS SONHOS** – (EUA / ESPANHA) Animação / Comédia / Família. Duração: 86 minutos. Sinopse: A jovem otimista e sonhadora June encontra escondida na floresta um parque de diversões chamado Wonderland, que é cheio de passeios e animais que falam. O único problema é que o parque está confuso e desorganizado. June logo descobre que o parque veio de sua imaginação e que ela é a única que pode deixar o lugar mágico de novo. MANAÍRA 2 DUB: 13:30 (SOMENTE SÁBADO E DOMINGO) - 17:30. MANGABEIRA 2 DUB: 14:00 (EXCETO SEGUNDA-FEIRA) - 16:00 (EXCETO SEGUNDA-FEIRA). TAMBÁ 3 DUB: 14:45 - 16:35 - 18:30.

**A CAMINHO DE CASA** – (EUA 2018) Drama / Aventura / Família. Duração: 96 minutos. Classificação indicativa: LIVRE. Sinopse: Bella é uma cadelinha especial que vive com Lucas, um estudante de medicina veterinária que trabalha como voluntário em um hospital local. Um dia ela é encontrada pelo Controle de Animais na rua e acaba sendo levada para um abrigo a 400 milhas de distância de seu dono. No entanto, Bella, uma cachorra extremamente leal e corajosa, decide iniciar sozinha uma longa jornada de volta para a casa, emocionando a todos que cruzam o seu caminho. MANAÍRA 2 DUB: 15:30.

## Serviço

• Funes (3211-6280) • Mag Shopping (3246-9200) • Shopping Tambá (3214-4000) • Shopping Paratambá (3338-6800) • Shopping Sol (3235-5555) • Shopping Maná (3246-3188) • Sesc - Campina Grande (3337-1942) • Sesc - João Pessoa (3208-3158) • Teatro Lima Penante (3221-5835) • Teatro Ednaldo do Egypto (3247-1449) • Teatro Severino Cabral (3241-6538) • Bar dos Artistas (3241-4148) Galeria Archidy Picado (3211-6224) • Casa do Cantador (3337-4646)



Espectáculo dirigido por Roberto Cartaxo, 'Joanas do Brasil' será uma das atrações da programação de encerramento do Festival das Mulheres Artistas - ELAS - neste domingo, na cidade de Guarabira, no Brejo da Paraíba

# Termina hoje em Guarabira o Festival das Mulheres Artistas

Programação terá peças 'O Último Assalto de um Casamento' e 'Joanas do Brasil' e show de Val Donato

**Guilherme Cabral**  
guipb\_jornalista@hotmail.com

O Festival das Mulheres Artistas (Elas), na cidade de Guarabira, termina neste sábado, no Teatro Municipal Geraldo Alverga e também na Praça João Pessoa e no Calçadão do Casarão da Cultura. Abertura foi na última quarta-feira (20), com solenidade que prestou homenagem póstuma para a guarabirense Luzia Tereza (1909 - 1983), uma das maiores contadoras de histórias do mundo.

Neste sábado (23), último dia do evento, a programação do Festival será a seguinte: às 9h, oficina "Danças Ciganas como Método de Expressão Artística" com a ministrante Andréa Monteiro Diniz (JP) na Sala de Dança do CRAS. Às 10h, haverá o Projeto Iaras, roda de conversa com a cantora Val Donato sobre o tema "Mulheres na música: mercado e desafios", no Teatro Municipal.

Às 14h, "Painel Coletivo Elas", ação interativa com grafiteiras guarabirenses. Às 17h, a Cia. Anne Mel (JP) apresentará o espetáculo de dança de rua intitulado DNA no Calçadão do Casarão da Cultura. À noite, às 18h, o Grupo de Teatro Fragmentos (JP) encenará a peça O Último Assalto de um Casa-

mento, dirigido por João Costa, no Teatro Municipal Geraldo Alverga, onde também haverá, a partir das 20h, o espetáculo Joanas do Brasil, direção de Roberto Cartaxo (JP).

E, na Praça João Pessoa, a programação será encerrada a partir das 22h com a cantora Val Donato (CG) realizando show de homenagem às compositoras paraibanas. E, em seguida, às 23h, haverá uma atração local, a Loirinha dos Teclados. Desde quarta-feira, mais de 60 mulheres artistas já passaram pelos palcos do evento.

"O Festival é um evento importante porque, além de movimentar a cidade, vai incentivar, acima de tudo, a produção artística feminina. Antes só se realizavam eventos em torno de uma área, como a música. Mas este evento em Guarabira vai reunir, dentro da programação em homenagem ao mês da Mulher, uma ação integrada de artes produzidas apenas por mulheres, o que é um aspecto pioneiro", ressaltou para o jornal **A União** o secretário de Cultura e Turismo, escritor e dramaturgo Tarcísio Pereira. "Nesse sentido, o Festival será uma grande vitrine para a produção feminina", prosseguiu ele, acrescentan-

do esperar que o Elas possa continuar sendo realizado e, assim, constar do calendário dos eventos da cidade.

A programação do Festival incluiu diversas atividades, a exemplo de música, teatro, dança, oficinas, artes plásticas e rodas de conversa. Já na solenidade de abertura do evento foi exibido vídeo em homenagem póstuma para Luzia Tereza, cujo tributo prosseguiu na quinta-feira (21), no Teatro Municipal Geraldo Alverga, com a atriz paulista Emilie Andrade realizando contação de história. E, na ocasião, ainda houve uma roda de conversa em torno da saudosa artista guarabirense.

Após a solenidade de abertura, a programação no Teatro Geraldo Alverga prosseguiu com a apresentação do espetáculo intitulado Violetas, da Cia Violetas de Teatro e dirigido por Raquel Scotti Hirson (Lume Teatro). No palco, a atriz Mayra Montenegro. Também teve, na Galeria de Artes Antônio Sobreira, a abertura da exposição Mulheres que Pintam, coletiva que reúne artistas de Guarabira e região do Brejo. O show de encerramento da noite foi com Cumadi, dupla de Eletrococo da Paraíba, e Natana Marilene, ambos na Praça João Pessoa.



Val Donato (em primeiro plano) fará show hoje na Praça João Pessoa, em homenagem às compositoras da Paraíba

## + Sobre a homenageada

Dotada de uma capacidade inventiva para narrar lendas, a guarabirense Luzia Tereza dos Santos será a homenageada - em caráter póstumo - do Festival das Mulheres Artistas (Elas). Mulher humilde, não sabia ler e nem escrever e viveu 74 anos. O falecimento, em decorrência de câncer, ocorreu em 1983, na cidade de João Pessoa. Na época ela morava no Município de Bayeux. Quando era criança em sua terra natal, Guarabira, Luzia Tereza trabalhou na roça e, mais tarde, já crescida, como doméstica. Entre os anos de 1977 e 1983, gravou uma série de contos populares para o projeto "Jornada de Contadores de Estórias da Paraíba", desenvolvido pela Universidade Federal da Paraíba através do Núcleo de Pesquisa e Documentação de Cultura Popular, na época coordenado pelo saudoso professor e escritor Altimar Pimentel, que publicou pela Thesaurus Editora três livros de contos intitulados Estórias de Luzia Tereza e a considerava "a maior contadora de histórias do mundo".



Foto: Antonio Cruz

# Roberto Santiago vai ficar preso no 1º Batalhão da PM

## Apontado como integrante de quadrilha que desviava verbas de Cabedelo, empresário estaria cooptando testemunhas

Laura Luna  
lauraragoo@gmail.com

O empresário Roberto Santiago está no 1º Batalhão de Polícia Militar, no centro de João Pessoa. Ele saiu do Fórum Criminal depois da audiência de custódia, presidida pelo juiz Henrique Jacome, à frente da Operação Xeque-Mate desde fevereiro. Ele foi recolhido, segundo o tenente-coronel Cristovão Lucas, comandante da unidade militar, a um xadrez normal. "O local tem grade e é seguro", garante o militar.

O dono dos shoppings Manáira e Mangabeira foi preso na manhã dessa sexta-feira (22), em mais uma etapa da Operação Xeque-Mate, desencadeada pela Polícia Federal e pelo Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado do Ministério Público da Paraíba (Gaeco/MPPB). Essa seria a 5ª denúncia contra o empresário

dentro da Operação Xeque-Mate. A Polícia Federal e o Gaeco não descartaram a possibilidade de surgirem outras denúncias contra o empresário ao longo do processo.

### Coletiva de imprensa

Os promotores de Justiça Rafael Linhares e Cacimiro Neto, do Gaeco, o Delegado da Polícia Federal, Fabiano Emídio e o Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado, Vitor Moraes Soares, estiveram à frente da coletiva de imprensa realizada na manhã dessa sexta-feira, na sede da PF em Cabedelo.

A Polícia Federal e Ministério Público esclareceram algumas questões sobre a terceira etapa da Operação Xeque-Mate, que resultou no cumprimento de mandado de prisão preventiva do empresário Roberto Santiago e em mais 11 mandados de busca e apreensão contra

investigados nos estados do Rio Grande do Norte, nas cidades de Parnamirim e Mossoró, e Paraíba, na capital João Pessoa e também em Campina Grande.

Sobre a prisão de Roberto Santiago, acusado de ser o núcleo financeiro da organização criminosa instalada no município de Cabedelo desde 2014, foi informado que o empresário teria "enviado emissários com a intenção de cooptar testemunha" e essa testemunha teria passado a informação para a PF. Além da cooptação, segundo informações passadas na coletiva, Roberto Santiago estaria direcionando as fraudes com empresas que prestam serviço à prefeitura de Cabedelo. O foco seriam empresas responsáveis pela coleta de lixo naquele município, os contratos investigados já superam a quantia de R\$ 42 milhões de reais.

Sobre os bens sequestrados, os promotores informaram que os 20 imóveis dos investigados, avaliados em mais de R\$ 6 milhões, podem estar em nomes de terceiros e que o ex-prefeito de Cabedelo, Leto Viana, mesmo preso ainda estaria se valendo dessa prática para burlar a Justiça.

Os promotores citaram as empresas Copy Line, que trabalha com locação e assistência técnica de impressoras, e a Light, responsável por coleta de resíduos sólidos, como investigadas no processo. Os investigados responderão por lavagem de dinheiro, corrupção ativa, formação de organização criminosa e fraude licitatória.

Na ocasião foi pontuada também a importância da união entre Polícia Federal e Ministério Público em prol do combate à corrupção bem como o apoio dado pelo Poder Judiciário.

## Marcos Tavares

marcostavarespb@gmail.com

### Casas destruídas

Nossa nobre Prefeitura anuncia a criação de um parque, na área do Sanhauá, diz que é um parque lindamente ornamentado com aleias, pistas de bicicleta, lojinhas, enfim tudo que faz a alegria da classe média ávida por novidades. Nada a opor, senão várias casas, com pessoas ocupando, algumas com mais de setenta anos que por azar ficaram na área do parque e receberam um gentil comunicado lhes dando quarenta e oito horas para sumir, sumir com mobília, cachorro, papagaio e todas as lembranças que acumularam nesse tempo de residência no mesmo local. Local que diga-se de passagem a Prefeitura reconheceu, colocou postes, fiação, meio-fio e cobrou o competente imposto municipal o que avaliza as casas diante dos diversos departamentos de edilidade.

O Porto do Capim é centenário. Por ele passou muito de nossa história. Era o único porto a servir a cidade fundada num rio e não no mar. Era pelo Porto do Capim que se exportava e se importava, e diversas embarcações usavam seu atracadouro como ponto de entrega. É do Porto do Capim que vem a famosa expressão "farinha do barco" referindo-se à farinha de mandioca trazida pelo barco que às vezes era molhada pelas intempéries e ficava com sabor horrível. O velho porto praticamente morreu com Cabedelo, mas as comunidades à sua volta permaneceram como um símbolo de um passado hidroviário onde o mar não existia.

Permaneceram até Luciano decidir que a cidade precisa urgentemente desse parque de beleza dactantada, tão urgentemente que não se providenciou um lar para esses deserdados que vão perder suas casas, que vão ficar na rua. Nessa hora não adiantam promessas. Para sair de uma casa tem de haver outra já construída, próxima a área anterior, com toda sua infraestrutura montada ou de nada servirá esse parque e seu encantamento senão a lembrarmos que criamos mais alguns "Sem Casa" que invadimos o lar alheio fora da lei e da civilidade. É um fato a ser, no mínimo, repensado, senão abortado em nome do bom senso e de um mínimo respeito ao cidadão mais pobre e seu lar.

### Reação

A prisão de Temer foi uma reação do Ministério Público e da Justiça em geral à ação do STF que resolveu dividir processos entre Justiça Eleitoral e comum.

A cadeia de Temer e sua gang mostra que o golpe não esmoreceu aqueles que ainda militam por uma Justiça que trabalhe e que realmente exerça seu poder sobre os delinquentes.

### Tempo

O Coronel Pinto deve ter começado sua carreira criminosa como Cabo. Os indícios mostram que ele está comprometido com falcatruas há mais de trinta e cinco anos. Uma vocação nata.

### Veículo

Enfim o empresário Roberto Santiago foi preso para explicar sua participação na Operação Xeque-Mate. Ele não foi conduzido numa Ferrari, mas num carro comum.

### Dano

Justiça paraibana ainda aguarda para ouvir as crianças envolvidas no caso de estupro do Geo. A alegação é que não se pode causar danos aos menores. Mais danos que eles já sofreram?

### Temperatura

É incrível o calor que faz na cidade apesar de que a meteorologia anuncia sempre chuvas. Chuvas de sol.

### Vacina

Vacine sua filha adolescente contra o HPV. É grátis e imuniza contra uma série de doenças graves.

### 1-Galinácea

Algumas coisas valem a pena. Outras valem a galinha inteira.

### 2 Malefícios

Um Saci nunca vai mal das pernas...

### 3-Queda

Sempre há onde cair morto. Experimente. Caia.



Foto: Assessoria-MPPB

Delegados confirmaram, em coletiva de imprensa, que nessa etapa da Operação Xeque-Mate foram cumpridos mandados de prisão também no RN

## + Xeque-Mate 3 deve resultar na quinta denúncia

A terceira fase da Operação Xeque-Mate deve resultar na quinta denúncia do Ministério Público da Paraíba (MPPB) contra uma organização criminosa que atuou no município de Cabedelo, a partir de 2013, com a compra do mandato do então prefeito da cidade. Detalhes do cumprimento das medidas cautelares foram informados durante entrevista coletiva à imprensa, na manhã de ontem.

A coletiva, que ocorreu na sede da PF, em Cabedelo, foi concedida pelos promotores de Justiça integrantes do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco/MPPB), Rafael Lima Linhares e Manoel Cacimiro Neto, e pelos delegados Fabiano Emídio de Lucena Martins e Vitor Moraes Soares. Eles destacaram a atuação conjunta das duas instituições, tanto na investigação, quanto no cumprimento dos mandados.

O promotor Rafael Linhares também destacou a contribuição do Poder Judiciário, que atendeu às demandas da operação, autorizando o cumprimento das medidas cautelares requeridas contra os investigados. Ele explicou, ainda, que o cerne desta fase da operação foi o "núcleo financeiro" da organização criminosa investigada, que era integrado pelo empresário Roberto

Santiago, preso nesta manhã, e que já foi alvo de duas outras denúncias oferecidas pelo MPPB, referentes à compra de mandato e formação da Orcrim.

Esta fase da operação investiga direcionamento e fraude no processo licitatório que resultou no contrato da empresa responsável pela limpeza urbana no município (Light), em 2014, e de atos de corrupção. O contrato da empresa continua em vigor, mas os fatos investigados são referentes à gestão de Leto Viana, que assumiu a prefeitura com a renúncia do prefeito anterior. O alvo é o núcleo financeiro, mas, segundo os promotores, isso não implica dizer que agentes públicos envolvidos não figurem na denúncia. "Quem dá algo, quer algo em troca, seja de que forma for. Pilares de impessoalidade e moralidade inexistiram nesse processo, com indícios de direcionamento e, por conseguinte, fraude à licitação", afirmou Rafael. Os contratos investigados superam a quantia de R\$ 42 milhões.

O promotor Cacimiro Neto resgatou o início da Operação Xeque-Mate, lembrando que ela começou com a investigação da compra do mandato do então prefeito, José Maria de Lucena, Luceninha, quando se instalou a Orcrim a

qual os denunciados são acusados de integrar. "Vários episódios se reportam à organização criminosa, uns já denunciados e outros em fase de investigação, como o que está sendo alvo desta terceira fase da operação. Alguns membros já estão presos e sendo responsabilizados, a partir de denúncias já oferecidas pelo MPPB. Poderão haver novas denúncias de fatos em investigação", disse.

### A operação

A operação contou com a participação de integrantes do Gaeco e 65 policiais federais, sendo realizado o cumprimento de 11 mandados de busca e apreensão em empresas e residências dos investigados, na Paraíba e Rio Grande do Norte, bem como um mandado de prisão preventiva, contra o empresário denunciado. Foram sequestrados 20 imóveis dos investigados, avaliados em mais de R\$ 6 milhões. As ordens foram expedidas pelo juiz da 1ª Vara de Justiça de Cabedelo, Henrique Jácome.

Os investigados responderão pelos crimes de formação de organização criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e fraude licitatória, cuja penas, somadas, poderão chegar a mais de 30 anos de reclusão.

# TRF vai julgar habeas corpus de Temer na próxima quarta

Desembargador Ivan Athié pediu que o juiz Marcelo Bretas informe, em 24h, se mantém a decisão que determinou as prisões

**Isabela Vieira**  
Da Agência Brasil

O ex-presidente da República Michel Temer, o ex-ministro Wellington Moreira Franco e os demais presos na Operação Descontaminação devem ficar presos por mais algum tempo, no Rio

de Janeiro. Os pedidos de habeas corpus impetrados por eles só serão definidos na próxima quarta-feira (27). Inicialmente, a expectativa era que os recursos fossem julgados ontem.

Em decisão tomada ontem, o desembargador Antonio Ivan Athié determinou

que a análise dos pedidos ocorra na próxima reunião colegiada da 1ª instância do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2).

Na mesma decisão, o desembargador pediu que o juiz Marcelo Bretas informe, em 24 horas, se mantém a decisão que determinou as prisões.

Além de Athié, fazem parte do colegiado que analisará os habeas corpus, o desembargador Abel Gomes e o juiz federal convocado Vlamir Costa Magalhães.

Na Operação Descontaminação foram presos Temer, Moreira Franco, Vanderlei de Natile, Carlos Alberto Costa,

João Baptista Lima Filho, o coronel Lima e a mulher dele, arquiteta Maria Rita Fratezi.

Todos foram detidos por determinação do juiz federal Marcelo Bretas, titular da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, responsável pelas ações de desdobramento da Operação Lava Jato.

A Operação Descontaminação investiga desvios de recursos na Eletronuclear. Ao todo, foram expedidos oito mandados de prisão preventiva, dois de prisão temporária e 24 de busca e apreensão no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Paraná e Distrito Federal.

Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil



Michel Temer e Moreira Franco terão que aguardar na prisão a decisão do TRF-2 sobre pedido de liberdade

## + Temer fica calado em interrogatório

**Vladimir Platonow**  
Da Agência Brasil

O ex-presidente Michel Temer permaneceu em silêncio durante interrogatório ontem, na Superintendência Regional da Polícia Federal (PF) no Rio de Janeiro, onde está preso desde quinta-feira (21). A informação foi divulgada ontem pela procuradora da República Fabiana Schneider, integrante da força-tarefa da Lava Jato no Rio.

Segundo Fabiana, dos oito presos na operação, apenas o ex-ministro Moreira Franco aceitou falar, negando ter recebido ou oferecido propina. De acordo com a procuradora, Temer apenas informou, por meio de seus advogados, que não iria falar.

Questionada se os fundamentos dos mandados de prisão eram suficientemente sólidos para justificar a prisão de Temer, Moreira e os demais presos, Fabiana disse que sim, por se tratar de membros de uma organi-

zação criminosa estável, que vinha ocultando patrimônio e atuando há cerca de 40 anos.

“A força-tarefa do Rio de Janeiro tem sido bastante comedida nos seus pedidos de prisão. Se não houvesse motivos suficientes para prisão preventiva, com toda certeza, nós não faríamos esses pedidos. Nós estamos absolutamente convencidos da necessidade da manutenção da prisão. A gente está falando de uma organização criminosa que assalta o erário há quase 40 anos, em valores muito superiores aos quais estamos acostumados, de R\$ 1,8 bilhão, pelo menos”, disse Fabiana.

Segundo a procuradora, uma eventual soltura dos presos, por força de habeas corpus impetrados no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) poderia atrapalhar as investigações. O TRF2 informou que os pedidos de habeas corpus serão julgados pela 1ª Turma, na próxima quarta-feira (27).

## Por unanimidade

# Supremo mantém exigências para concessão de porte de arma a juízes

**Felipe Pontes**  
Da Agência Brasil

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, manter a exigência de comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica para que os juízes brasileiros possam adquirir, registrar e renovar o porte de arma de fogo.

O julgamento, realizado em ambiente virtual na semana passada, confirmou decisão anterior do ministro Edson Fachin, que em junho do ano passado julgou im-

procedente uma ação aberta pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e pela Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

Para as entidades, as exigências para autorização e registro do porte previstas no Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003) não poderiam se aplicar a magistrados, por afrontarem a Lei Orgânica da Magistratura (Loman), que autoriza juízes a portar arma de fogo para defesa pessoal.

Os argumentos, no entanto, não convenceram Fachin. Para o ministro, a prerrogativa de porte de arma prevista na Loman “não pressupõe a efetiva habilidade e conhecimento para utilizá-la, necessitando, portanto, comprovar possuir capacidade técnica e aptidão psicológica”.

Ainda no entendimento do ministro, o direito ao porte não significa que os magistrados estão dispensados de cumprir as regras para o registro, previstas no Estatuto do Desarmamento.

As associações que re-

presentam os magistrados recorreram contra a decisão monocrática (individual) de Fachin, por meio de um agravo, alegando, entre outros pontos, que o mérito da questão deveria ter sido discutido de forma colegiada, com a participação de outros ministros do STF.

Fachin levou o agravo para análise do plenário virtual, onde os ministros têm uma semana para apreciar o caso e votar remotamente. Lá, ele recebeu o apoio de todos os colegas de Corte, que mantiveram integralmente os termos de sua decisão.

Foto: Nelson Jr./SCO/STF



O julgamento do STF confirmou decisão do ministro Edson Fachin, que em junho de 2018 julgou improcedente uma ação aberta pelas AMB e Ajufe

## Cinco ex-governadores do Rio já foram presos

Da Agência Brasil

Com a prisão do ex-ministro Moreira Franco, de 74 anos, em um desdobramento da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro, são cinco os ex-governadores do estado detidos nos últimos três anos. A lista inclui os ex-governadores Sergio Cabral, Luiz Fernando Pezão, Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho.

O ex-ministro foi preso nessa quinta-feira (21) sob a acusação de negociar o pagamento de propina, no valor de R\$ 1 milhão, à Engvix em obras relativas à usina nuclear Angra 3. Moreira Franco foi governador do Rio de Janeiro no período de 1987 a 1991.

Preso no Batalhão Especial Prisional, em Niterói, no Rio, Pezão é acusado de manter o esquema de corrupção iniciado por Cabral, detido em 2016. Na quarta-feira (20), Cabral foi denunciado pela 29ª vez pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Reunindo todas as penas, ele deve cumprir cerca de 200 anos de prisão.

Os ex-governadores Anthony e Rosinha são acusados por crimes de corrupção, concussão, participação em organização criminosa e falsidade na prestação das contas eleitorais. O casal recorreu e responde ao processo em liberdade.



Academia Paraibana de Letras

Edital

O Presidente da ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS - APL, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 7º do Estatuto Social, combinado com o Art. 16 e 17 do Regimento, da APL, declara:

1º. Vaga a Cadeira 27, anteriormente ocupada pelo acadêmico Carlos Augusto Romero;

2º. Aberto o período de inscrições, para preenchimento da cadeira nº 27, que deverão ser realizadas na Secretaria da APL, das 8 às 12 horas, dos dias úteis, obedecendo as exigências regimentais e o prazo estabelecido, a partir do dia 21 de março de 2019.

3º. Ouvido o Conselho Diretor em conformidade com o Art. 19 do Regimento Interno designa o dia 07 de junho de dois mil e dezenove (07.06.2019), de 8:00 às 12:00, na Sede da APL, Rua Duque de Caxias, 25/37 - Centro - João Pessoa, PB, para a Eleição do futuro ocupante da Cadeira 27. Participarão do processo eleitoral os candidatos regularmente inscritos, sob aprovação do Conselho Diretor da APL.

João Pessoa, 21 de março de 2019

Damião Ramos Cavalcanti  
PRESIDENTE

# Presidentes de sete países da América do Sul criam o Prosul

Piñera diz que o fórum se destina a “enfrentar problemas e assumir oportunidades” que são comuns da região

**Andreia Verdélio**  
Da Agência Brasil

Presidentes de sete países sul-americanos assinaram ontem a Declaração de Santiago, que marca o início do processo de criação do Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul). Em discurso após a cúpula presidencial, o presidente do Chile, Sebastian Piñera, disse que o Prosul se destina a “enfrentar problemas e assumir oportunidades” que são comuns aos países da região.

“Foi um bom dia para a colaboração, diálogo e entendimento para integração na América do Sul”, disse Piñera, ressaltando que há cinco anos esse encontro não era realizado. Assinaram a de-

claração os presidentes de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Guiana e Peru. Os líderes do Uruguai, da Bolívia e do Suriname não compareceram.

O presidente chileno reiterou que será um fórum que respeita as diferenças e diversidades dos países. “Sem ideologias, sem burocracias, pragmático e que vai buscar resultados para a região, em compromisso claro com a democracia, liberdade e respeito aos direitos humanos”, disse.

## Democracia

Segundo Piñera, o Prosul será aberto a todos os países da América do Sul. Mas há requisitos essenciais, de acordo com a Declaração de Santiago: estar em plena

vigência da democracia, com respeito à separação dos poderes do Estado, liberdade e direitos humanos, assim como o respeito à soberania e integridade territorial.

A nova comunidade de países sul-americanos substitui a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), paralisada há mais de dois anos. A proposta do Prosul, idealizada pelo presidente chileno tem formato mais flexível, enxuto, menos oneroso e deve se dedicar a iniciativas concretas entre os países e ações conjuntas para integração e desenvolvimento da região.

As nações que compõem o Prosul entenderam que a Unasul, da forma como funcionou desde seu lançamento em 2008, perdeu efeitos

práticos, mantendo custos, e passou a disputar decisões sobre temas que já são tratados em outras instâncias, como o Mercosul.

A Declaração de Santiago estabelece que os objetivos do Prosul são o diálogo contínuo e a coordenação de ações conjuntas para o desenvolvimento da região. O espaço deverá abordar, de maneira flexível, temas de integração em infraestrutura, energia, saúde, defesa, segurança e combate ao crime, e prevenção e manejo de desastres naturais.

O próximo passo será a instituição de grupos de trabalho pelas instâncias diplomáticas de cada país para elaborar as bases para a criação da comunidade comum.

Foto: Rodrigo Garrido/Reuters



O presidente Jair Bolsonaro assina a Declaração de Santiago, observado por outros líderes sul-americanos durante a cúpula de Prosul, no Chile

## Polícia prende 11 pessoas suspeitas de planejar ataque ‘islamista’ em Frankfurt

Da AFP

Pelo menos 11 pessoas suspeitas de planejar um atentado “islamista” com um veículo e armas de fogo foram detidas pela polícia alemã ontem, em Frankfurt.

Entre elas, estão um homem de 21 anos, de Offenbach, e dois irmãos de 31 anos, de Wiesbaden, que pertencem à corrente salafista, suspeitos de serem os cérebros da operação que buscava co-

meter um atentado “terrorista islamista”, informa a Procuradoria de Frankfurt.

Para atingir esse objetivo, planejaram usar um veículo e armas de fogo para “matar tantos ‘infiéis’ quanto fosse possível”, afirmou a Procuradoria, em um comunicado.

Os suspeitos, que não tiveram suas nacionalidades divulgadas, entraram em contato com “vários traficantes de armas, alugaram um grande veículo” e reuniram

dinheiro para a compra de armas de fogo.

Os investigadores se concentram, particularmente, em dez pessoas com idades entre 20 e 42 anos que vivem nos estados de Hesse e Renânia-Palatinado. São suspeitas de financiar o terrorismo e de ajudar na preparação de um crime.

Os suspeitos detidos devem ser apresentados a um juiz de instrução que decidirá sobre sua detenção provisória.

A Alemanha se encontra em estado de alerta por causa de vários ataques extremistas cometidos, ou planejados, no país nos últimos anos.

O mais grave deles, ocorrido em dezembro de 2016, foi cometido por um tunisiano de 23 anos, Anis Amri, responsável pelo atentado em uma feira de Natal em Berlim. A autoria do ataque foi reivindicada pelo Estado Islâmico (EI) e deixou 12 mortos.

## Tribunal italiano nega pedido de Battisti para sair de isolamento

Da Agência Ansa

O regime de isolamento durante o dia valerá por seis meses, mas o advogado de Cesare Battisti, Davide Steccanella, o considerava “prescrito”, hipótese negada pelo tribunal de Milão.

A defesa disse que avalia

entrar com um novo recurso. Battisti ainda aguarda a decisão da Corte de Apelação sobre o pedido para converter a pena de prisão perpétua em 30 anos de reclusão. A solicitação se baseia na tese de que ele foi entregue à Itália com base em um acordo de extradição assinado com o Brasil

em outubro de 2017.

O pacto condicionava a extradição ao compromisso de que Battisti cumprisse a pena máxima prevista pela legislação brasileira, que é de 30 anos de cadeia. A decisão está prevista para o dia 17 de maio.

Ex-membro do grupo

terrorista Proletários Armados pelo Comunismo (PAC), ele cumpre pena de prisão perpétua por quatro assassinatos cometidos na década de 1970. Battisti foi condenado em contumácia e passou quase 40 anos foragido, até ser capturado na Bolívia, em janeiro de 2019.

**Acilino**  
**Madeira**

alberto.madeira@hotmail.com

## Sindifisco-PB: eleições e mudança

Aproximam-se as eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do Sindicato dos Auditores Fiscais da Paraíba. No dia 14 de abril, do ano em curso, duas chapas concorrerão no pleito eleitoral. De um lado, a situação que vem se renovando na condução do sindicato desde os idos tempos de 1990. Do outro lado, nova chapa de oposição composta por segmentos mais expressivos da categoria fiscal.

Nestas eleições, o cenário é um pouco diferente, haja vista a mudança no paradigma da representação classista laboral brasileira, pós-reforma trabalhista ocorrida ainda no governo Temer. Tal reforma desmantelou os pilares de sustentação do sindicalismo brasileiro: estrutura verticalizada; contratação individual do trabalho e contribuição sindical compulsória.

No âmbito do sindicalismo no serviço público, a situação se agravou em decorrência da perda de direitos adquiridos desde os tempos que remontam à década de 1980, que muito embora tenha sido considerada a década perdida, do ponto de vista econômico, politicamente representou avanços significativos. De tal sorte que o processo de redemocratização no país contou com uma série de inovações democráticas nos anos oitenta do século passado: fundação do PT em 1981, eleições diretas para governadores no pós-golpe militar em 1982, criação da CUT em 1983, Diretas Já em 1984, eleições indiretas em 1985, promulgação da Constituição Federal em 1988 e eleições diretas para presidente da República em 1989.

Todos os acontecimentos acima descritos ajudaram a empoderar o movimento político-sindical dos servidores públicos civis das três esferas de poder. A categoria fiscal na Paraíba que até então contava apenas com uma associação, muito mais de caráter assistencialista, ganhou logo no início da década de 1990, um sindicato com bandeira de luta política, embora tenha continuado sem se filiar à CUT.

Contudo, no campo sindical laboral brasileiro não existe uma homogeneidade de atuação devido às diferenças entre sindicalismo operário, sindicalismo de servidores públicos e de sindicalismo meritocrático e de classe média.

No caso do Sindifisco-PB, trata-se de um sindicalismo de auditores fiscais que se enquadra no campo da representação classista de funcionários públicos graduados e calcado na meritocracia inerente à classe média (já tão fragmentada) e que amarga perdas salariais ao longo dos últimos trinta anos.

No caso específico dos auditores fiscais da Paraíba, a corrosão salarial implica em desprestígio econômico, político e social. O desprestígio econômico tem desferido um golpe profundo na categoria pelo fato de nos últimos governos ter ocorrido a quebra de paridade entre fiscais da ativa e aposentados.

O salário tem sido formado por um subsídio básico acrescido de auxílios indenizatórios e mais ultimamente por bolsa de desempenho fiscal para servidores ativos. Para aposentados e pensionistas o salário pago compreende apenas o subsídio seco. Desde 2003, que os auditores fiscais, na Paraíba, passaram a compor um quadro de servidores ligados somente à receita pública e não mais à despesa pública, na dupla face da moeda orçamentária. Evidencia-se uma perda de prestígio político da categoria para os ordenadores de despesas de plantão, ligados a governo e não ao Estado. A perda de prestígio político implica também em um desprestígio social. O prestígio, leia-se, é a pedra fundamental do sindicalismo meritocrático e de classe média.

Nas últimas gestões do sindicato dos auditores fiscais da Paraíba, percebe-se uma paralisia de ações que tenham se mostrado estratégica para o enfrentamento da questão da falta de prestígio categorial perante a opinião pública, no geral.

Sem que tenha havido políticas de formação sindical mais intensiva, as lideranças continuam as mesmas e, no mais das vezes, não têm acompanhado as mudanças ocorridas nas próprias funções de tributação, arrecadação e fiscalização.

Uma boa saída no pleito que se aguarda seria uma renovação no quadro dos dirigentes do Sindifisco-PB para que a luta sindical ganhe novos contornos e desafios. E que vença o bom senso.

# Colisão frontal entre ônibus deixa 60 mortos em Gana

Veículos trafegavam em direções diferentes quando o acidente aconteceu, segundo revelou a polícia local

Da AFP

Sessenta pessoas morreram na madrugada de ontem na colisão frontal de dois ônibus em uma estrada no centro de Gana, informou a polícia deste país do oeste africano, onde os acidentes rodoviários graves são comuns.

“A morte de sessenta pessoas foi confirmada”, declarou um comandante da polícia, Joseph Antwi Gyawu, acrescentando que o acidente ocorreu por volta das 02h00 GMT (23h00 de ontem no horário de Brasília) na região de Bono, cerca de 430 km ao norte da capital Accra.

“Os veículos trafegavam em direções diferentes quando a colisão ocorreu”, acrescentou. Um dos ônibus pegou fogo, causando queimaduras nas vítimas, enquanto o outro ficou esmagado.

Cada veículo transportava cinquenta passageiros enquanto que, segundo a polícia e sobreviventes, um dos motoristas adormeceu. Equipes de resgate foram enviadas ao local.

Segundo o dr. Kwame Arhin, do hospital de Kintam-



Foto: Christian Thompson/EFE

Cada veículo transportava 50 passageiros e, segundo a polícia e sobreviventes da tragédia, um dos motoristas adormeceu e causou o acidente

po, quase trinta feridos, alguns em estado grave, estão recebendo cuidados. “Sete dos 28 passageiros que foram trazidos para cá estão em estado crítico”, disse o médico à AFP.

“Alguns dos sobreviventes disseram que um dos motoristas estava com tanto sono que

os passageiros pediram que ele estacionasse o veículo, mas ele se recusou”, declarou o chefe dos bombeiros de Kintampo, Ankomah Twene, à emissora local TV3. “Achamos que ele tem alguma responsabilidade pelo acidente”, acrescentou.

Uma sobrevivente, Rose

Anane, contou como escapou da morte. “Eu estava dormindo quando ouvi um barulho alto. Conseguimos quebrar uma janela e apenas um pequeno grupo - cerca de dez pessoas - conseguiu sair”.

“Alguns segundos depois, o veículo pegou fogo com mui-

tos passageiros ainda dentro do ônibus. Eles queimaram diante de nossos olhos, já era tarde da noite”, disse ela.

#### Estradas da morte

Este último acidente provocou novos pedidos para que as autoridades se envolves-

sem mais na aplicação das regras de trânsito para reduzir o número de vítimas em acidentes na estrada.

“Conversamos com a assembleia local para colocar lombadas na estrada, mas eles dizem que não é possível porque é uma estrada grande”, disse Gifty Mintah, morador da região.

“Mas as pessoas continuam a morrer e quanto tempo vamos vê-las morrer sem fazer nada?”, questionou, indignado.

Os acidentes rodoviários são comuns em Gana, devido à má manutenção da rede, à não conformidade com o Código da Estrada e ao estado de muitos veículos. Em média, seis pessoas morrem todos os dias em acidentes de trânsito neste país da África Ocidental, de acordo com a Polícia Rodoviária de Gana. Em fevereiro de 2016, 70 pessoas morreram e 13 ficaram feridas na colisão de dois ônibus na mesma cidade de Kintampo.

Em julho de 2017, o ônibus que transportava jogadores de um dos principais clubes de futebol do país, Asante Kotoko, atingiu um caminhão parado.

## GUANABARA. FAZENDO TUDO PRA FACILITAR A SUA VIDA.

AGÊNCIAS CONCEITO



APLICATIVO



TOTEM DE AUTOATENDIMENTO



SITE



A cada dia que passa, a Guanabara cria soluções inovadoras para que sua viagem seja sempre a melhor. É mais conveniência na compra de passagens através do site [viajeguabara.com.br](http://viajeguabara.com.br), do aplicativo Expresso Guanabara e dos totens de autoatendimento. É a Guanabara facilitando sempre a sua vida.



**G** GUANABARA  
SATISFAÇÃO EM TODOS OS SENTIDOS  
SAC 0800 728.1992



Foto: Companhia Docas da Paraíba / Divulgação

# Dia Mundial da Água encerra semana de mobilização na PB

Evento, promovido pelo Governo do Estado, foi comemorado ontem no auditório do Unipê, em João Pessoa

O Dia Mundial da Água, comemorado ontem, foi marcado pelo encerramento da Semana Estadual de Mobilização em Defesa da Água, realizada no auditório do Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), na capital. O evento, promovido pelo Governo do Estado, teve início na última segunda-feira (18), na cidade de Sousa, e foi fruto de parceria entre a Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente (Seirhema), Sudema, Aesa, Cagepa e Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado da Paraíba e Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (SEECT).

A secretária executiva de Estado dos Recursos Hídricos, Virgiane Melo, proferiu palestra sobre a situação hídrica da Paraíba, destacando os programas desenvolvidos pelo Governo do Estado, como o programa de construção de adutoras, de construção e segurança de barragens, de perfuração de poços, a execução dos sistemas de esgotamento sanitário, Programa Água Para Todos (PAD), do Programa de Integração do São Francisco (PISF) e da construção do Canal Acauã/Araçagi.

Para a secretária Virgiane Melo, a realização da Semana Estadual de Mobilização em Defesa da Água é uma importante ação do Governo do Estado, tendo em vista ser a água um líquido precioso e indispensável à vida. "A iniciativa demonstra ainda a preocupação que o governo tem com as questões que envolvem a água desde a captação, o tratamento e a distribuição de forma igualitária, gerando condições para que a população tenha acesso a esse líquido com qualidade", observou.

Ainda como parte da programação foram proferi-

das palestras sobre o Programa Água Doce (PAD), pelo coordenador estadual Robi Tabolka, sobre a Água como Bem Humano, por João Vicente (Aesa). Estiveram presentes também o diretor da Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (Aesa), Valdemir Fernandes de Azevedo, do diretor da Cagepa, Jorge Gurgel, do superintendente da Sudema, Fábio Andrade, do superintendente do Ibama, Rozil Lima, do representante da Secretaria de Estado da Saúde, Emanuel Lira, e de representantes dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado da Paraíba, bem como de estudantes, técnicos e o público em geral.

O Dia Mundial da Água foi instituído pela Organização das Nações Unidas - ONU, por meio da resolução A/RES/47/193 de 21 de fevereiro de 1993, determinando que o dia 22 de março seria a data oficial para comemorar e realizar atividades de reflexão sobre o significado da água para a vida na Terra. No Estado da Paraíba, a Lei Estadual Nº. 6.756, de 8 de Julho 1999, instituiu a Semana Estadual de Mobilização em Defesa da Água, na qual a programação deve constar de campanhas junto à população sobre a conscientização da importância dos recursos hídricos.

**Para a secretária Virgiane Melo, a realização da Semana Estadual de Mobilização em Defesa da Água é uma importante ação do Governo do Estado**



Representantes de vários órgãos estaduais participaram ontem de palestras no Unipê, no encerramento da Semana Estadual de Mobilização em Defesa da Água

## Tuberculose

# Homens de 25 a 40 anos vão ser o público-alvo de campanha no país

**Paula Laboissière**  
Da Agência Brasil

No Dia Mundial de Luta contra a Tuberculose, que é lembrado amanhã (24), o Ministério da Saúde vai lançar uma campanha alertando para os sintomas, o diagnóstico precoce e o tratamento sem interrupção. A campanha será voltada principalmente para homens entre 25 e 40 anos, grupo mais afetado pela doença.

De acordo com a pasta, a estimativa é que, em 2017, 10 milhões de pessoas tenham adoecido por tuberculose e que a doença tenha

causado cerca de 1,3 milhão de óbitos, o que a mantém entre as dez principais causas de morte no planeta.

No Brasil, a incidência da tuberculose nesse período foi de 34,8 casos por 100 mil habitantes. Foi registrado ainda um total de 4.534 óbitos pela doença, resultando em um coeficiente de mortalidade de 2,2 óbitos por 100 mil habitantes. O país, segundo o ministério, atingiu as metas dos Objetivos do Milênio de combate à tuberculose, que previam reduzir, até 2015, o coeficiente de incidência e de mortalidade da doença em 50% quando comparado aos

resultados de 1990. Em 2018, entretanto, foram registrados 72,8 mil casos novos no país.

"Apesar de ter avançado, o brasileiro deve ficar sempre alerta", destacou a pasta, ao reforçar a importância de se começar o tratamento o quanto antes. A terapia de combate à tuberculose está disponível gratuitamente em unidades públicas de saúde e mantê-lo até o final é essencial para atingir a cura da doença.

**A doença**  
A tuberculose é uma doença infectocontagiosa que afeta principalmente os

pulmões, mas também pode acometer órgãos como ossos, rins e meninges (membranas que envolvem o cérebro). Embora seja uma doença passível de ser prevenida, tratada e mesmo curada, ela ainda mata cerca de 4,7 mil pessoas todos os anos no Brasil.

Os sinais e sintomas mais frequentes incluem tosse seca ou com secreção por mais de três semanas, podendo evoluir para tosse com pus ou sangue; cansaço excessivo e prostração; febre baixa geralmente no período da tarde; suor noturno; falta de apetite; emagrecimento acentuado; e rouquidão.

## Essas coisas

**Carlos Aranha**  
carlosaranha2005@yahoo.com.br

# Por que a crítica pouco questiona?

**H**á um sistema filosófico que abraça a utilidade prática como critério de verdade. Como se todos fôssemos objetos d'utilidade pública. Identifica o último como o verdadeiro. Importando ou não que sejam pessoas anônimas. E o pragmatismo? Seria uma praga?

De repente, pode ou não

pode o conceito de música popular brasileira sofrer por tagarelices pragmáticas?

Houve uma época de dias dançantes (metade dos anos 80) em que o Rio de Janeiro pegava fogo, como São Paulo, com coisas tipo "saturday night fever" e a Rede Globo sacudindo para todo



o País cenas do filme em que John Travolta fascinou jovens plateias mil dançando com Karen Gorney (foto).

Por que a maior parte da crítica musical do Brasil tem preocupação em acusar ou defender o consolidado esquecendo de provocar o não consolidado, ou por ele perguntar na medida em que as gravadoras e as estações de rádio não

o fazem emergir?

Por que não orienta em cima dos dados do novo compositor que nasce velho? Por que não questiona e remexe com o domínio, a pirataria, o neocolonialismo das multinacionais?

E o pragmatismo de baixo nível

dos que trabalham diretamente com as cúpulas das Universal-da-vida? Onde a responsabilidade da crítica, do tal "jornalismo cultural"?

É preciso evitar o fanatismo pragmático que leva um jornalismo especializado a criar obsessões em nome de um discutível "padrão de qualidade".

Na semana passada, antes de escutar a reedição completa da trilha sonora de "West Side Story", recorri aos meus arquivos, procurando (e ainda bem que encontro) este claro e lúcido depoimento de Carlos Estevam à extinta revista "Visão":

"Quando uma sociedade chega ao ponto de erigir o pragmatismo em virtude, essa sociedade não necessita mais pensar. Como bem definia Oliveira Vianna, a nossa é uma sociedade amorfa. Aqui, os setores em que tecnicamente se divide a classe média dominante estão praticamente fundidos. É por isso que as camadas novas dessa classe são extremamente débeis, com pouco ou nenhum pensamento original".

Esse depoimento foi em 1979. Alguma coisa mudou? É bom acabarmos a mania de contar os minutos. O tempo não tem nada a ver com as ideias do ar.

## Dias Gomes

A televisão serviu para popularizar o nome do saudoso Dias Gomes, com "Roque Santeiro" e "O bem amado", principalmente. Mas, são obras menores quando comparadas com a perfeita produção que ele conseguiu em textos teatrais nas décadas de 1960 e 70, destacando-se "A invasão", "A revolução dos beatos", "O santo inquirido" e "O pagador de promessas".

São textos que, além de enriquecer esteticamente a dramaturgia brasileira, numa fase que se resumia à verborragia de Nelson Rodrigues e ao classicismo de Jorge de Andrade, colaboraram para o crescimento da resistência à ditadura sem ser panfletários.

Dias Gomes tinha noções completas da carpintaria teatral. Dominava essa linguagem. Ele escrevia como se fosse o seu encena-

dor. Por isso, quando Anselmo Duarte decidiu transformar "O pagador de promessas" em filme, pediu ao próprio Dias que fizesse a adaptação cinematográfica. Deu no que deu. "O pagador de promessas" foi o único filme brasileiro a ganhar a Palma de Ouro, em Cannes. Aos que não são cinéfilos, informo que, para o mundo do cinema, Cannes - cuja 73ª edição acontecerá neste ano - é cem vezes mais importante que o Oscar.

Depois de "O pagador de promessas", o momento talvez definitivo da dramaturgia de Dias Gomes foi o de "O santo inquirido", sobre Branca Dias, a cristã-nova paraibana morta pela Inquisição.

Na tumultuada década de 1970, a história de Branca Dias foi transformada por Dias Gomes em alegoria contra todas as ditaduras de então.

# Coleta para o Censo Escolar 2019 começa no final de maio

Prazo para entrega dos dados referentes às matrículas feitas este ano nas escolas de todo o país vai até 31 de julho

**Mariana Tokarnia**  
Da Agência Brasil

A coleta das informações do Censo Escolar 2019 começarão a ser feitas no dia 29 de maio, de acordo com o cronograma publicado ontem (22) no Diário Oficial da União, em portaria do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A partir desse dia, os diretores e responsáveis pelas escolas de todo o país devem acessar o Educacenso, na internet, e preencher os dados referentes às matrículas feitas este ano. O prazo para entrega de informações vai até 31 de julho.

Após essa etapa, no dia 30 de agosto, o Ministério da Educação irá divulgar os relatórios preliminares, por escola, para a conferência pelos gestores municipais e estaduais. Eles terão 30 dias para a conferência e retificação de eventuais erros nas informações declaradas.

Os resultados finais e os microdados públicos serão divulgados pelo Inep no dia 31 de janeiro de 2020. Serão divulgadas também as sinopses estatísticas da educação básica, etapa que vai desde a educação infantil ao ensino médio. A sinopse traz detalhadas e acessíveis ao público os dados coletados junto às escolas.

O cronograma do Censo Escolar 2019 segue em 2020, quando ocorre a se-

gunda etapa da coleta. As escolas devem, então, informar os dados do rendimento dos estudantes e as movimentações daqueles que foram matriculados em 2019, se foram aprovados, reprovados ou se deixaram a escola. Essa coleta será feita no período de 3 de fevereiro a 20 de março do ano que vem.

Os dados preliminares da segunda etapa serão publicados no dia 1º de abril de 2020 para a conferência e os resultados finais serão divulgados no dia 11 de maio no portal do Inep.

## Censo Escolar

O Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e o mais importante levantamento estatístico educacional brasileiro nessa área. As matrículas e dados escolares coletados servem de base para o repasse de recursos do governo federal e para o planejamento e divulgação de dados das avaliações realizadas pelo Inep.

O censo abrange as diferentes etapas e modalidades da educação básica e profissional: o ensino regular - educação infantil, ensino fundamental e médio; a educação especial; a Educação de Jovens e Adultos (EJA); e a educação profissional, que abrange cursos técnicos e cursos de formação inicial continuada ou qualificação profissional.

## UEPB terá 1ª Semana de Jornalismo em abril

Os interessados em participar da 1ª Semana de Jornalismo da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) podem realizar sua inscrição até o dia 29 de março. O evento, que será realizado entre os dias 1º e 3 de abril, na Central de Integração Acadêmica, também estabeleceu esse prazo para os estudantes que quiserem inscrever trabalhos científicos. Fazem parte da programação quatro minicursos, três grupos de trabalhos, além de seis oficinas.

A abertura da 1ª Semana de Jornalismo, no dia 1º de abril, será no Auditório I da Central de Integração Acadêmica, no Câmpus de Bodocongó, a partir das 9h,

com a participação do jornalista Carlos Siqueira. O tema da palestra será "Jornalismo e Credibilidade". À noite, às 19h30, no mesmo local, será realizada a mesa redonda "Jornalismo digital, fontes de informação e fake news, com as professoras Socorro Palitô, Silvana Torquato e Ana Sousa, além da jornalista Geovanna Teixeira.

Os alunos que quiseram submeter trabalhos ao evento devem enviar sua publicação contendo de oito a 12 páginas. Os autores receberão certificados de participação e poderão submeter mais de um trabalho, desde que sejam inscritos no mesmo Grupo de Trabalho.

## Mulheres que inspiram

# Musicista luta para incentivar o empoderamento de outras meninas

**Beatriz de Alcântara**  
Especial para A União



29 anos, mulher, negra, nordestina e paraibana. Morgana Moraes é musicista, integrante das bandas Mafiota e Gatunas e está se formando atualmente em Licenciatura em Música com foco em técnicas interpretativas do contrabaixo, mas já possui ensino superior sequencial.

A artista conta que a arte a move e que desde pequena buscou aprender a tocar, seja sozinha ou com a ajuda de alguns amigos. O início da carreira não foi fácil e até hoje lida com algumas questões, pelo fato de ser, na Mafiota, a única mulher da banda e por tocar contrabaixo. Quanto a isso, Morgana é enfática: "Como ser a única mulher da banda? Por que tocar um contrabaixo, um instrumento nada convencional para as mulheres? Eu pergunto: por quê?! É por isso que amo essas escolhas!".

Ao longo do caminho, Morgana diz que sempre ouviu muito as pessoas comentando que ela tocava feito homem e isso a incomodava bastante, apesar de não conseguir expressar exatamente a chateação. "Com o tempo eu fui me apropriando e cada vez que ouvia essa frase, eu sorria e dizia: não vou tocar feito homem, vou tocar como mulher, vá ouvir Nik West, Esperanza, Carol Kaye entre outras. Irei tocar com meu sotaque, então não vem com essa frase "toque feito homem" ou que meu instrumento é pouco convencional para as mulheres porque não é, lugar de mulher é onde ela quiser", conta ela.

A partir de episódios como esses, a musicista passou a se empoderar e perceber que essa postura servia de inspiração para

outras mulheres, de diferentes idades. E essa inspiração vem de diversos lugares, seja no toque do contrabaixo ou nas tranças do cabelo da época em que usava. "Eu acho muito massa isso, eu acho muito importante, porque o reconhecimento pra mim vale mais do que qualquer cachê. Na época que eu usava tranças, via as meninas de 10, 12 anos comentando com as mães: "Eu quero tranças, quero tocar igual a ela e tal", conta Morgana. A força dessa representatividade reflete inclusive nos planos futuros da artista, que pensa em abrir uma escolinha para dar aulas de música, especialmente contrabaixo, depois de concluir o curso.

Mas, Morgana vai mais além, pois, não basta ser inspiração, mais do que isso, ela se sustenta no propósito de incentivar e empoderar outras meninas. Ao ouvir muitas vezes frases como "queria ser igual a você", a resposta é imediata: "Não, você vai ser igual a você, porque você tem esse potencial", compartilha.

E a militância se manifesta por Morgana também através da música no seu cotidiano. "Quando estou no palco vejo meu contrabaixo e microfone como instrumentos de pronunciar, manifestar e encorajar meu público, pois tenho prioridade por ter passado por situações de machismo, preconceito, misoginia e desta forma minha mensagem alcança quem por vezes é vítima e não reconhece, assim como eu no passado, seus direitos", afirma ela.

## Projeto Gatunas

A banda Gatunas surgiu no fim de 2016 quando Morgana foi convidada pelo músico Escurinho para participar de uma apresentação. Um convite levou ao outro e a artista reuniu os amigos Ruanna Gonçalves,



Foto: Amnick Melo

Morgana Moraes é integrante das bandas Mafiota e Gatunas

Marcondes Orange e Jamila (ex-integrante) sendo esta a primeira formação da banda. Após a saída de Jamila, o vocal recebeu Aysha Adad que integra o grupo até hoje. Sobre o nome da banda e o fato de muitas vezes as pessoas usarem "As Gatunas", Morgana conta que acontece bastante, mas que tentam desconstruir, pois "na banda existem duas mulheres cisgênero, uma transexual e um homem hétero. Geralmente a gente tenta que as pessoas falem Gatunas, mas acontece de falar "as", de boas". Inclusive, Morgana define a banda como "sem gênero nenhum, inclusive musical", por conta da diversidade de personagens e de ritmos.

A proposta inicial era homenagear Rita Lee e seguir com esse estilo de

lembrar e engrandecer mulheres fortes do cenário musical. "Tem muita referência em Elza Soares, Rita Lee, Amy Winehouse, Elis Regina... As mulheres fortes que temos como referências sempre jogamos nas músicas autorais", descreve.

Morgana se define como guerreira, persistente e teimosa, enfatizando o signo "sou capricorniana". Alguém que gosta de desafios, daria até um conselho a si mesma, alegando que tudo foi experiência. "Continue acreditando nos seus sonhos, acredite em você. Pratique sempre a empatia e por fim seja feliz", diz Morgana.

A banda Mafiota, da qual Morgana Moraes faz parte, lança disco novo no dia 20 de abril, na Energisa Cultural, com entrada gratuita.

## Município deve fornecer protetor solar a servidores

"O município deve fornecer protetor solar para os servidores que exercem atividades a céu aberto expostos aos raios solares, porque se trata de medida de proteção contra a excessiva exposição ao sol e à radiação ultravioleta que estão associados a vários tipos de câncer de pele, envelhecimento precoce, catarata e

outras doenças oculares". Este foi o entendimento do juiz convocado Tércio Chaves de Moura, ao manter a decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara da Comarca de Sapé, que determinou ao município de Sobrado o fornecimento de 240 ml de protetor solar de, no mínimo, fator de proteção 30, a servidor que estava exer-

cendo a função de tratorista. Conforme a Remessa Oficial desprovida pelo relator, o autor da ação, Marcos Antônio de Aguiar, foi nomeado para ocupar o cargo de tratorista em fevereiro de 2010, necessitando, por isso, do uso de bloqueador solar. Embora houvesse o fornecimento pela prefeitura, a quantidade era insufi-

ciente, tendo em vista a necessidade de utilização do produto quatro vezes ao dia. Requereu, assim, a liberação de quantidade suficiente para uma proteção eficaz, mediante apresentação de receita de profissional médico especialista, atestando a necessidade de prevenção de danos à saúde.

Para o relator, não resta

dúvida quanto à necessidade do autor, ante a própria atividade exercida e o reconhecimento da municipalidade sobre a insuficiência do fornecimento.

"A Constituição Federal, em seu artigo 196 e seguintes, deixa claro que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais

e econômicas que visem à redução do risco de doença e ao acesso universal às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação", afirmou o juiz convocando Tércio Chaves, acrescentando que o fornecimento deve ser feito, mesmo que a atividade em questão não seja considerada insalubre.

# Porto de Cabedelo: terminais são leiloados por R\$ 54,5 mi

Presidente da Docas-PB, Gilmara Temóteo, ressaltou que o porto vai receber investimentos de R\$ 100 milhões

Da Agência Brasil com Redação

O Ministério da Infraestrutura concluiu, na tarde de ontem (22), o leilão de três terminais no Porto de Cabedelo. As áreas AI-1, AE-10 e AE-11 foram arrendadas pelo Consórcio Nordeste pelo valor de R\$ 54,529 milhões. No total, incluindo uma área portuária no Porto de Vitória (ES), o pagamento de outorgas gerou uma arrecadação de R\$ 219,5 milhões ao Governo Federal. “Estamos satisfeitos com o resultado porque superou as expectativas, que reafirma a confiança do mercado no atual governo, uma vez que o resultado superou nossa expectativa de ágio”, disse o ministro Tarcísio Freitas.

A presidente da Companhia Docas da Paraíba (Docas-PB), Gilmara Temóteo, esteve no leilão, que aconteceu na Bolsa de Valores, em São Paulo. “Como o próprio ministro já falou em entrevistas, esse processo vai além do valor das outorgas. O Porto de Cabedelo, por exemplo, deverá receber investimentos que podem chegar à marca de R\$ 100 milhões. Além disso, com o aumento da capacidade nos terminais, veremos uma melhora na logística da Paraíba”, explica Gilmara.

Esse montante se dará porque os terminais leiloados na Paraíba são classificados como “brownfield”, ou seja, são terminais que já funcionam e vão receber melhorias operacionais e de infraestrutura

## Áreas

A AI-01 tem 18.275 metros quadrados de extensão. Nela, serão exigidas pelo menos 19 mil toneladas de capacidade estática de armazenagem. Já a área AE-10 tem 18.344 metros quadrados. A previsão de investimento é de R\$ 36,5 milhões em tanques de aço-carbono de telhado fixo (sem fundação) e de uma estação de descarga e de carregamento

A área AE-11 tem 20.465 metros quadrados e apresenta capacidade estática de 12.962 metros quadrados, com previsão de aumento para 31.288. Estão previstos investimentos de tanques de aço-carbono de telhado fixo (sem fundação), de uma estação de descarga e de uma estação de carregamento, no valor de R\$ 35 milhões.

“Os dois terminais do tipo AE terão inclusive a capacidade ampliada com obras civis. O AE-10 chegará a 28 mil m<sup>3</sup>, enquanto o AE-11 ficará com 31 mil m<sup>3</sup>”, detalha a presidente do Porto de Cabedelo.

Além dos três terminais do Porto de Cabedelo, o ministério leiloou um terminal em Vitória (ES). O ministro da Infraestrutura também confirmou que outros leilões acontecerão em duas semanas.



As áreas AI-1, AE-10 e AE-11 do Porto de Cabedelo foram arrendadas pelo Consórcio Nordeste

Foto: Companhia Docas da Paraíba/Divulgação

## Micro e pequenas empresas

# BNDES apresenta nova linha de crédito

Alana Gandra  
Da Agência Brasil

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou ontem (22) nova linha de financiamento, a BNDES Crédito Pequenas Empresas, voltada para micro e pequenos empreendedores.

Segundo o presidente da instituição, Joaquim Levy, o banco está atento aos sinais de retomada da economia e decidiu criar uma linha de crédito mais simples e mais ágil para que micro e pequenas empresas tenham condições de tocar novos empreendimentos. “Não [é] só para comprar máquinas, mas para todas as atividades necessárias

para ampliar, renovar ou melhorar seus serviços”, disse Levy. “As micro e pequenas empresas são fundamentais para a economia. São o melhor sinal de saúde de uma economia”, acrescentou.

O novo instrumento de financiamento tem como foco a geração de postos de trabalho e a ampliação da concessão de crédito para empresas de menor porte, responsáveis por mais de 50% dos empregos formais no Brasil. O trabalho será feito pelo BNDES em parceria com os bancos comerciais, de desenvolvimento e cooperativos, que operam na ponta da cadeia financeira, em todas as regiões brasileiras.

Levy disse ainda que a nova linha de crédito “é uma

contribuição do BNDES para dar mais competitividade ao segmento que mais gera emprego. “E emprego é o que o Brasil mais precisa”, afirmou. De acordo com o BNDES, as micro e pequenas empresas respondem pela criação de 18 milhões de empregos formais no Brasil, o equivalente a 55% do total de empregos formais existentes no país.

## Novas perspectivas

Levy ressaltou que o crédito para esse segmento de empresas caiu 44% de dezembro de 2014 até janeiro deste ano, mas disse acreditar que, com as novas perspectivas na economia, há chance de crescimento. O saldo de crédito sobre o Produto Interno Bruto (PIB, soma

de todos os bens e serviços produzidos no país) para as micro e pequenas empresas atingiu 7,3% em janeiro de 2019. “Acho que podemos aumentar isso e dar maior vitalidade para esse setor.”

Ele reforçou que o setor é importante para o BNDES que, no ano passado, repassou quase R\$ 15 bilhões para micro e pequenas empresas. Foram 242 mil operações, equivalentes a 79% do total registrado pela instituição em 4.581 municípios, somando 136 mil clientes. Levy, que espera aumentar esses números, informou que o percentual de clientes com faturamento até R\$ 4,8 milhões correspondeu a 90% dos clientes do banco em 2018.

O investimento pode ser

financiado até 100%, limitado a R\$ 500 mil por beneficiário, a cada cinco anos. O cliente contará com três opções de juros de referência: taxas de Longo Prazo (TLP), Selic (TS), ou Fixa do BNDES (TFB). A taxa vai resultar de negociação com o banco agente financeiro do BNDES.

## Demanda

A esses juros serão acrescidas a remuneração do BNDES, de 1,45% ao ano, e a remuneração do agente financeiro, que é negociada diretamente com o cliente final. Segundo o BNDES, com isso, na maior parte dos casos, os juros do financiamento devem ficar em torno de 1,3% ao mês, ou cerca de 15% ao ano.

# Devedores contumazes da União terão CNPJ cancelado

Wellton Máximo  
Da Agência Brasil

Os devedores contumazes da União terão o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) cancelado. Eles também serão proibidos de pedirem parcelamentos e obterem benefícios como descontos e certidões negativas de débitos pelos próximos 10 anos. As propostas constam do projeto de lei de combate a grandes devedores, que integra o pacote de reforma da Previdência Social.

O texto foi enviado ao Congresso Nacional na última quarta-feira (20), mas foi detalhado ontem (22) por técnicos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A Procuradoria-Geral classificou como devedores contumazes os contribuintes com inadimplência reiterada de pelo menos R\$ 15 milhões e sem buscar regularizar o passivo há mais de um ano. Eles também terão de se enquadrar em pelo menos um dos seguintes critérios: indícios de fraudes estruturadas, utilização de laranjas (dívidas em nome de terceiros) e artifícios destinados a burlar mecanismos de cobrança.

Segundo o procurador-geral adjunto de Gestão da Dívida Ativa da União, Cristiano Neuenschwander, existem 16 mil empresas com potencial de serem classificadas como devedoras contumazes, com a possibilidade de recuperação

de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões por ano. Até hoje, ressaltou o procurador, a legislação não diferencia o devedor eventual do contumaz. A PGFN identificou outros problemas como a ausência de mecanismos específicos para tratar as dívidas de difícil recuperação e a lentidão na cobrança.

O projeto de lei não vale apenas para as dívidas com a Previdência Social, mas para todos os débitos inscritos na dívida ativa da União. De acordo com a PGFN, a dívida ativa da União soma atualmente R\$ 2,09 trilhões, dos quais R\$ 491,2 bilhões dizem respeito à Previdência. Desse total de R\$ 491,2 bilhões, apenas 37,7% (R\$ 185,2 bilhões) podem ser recuperados.

# Governo prevê PIB de 2,2% neste ano

Kelly Oliveira  
Da Agência Brasil

O governo espera que a economia apresente crescimento de 2,2%, neste ano. A previsão para o Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, está no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado ontem (22) pelo Ministério da Economia.

Na Lei Orçamentária deste ano, a previsão de crescimento do PIB era maior: 2,5%.

Também foi alterada a projeção para a inflação, calculada pelo Índice Na-

cional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que passou 4,2% na Lei Orçamentária para 3,8%, no relatório.

O relatório, que orienta a execução do Orçamento, contém previsões para a economia, a receita e a despesa. Dependendo dos números, o governo corta ou libera recursos para cumprir a meta de déficit primário e o teto de gastos federais. Neste primeiro relatório divulgado ontem, o governo bloqueou R\$ 29,792 bilhões do orçamento.

O mercado financeiro prevê que o PIB cresça 2,01%, neste ano, e a inflação fique em 3,89%.



● CONVITE - A Coluna do Meio foi convidada para conhecer em primeira mão os dois grandes lançamentos da BMW. O evento será no próximo dia 28, na sede da concessionária, em Cabedelo. Em João Pessoa a marca alemã é representada pelo Grupo PG Prime.

● NO RIO - A empresa paraibana Frutas Doce Mel recebeu o Prêmio Rama Varejo 2019 do Programa de Rastreamento e Monitoramento de Alimentos. Rodrigo Borba, diretor comercial da empresa, esteve no Rio de Janeiro para receber o troféu no evento que premiou empresas que conseguiram melhorias em seu processo de boas práticas agrícolas, segurança do alimento e rastreabilidade. A Doce Mel obteve os melhores resultados de um conjunto de mais de mil fornecedores participantes.



## Mulheres unidas

As paraibanas serão contempladas com um núcleo local do Grupo Mulheres do Brasil, um movimento político suprapartidário que reúne mais de 25 mil participantes voluntárias de diversas cidades do Brasil, além de também por brasileiras que vivem no exte-

rior. A presidente do Grupo Mulheres do Brasil, Luiza Helena Trajano, empresária que comanda a rede de lojas de varejo Magazine Luiza, virá para a reunião de lançamento, marcada para o dia 1º de abril, às 18h30, no Centro Cultural Ariano Suassuna, em João Pessoa.



### Parabéns

Ana Beatriz Almeida Dantas, Aldalúcia Wanderley de Melo, Bruna Loreiro, Carlos Coelho de Miranda Freire, Christiane Araújo Vitalino, Diógenes Paulino, José Alves Campos, Juarez Farias, Júlio Léo de Oliveira Radnai, Maria Cecília Neiva Guimarães, Marluce Costa, Onacir Gomes Filho, Sérgio Prado Machado e Zélice Pereira de Moraes Júnior.

## Coluna do meio



Por **Dandara Costa**  
scosta.dandara@gmail.com

## Em Monteiro

A juíza Rita de Cássia Andrade, titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca da capital, estará proferindo palestra na Reunião dos Companheiros das Américas, Comitê Paraíba- Connecticut, no próximo dia 26 de março, às 19h30, na sede da ADUF-PB. Com o tema "Mulheres no sistema de justiça, trajetórias e desafios", o evento será presidido por Graça Toscano.

# Ui!

★ A Associação Brasileira de Clubes da Melhor Idade realizou eleição para escolher nova diretoria e elegeu Nice Guedes (a diretora regional da ABCMI) e Maria Júlia Ferrer para ocupar, respectivamente, os cargos de presidente e vice-presidente. A posse ainda será marcada e em breve divulgaremos maiores detalhes. Eu avisarei se houver comemoração na posse.

★ Quem embarcou nesta sexta para os Estados Unidos foi a maquiadora Georgea Maia. A paraibana vai passar uns dias em Miami e outros em Orlando, onde visitará os famosos parques temáticos do complexo Disney e da Universal. Show de bola!



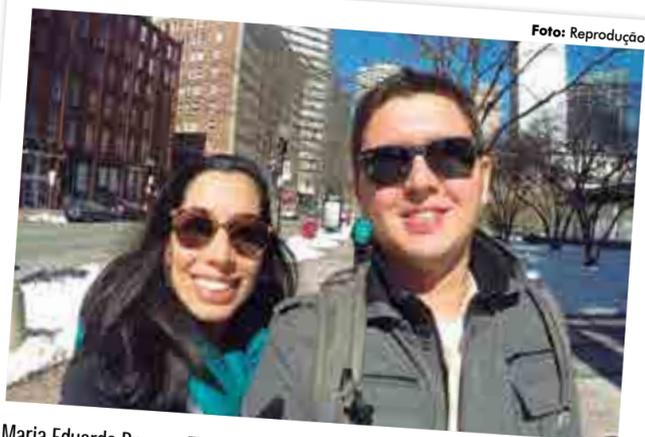
Georgea Maia está viajando pelos EUA



A nova vice-presidente da ABCMI, Maria Júlia Ferrer

### BIG APPLE

O sócio fundador e diretor da HUB 360 Network esteve nesta semana em Nova Iorque para conhecer as instalações da Autodesk, uma das maiores empresas de tecnologia e inovação do mundo, que hoje é uma das parceiras da empresa paraibana. Tiago viajou na companhia de sua namorada, a advogada Maria Eduarda Braga.



Maria Eduarda Braga e Tiago Costa em NYC



/// Há alguns anos, o casamento era um fator de dependência para a mulher, que era quase um animal doméstico ///

ELIANE GIARDINI

/// A liberdade custa muito caro e temos ou de nos resignarmos a viver sem ela ou de nos decidirmos a pagar o seu preço ///

JAVIER MARÍAS





# Campina Grande vive um de seus piores anos no futebol

## Falta de planejamento, brigas políticas e resultados negativos fragilizam os clubes no Campeonato Paraibano

Iago Sarinho  
iagosarinho@gmail.com

Com quatro equipes disputando o Campeonato Paraibano, a cidade de Campina Grande iniciou a temporada como a melhor representação no Estadual deste ano. Porém, quantidade nem sempre representa qualidade e o fato é que esta tem sido uma das piores edições para os times da Rainha da Borborema. Na segunda colocação de seu grupo, o Campinense é o único clube da cidade que não corre mais risco de rebaixamento na última rodada do Paraibano e está garantindo nas semifinais. A última rodada da fase classificatória ocorrerá na próxima quarta-feira (27).

Mesmo, destoando dentro de campo de seus conterrâneos, o Campinense tem convivido com dificuldades administrativas e financeiras graves, assim como Treze. Já o Serrano e a Perilima, que também representam Campina Grande no Estadual, por terem um poder de investimento mais baixo, além de menos torcedores e tradição, já previam mais dificuldades, porém ainda assim, não tem demonstrado em campo o que se esperava antes da

competição iniciar.

O Serrano, que no ano passado ficou na terceira colocação do Estadual e com isso conseguiu a vaga para a Série D deste ano, nessa temporada decepciona, amargando a lanterna do grupo A do Campeonato Paraibano. O time ainda é detentor do pior ataque e da pior defesa da competição, além de estar praticamente rebaixado.

A situação da Perilima é melhor, o time que conta com novos investidores desde o ano passado, quando conquistou o acesso para a Série A do estadual, prometia brigar pela classificação para a fase final e até vinha bem na competição, mas perdeu fôlego na reta final da competição e precisará vencer o Serrano, na última rodada, para escapar da degola. Nesse confronto, ambas as equipes precisam vencer para se manter na divisão de elite do Paraibano.

Se Serrano e Perilima não vão bem, não restam dúvidas quanto a maior decepção entre as equipes de Campina Grande: o Treze. Terceiro maior campeão paraibano e vindo de um acesso para a Série C no ano passado, o Galo começou bem 2019, vencendo todos os



Foto: Chico Martins

Campinense, mesmo com dificuldades de conseguir se classificar às semifinais, enfrentará na última rodada o Treze, que segue ameaçado de ser rebaixado

confrontos da pré-temporada e empolgando a torcida. Porém no estadual, o Treze possui hoje a sua pior campanha desde o rebaixamento da equipe em 1994.

Torcedores, cronistas esportivos e dirigentes das equipes de Campina Grande interpretam este momento do futebol local como resultado de uma crise administrativa e de gestão do futebol da cidade. O Treze, por exemplo, dominou o cenário do futebol local entre 2000 e 2011, vencendo seis campeonatos estaduais nesse período e desde então, não conquistou mais nenhum título. A equipe ainda conquistou acessos para a série C através de decisão judicial em 2012, sendo rebaixada em 2014 e um novo acesso no ano passado.

Ilustre torcedor do Treze, o empresário do ramo automotivo, Waldir Lucena,

compreende que o principal motivo para essa situação que o clube vive, se deve a falta de planejamento e organização.

“Tudo na vida é organização e planejamento, no futebol não é diferente, nesses últimos anos o Treze tem tido administrações abaixo do que se espera para um clube de futebol com a grandeza que o time tem. Os problemas não são de hoje, eles vem se arrastando e agora a equipe chega nessa situação, brigando para não cair no Campeonato Paraibano. Dez anos atrás, o Treze era um clube saneado, sem problemas financeiros, e por erros individuais essa condição foi comprometida” explica.

Natural de Campina Grande, o Procurador de Justiça, Valberto Lira, acredita que o futebol local tem vivido de rompantes e não de um

planejamento sério. Segundo ele, até mesmo o Botafogo, que vive hoje boa fase, ainda possui uma organização frágil. Nos casos dos times de Campina, em especial, Treze e Campinense, ele lamenta a falta de um trabalho eficiente e entende ser essa a razão para o momento atual dos clubes.

“O meu entendimento é que nós estamos carecendo de profissionalismo na administração dos clubes. O futebol da Paraíba precisa, de maneira geral, avançar nesse aspecto. Nós vemos hoje o caso do Botafogo-PB que tem tido êxito nos últimos anos, mas ainda é algo pontual e que se torna frágil diante de qualquer tipo de descontinuidade. Hoje ainda vivemos de sucessos casuais, oriundos não da continuidade de um trabalho, mas muito mais do acaso ou de situações que

ocorrem dentro do futebol”, explica o procurador.

Já Josenildo Moura, torcedor trezeano com mais de 30 anos de arquibancada, o Galo deu a sua torcida uma esperança com o acesso para a série C do ano passado, mas no Paraibano, a realidade conturbada do clube novamente volta a atralhar os resultados em campo.

“O Treze em 2018 chegou à final do Campeonato Brasileiro da Série D e foi o vice-campeão, nós pensávamos que ali havia sido a redenção do clube e que em 2019 viríamos fortes para o Paraibano, que nós manteríamos uma base da equipe, o treinador, mas infelizmente não foi o que aconteceu. A sorte do Treze hoje é que a equipe do Serrano tem tido um desempenho ainda pior e por isso não estamos na zona de rebaixamento”, avalia o torcedor.

Foto: Assuero Lima



Valberto Lira vê a falta de planejamento como o motivo maior das crises

## Campinense também passa por momento complicado

Iago Sarinho  
iagosarinho@gmail.com

Na Raposa, apesar da situação melhor na tabela, e do clube se manter vivo na disputa pelo título estadual, a realidade interna do clube preocupa torcedores e até mesmo dirigentes. Segundo Antonino Macedo, presidente do Campinense, o clube faz uma campanha dentro do esperado diante das dificuldades financeiras que o clube passa.

“A campanha está dentro do esperado diante das dificuldades que nós sabíamos que teríamos, pois estamos sem patrocínios e com as rendas bloqueadas. Nesse sentido, para o investimento que fizemos, estamos satisfeitos com o elenco que temos”, explica Antonino.

De acordo com o presidente - que assumiu o clube em 2018, após medida judicial -, por conta das pendências trabalhistas, o clube teve a cota de participação na Copa do Brasil bloqueada, além de 20% de todas as rendas. Os recursos do Gol de Placa ainda não chegaram.

“Quando assumi o clube no ano

passado tudo estava bloqueado, a nossa única fonte de renda desde então tem sido as rendas dos jogos que ainda tem um bloqueio de 20%, além da ajuda de abnegados torcedores e doações de membros do conselho deliberativo. Nesse sentido, pedimos a antecipação das eleições do clube e esperamos que uma nova diretoria possa trazer um novo momento para o clube”, comentou Antonino Macedo.

Torcedor raposeiro, Yury Mendonça, lamenta a situação do clube e acredita que um time como o Campinense precisa sempre pensar em disputar títulos e objetivos maiores, contudo, ele compreende que a situação financeira do clube não permite, nesse momento, maiores investimentos, diante disso, ele acredita que o time tem suprido a falta de atletas mais renomados com esforço e que isso ainda pode resultar em títulos.

“O torcedor do Campinense sempre espera mais, pela tradição do clube e o peso da camisa, mas tendo em vista o investimento que o clube tem feito até aqui, e diante das dificuldades e problemas financeiros graves, nós achamos

que temos feito uma boa campanha, um elenco unido e fechado com a comissão que pode disputar o título” avalia Yury.

Ele também acredita que os problemas que o Campinense passa são fruto de uma série de administrações incompetentes. Para ele, também há uma similaridade entre os demais clubes da cidade e entende que é preciso repensar a lógica do futebol local, para que os times de Campina Grande não fiquem para trás.

“Não tem como justificar de outra maneira, a não ser a falta de profissionalismo na administração dos clubes de Campina Grande, um amorismo que afasta patrocinadores e que vai agravando a condição dos clubes. Nós temos uma cidade que possibilita tudo que um clube precisa, com torcidas apaixonadas, times com tradição e que por falta de profissionalismo vão ficando para trás, essa lógica precisa ser revertida” comenta o torcedor.

Ao final do Campeonato Paraibano, ao menos uma das equipes de Campina Grande será rebaixada, Serrano ou Treze no Grupo A. Além disso, com uma



Foto: João da Paz

Antonino Macedo teve que antecipar as eleições

eleição marcada para o meio da Série D, o Campinense pode ter mais uma vez o sonho do acesso para a Terceira Divisão adiado. Já o Galo, precisará passar por uma completa reformulação para as disputas da Série C e entrará na competição brigando para não cair.

Nesse cenário, o valoroso futebol de Campina Grande, detentor de mais de 30 títulos estaduais, de um dos maiores clássicos do futebol brasileiro e de torcidas apaixonadas, vive um limiar do qual só sairá com trabalho, profissionalismo e compromisso com os clubes, deixando de lado as disputas que até aqui só servem para os seus adversários.

# Unifacisa volta a jogar pela Liga Ouro contra o Blumenau

Equipe paraibana de basquete precisa vencer os catarinenses para continuar sonhando com a classificação

Foto: Divulgação/Facisa

**Cardoso Filho**  
josecardosofilho@gmail

As duas vitórias nos últimos jogos fora de casa servem de motivações a mais para o jogo deste sábado, 23, às 16h, na Arena Unifacisa, em Campina Grande, contra o Blumenau pela Liga Ouro 2019. Para o duelo contra a equipe de Santa Catarina, a Unifacisa está com a venda de ingressos através do site oficial da equipe ([www.unifacisa.edu.br/basquete](http://www.unifacisa.edu.br/basquete)).

No jogo de hoje, de fundamental importância para se classificar entre os seis melhores para o playoff, a equipe paraibana terá dois reforços, os norte-americanos Nick Okorie (armador) e o ala-pivô Reggie Larry. Já os atletas Khalid Mutakabbir e Tyheim Monroe deixaram o time e tiveram seus contratos encerrados.

Reggie Larry, de 33 anos, foi campeão da Liga Ouro 2018 defendendo o Corinthians, sendo eleito o melhor jogador da final da competição. Já Nick Okorie, com 30 anos, vinha atuando pelo Vasco na disputa do Novo Basquete Brasil (NBB).

Outra novidade é o assistente técnico Felipe Santana, o Filé, que acumula grande experiência no basquete nacional e estará hoje na Arena Unifacisa ao lado do técnico Eduardo Schafer. Convocado em 2017 para compor a comissão técnica da Seleção Brasileira adulta, Filé também foi assistente da seleção nacional sub-21 e tem passagens pelo Palmeiras e por países como Espanha e Portugal.

Para o jogo de hoje, Filé comentou sobre sua filosofia de trabalho e o que pretende implementar no Basquete Unifacisa. "Temos que criar bons hábitos, manter a mentalidade de vitória e aproveitar



Jogadores do Basquete Unifacisa escutam atentos a preleção da comissão técnica visando o jogo deste sábado, em Campina Grande, pela Liga Ouro, contra o Blumenau de Santa Catarina

cada momento para acertar os detalhes, fazendo tudo da maneira mais eficiente possível. Contamos com uma ótima equipe com grandes nomes do basquete nacional, por isso acredito que temos tudo para buscar o título", afirmou.

O ala-pivô Reggie Larry, que foi campeão da Liga Ouro 2018 pelo Corinthians e eleito o melhor jogador das finais da competição, também rasgou elogios ao grupo do Basquete Unifacisa. "Os treinadores são muito competentes e acredito que nosso time é muito qualificado. Quero trazer a mesma mentalidade que tive no ano passado. Quando vim aqui (na

Arena Unifacisa) pelo Corinthians, não pude jogar, mas vi que a torcida é fanática e isso me anima muito".

Já o armador Nick Okorie também destacou a força da torcida de Campina Grande como um diferencial nas partidas em casa. "É sempre motivador jogar com a torcida apoiando, me faz jogar ainda mais empolgado. Estou ansioso para conhecer nossos torcedores e dar o meu melhor em busca das vitórias. A estrutura da Unifacisa é ótima e temos um time muito bacana e talentoso para buscar o título e o acesso ao Novo Basquete Brasil (NBB)", disse.



## Próximos jogos serão em São Paulo

**Cardoso Filho**  
josecardosofilho@gmail

Após o jogo com o Blumenau, em Campina Grande, o Basquete Unifacisa viaja para dois jogos em São Paulo. No dia 28 (quinta-feira) enfrenta o Rio Claro, no ginásio Felipe Karam, em Rio Claro e dois dias depois (30) joga contra o São Paulo no Ginásio Poliesportivo Antônio Leme Nunes Galvão.

Após as partidas fora de casa, o time paraibano terá uma sequência de quatro jogos em Campina Grande, com apoio da torcida quando enfrentará, no dia 4 o Pato Branco; dia 13, o Campo Mourão; dia 15, o Londrina e encerrando sua participação na primeira fase da Liga Ouro, no dia 25 contra o Cerrado de Brasília. Todos os jogos acontecem em abril, na Arena Unifacisa.

## Cobertura

# Copa América vai reunir três mil jornalistas no Brasil

**Gustavo Cunha**  
rededesporte.gov.br

Com a experiência de ter organizado uma série de megaeventos esportivos nos últimos 15 anos, o Brasil receberá, entre 14 de junho e 7 de julho de 2019, a Copa América de futebol. O tradicional evento chega à 46ª edição, mobiliza cerca de três mil jornalistas, atrai turistas estrangeiros, movimenta a economia, exige operação específica nos aeroportos, coordenação de ações de segurança e mobilidade e alinhamento entre governos federal, estaduais e municipais.

Para ajustar os entendimentos de todos os entes envolvidos e deixar claro o papel de cada um para que o país possa aproveitar ao máximo a oportunidade de sediar o torneio, o secretário especial do Esporte, Marco Aurélio Vieira, recebeu em Brasília representantes das cinco cidades-sede e dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol.



Secretário especial do Esporte, Marco Aurélio Vieira recebeu em Brasília representantes das 5 cidades-sede e dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol

"Um dos pontos importantes que aprendemos com a organização das Olimpíadas é valorizar, pensar a experiência do espectador. Uma experiência que começa lá atrás, quando ele busca informações sobre a sede. Lá ele já começa a viajar. Pensa em como chegar, onde ir, o que fazer no destino antes

e depois dos jogos", afirmou Marco Aurélio Vieira, que atuou como diretor executivo de operações no Comitê Rio 2016 e na organização do tour da tocha. "E essa é uma experiência que pode ser desmontada se o torcedor não é bem recebido no aeroporto. Se o deslocamento e a chegada ao hotel não

são adequados. Se o ambiente nos pontos turísticos e restaurantes não é como ele espera".

A Copa América de 2019 vai reunir 12 equipes. São dez representantes do continente americano mais o Japão e o Catar, convidados. As disputas serão em seis estádios de cinco sedes.

Várias dessas arenas receberam partidas da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016. São os casos da Fonte Nova, em Salvador, do Mineirão, em Belo Horizonte, do Maracanã, no Rio de Janeiro, e da Arena Corinthians, em São Paulo. Completam a lista a Arena do Grêmio, em Porto Alegre,

e o Morumbi, na capital paulista.

Ao todo, são 26 jogos, 1,2 milhão de ingressos à venda e a demanda de um esquema de mobilidade e segurança para garantir o fluxo preciso de torcedores, atletas e autoridades. "Não queremos interferir no dia a dia das cidades, mas queremos receber bem os turistas e espectadores. Essa recepção, em muitos aspectos, depende em parte dos governos municipais, estaduais e do governo federal. Por isso é importante esse encontro, para que possamos fazer com que o evento ajude a promover cada uma das cidades e o futebol do país", afirmou Agberto Guimarães, diretor de operações da CBF.

"Não queremos interferir no dia a dia das cidades, mas queremos receber bem os turistas e espectadores. Essa recepção, em muitos aspectos, depende em parte dos governos municipais, estaduais e do governo federal", afirmou Agberto Guimarães, diretor de operações da CBF.

Foto: Francisco Medeiros/Min. Cidadania

# Novos torneios e mudanças

Futebol vive em constante evolução com alterações de regras e criação de competições na América e Europa

Foto: Wesley Santos/Agência PressDigita

## Galeria Premium

Lance

O futebol vive uma constante evolução e é mais dinâmico do que podemos ver. Além das mudanças cotidianas que acontecem durante as partidas e os campeonatos, teremos novos tempos em relação à disputa do esporte mais popular do mundo.

A partir da próxima temporada, o futebol que conhecemos continuará em mudanças, tanto de regras quanto na adição de novas fórmulas de disputas, além da possível criação de novos campeonatos. LANCE! mostra quais serão as mudanças.



O novo Mundial de Clubes já foi aprovado, mas encontra resistência dos clubes europeus, ao contrário dos sul-americanos que se mostram favoráveis

Novas fórmulas de disputas, regras modificadas, campeonatos diferentes: tudo previsto para o segundo semestre deste ano pela Fifa

## + Finais Sul-americanas em jogo único e a Supercopa do Brasil em 2020

Foto: Getty Images

### Galeria Premium

Lance

Assim como acontece na Liga dos Campeões e na Liga Europa, a Copa Libertadores e a Copa Sul-Americana passarão a ter um jogo único para decidir quem levará os troféus das competições mais importantes do continente. Anteriormente decidida em dois jogos de ida e volta, a partir de 2019 já teremos o jogo único e com local definido. A final desta temporada acontecerá no Estádio Nacional, em Santiago, no Chile, no dia 23 de novembro. Além disso, a Copa Sul-Americana também terá jogo único e decisão será em Lima, no Peru.

#### Novas regras do futebol

Apesar das muitas mudanças feitas nas regras do futebol desde que foi inventado, a nova 'atualização' terá modificações bem simples e de fácil entendimento.

Serão elas: qualquer toque de mão que resulte em gol será anulado; o jogador substituído não precisará necessariamente deixar o gramado pelo meio de campo; jogador pode encostar na bola dentro da área após o tiro de meta e os treinadores poderão ser advertidos com cartões.

#### Novo Mundial de Clubes

A partir de 2021, o Mundial de Clubes que conhecemos passará a ter outro formato. De acordo com o resultado da reunião do conselho da Fifa, na última semana, o torneio passará a ser disputado por 24 clubes, divididos em oito grupos de três times.

Entretanto, apesar de ser o continente com mais vagas na competição, a Europa parece não ter curtido o formato, e de acordo com a imprensa espanhola, a Associação de Clubes Europeus afirmou que pelo menos 232 clubes, contando os gigantes Real Madrid, Barcelona, e Manchester United não irão disputar o 'novo' Mundial de Clubes.

#### 48 seleções na Copa de 2022?

Assim como o Mundial de Clubes, em 2022 provavelmente a Copa do Mundo que conhecemos terá mudanças significativas. O formato com 48 seleções e três países sedes, anteriormente previsto para a Copa



Diferentemente da Supercopa do Brasil, a Supercopa da Espanha não será mais disputada em jogo único entre o campeão da Liga Espanhola e o vencedor da Copa do Rei.

de 2026, deve ser antecipado para o Mundial do Catar.

De acordo com as declarações de Gianni Infantino, presidente da Fifa, a entidade está perto de conseguir o adiamento do formato para a próxima Copa e tudo depende da votação final em um congresso em junho, onde os 212 países filiados irão aprovar ou não a mudança.

#### Supercopa do Brasil

Assim como acontece em vários países no futebol europeu, o Brasil terá uma Supercopa, torneio disputado pelo vencedor da Copa do Brasil, e o campeão do Brasileirão.

O torneio, que já teve duas edições

em 1990 e 1991, voltará em 2020 e será o primeiro troféu em disputa na temporada. Caso o mesmo time vença a Copa do Brasil e o Brasileiro, a Supercopa será realizada com o vice-campeão brasileiro.

#### Supercopa da Espanha

Diferentemente da Supercopa do Brasil, a Supercopa da Espanha não será mais disputada em jogo único entre o campeão da Liga Espanhola e o vencedor da Copa do Rei.

De acordo com a Federação Espanhola, o torneio passará a ser disputado em formato de quadrangular, com os dois primeiros times do Espanhol e o campeão e o vice da Copa do Rei. Em caso dos

mesmos times ocuparem as vagas, o 'Final Four' será com os dois times semifinalistas da Copa do Rei.

#### Eurocopa 2020

No próximo ano, a Eurocopa também terá uma mudança curiosa em relação a edição disputada em 2016. O segundo maior torneio de seleções, atrás somente da Copa do Mundo, terá nada menos do que 12 países sediando as partidas.

A Euro terá como sedes: Inglaterra, Alemanha, Itália, Rússia, Azerbaijão, Romênia, Irlanda, Holanda, Espanha, Hungria, Escócia e Dinamarca. As sedes serão divididas entre os grupos, e a decisão do torneio será em Londres.

# Brasil faz o primeiro jogo do ano hoje diante do Panamá

Amistoso serve para o técnico Tite observar o desempenho dos novos jogadores, como Alex, Paquetá e Militão

**Thiago Ferri**  
Lance

Como nesta semana de data FIFA as seleções europeias estiveram ocupadas disputando as eliminatórias para Euro, restaram poucos adversários de peso para o Brasil enfrentar e a CBF acabou optando por uma escolha ótima para os atacantes. Gabriel Jesus, Roberto Firmino e Richarlison têm tudo para balançarem as redes neste sábado às 14h (Horário de Brasília) no estádio do Dragão, no Porto, em Portugal, pois do outro lado estará o Panamá, que foi saco de pancadas da última Copa. Apesar dos desfalques, em especial de Neymar, o Brasil não deve ter dificuldades para vencer o Panamá. O jogo é uma excelente oportunidade para Tite testar novas opções como Militão, Alex Telles e Paquetá, porém, outros jogadores já consagrados como Miranda, Coutinho e Richarlison também vão para campo.

Com seis vitórias seguidas no período pós-Copa do Mundo, a Seleção Brasileira paga R\$ 1,12 para cada real nas casas de apostas esportivas por um novo triunfo neste sábado, no Porto.

A razão de tamanho favoritismo está na fragilidade do adversário. O Panamá não sabe o que é ganhar desde abril de 2018, quando bateu o Trinidad e Tobago por 1 a 0. Depois disso foram 11 apresentações, com apenas dois empates e nove derrotas. Neste caminho ocorreram tropeços contra equipes fracas como Venezuela, Tunísia e Honduras. Já as igualdades aconteceram contra a Irlanda do Norte, ainda antes do Mundial, e com a Coreia do



Foto: Lucas Figueiredo

Último treino dos jogadores da Seleção Brasileira antes do confronto programado para hoje contra o Panamá, o primeiro da temporada visando a Copa América

Sul, em outubro do ano passado.

A equipe do país da América Central ocupa a 76ª posição no ranking da Fifa, colocação pior do que a de todas as seleções que estarão na disputa da Copa América. O Panamá fechou o Mundial da Rússia com a maior goleada sofrida na competição (6 a 1 diante da Inglaterra) e com a pior campanha entre os 32 participantes.

Brasil e Panamá têm em comum um algoz. A Bélgica derrotou ambos na Copa do Mundo. Antes de eliminar

a seleção de Tite nas quartas de final, a equipe belga estreou na Rússia com uma vitória por 3 a 0 sobre os panamenhos.

#### Capitão

Casemiro será o capitão da Seleção Brasileira no amistoso deste sábado, contra o Panamá. Depois da Copa do Mundo, Tite efetivou Neymar com a faixa. Desde então, essa será a primeira partida sem o atacante, que se recupera de uma lesão no pé direito e não foi convocado.

A escolha de Tite indica

a criação de uma linha hierárquica que prioriza jogadores mais jovens, que não correm risco, pela idade, de ficarem fora da próxima Copa do Mundo, em 2022, no Catar.

Miranda, um dos maiores líderes do grupo e usual dono da faixa de capitão até o Mundial da Rússia, será titular contra o Panamá. Mas ele tem 34 anos e isso torna indefinida a duração de sua trajetória na seleção ao longo deste atual ciclo.

Aos 27, Casemiro será capitão do Brasil pela segun-

da vez. Em 2017, ele teve a honra na penúltima rodada das eliminatórias, no empate sem gols com a Bolívia, em La Paz. Na época, Tite promovia o rodízio do posto para estimular que todos pudessem exercer algum tipo de liderança.

#### Histórico do confronto

As duas seleções já se enfrentaram quatro vezes e o Brasil levou a melhor em todas as partidas. O último triunfo ocorreu em maio de 2015, quando a seleção fez 2 a 0 em um amistoso.

#### JOGOS DE HOJE

■ **Carioca**  
19h  
Vasco x Bangu

■ **Paulista**  
17h  
Novorizontino x Palmeiras  
19h30  
Santos x RB Brasil

■ **Mineiro**  
19h  
Cruzeiro x Patrocinense  
21h  
Boa Esporte x Tombense

■ **Copa do Nordeste**  
16h  
Ceará x Santa Cruz  
Moto Club x Fortaleza  
ABC x Vitória  
18h  
Confiança x CRB  
Náutico x Altos

■ **Gaúcho**  
19h  
N. Hamburgo x Inter  
21h  
São José-RS x São Luiz

■ **Paranaense**  
18h  
Athletico-PR x Foz do Iguaçu

## Causos&lendas do nosso futebol

Francisco Di Lorenzo Serpa  
falserpa@oi.com.br

### O craque escritor

Recebi a difícil e honrosa missão de escrever a apresentação do novo livro de João Telino da Costa Neto, denominado de "Do Botafogo - Lembranças dos tempos áureos - Anos 60"; que será lançado no dia seis de abril, às dezesseis horas, na granja do Wallace, localizada na Rua João Valdeci Gonçalves, nº 18, bairro do Altiplano, nesta capital.

Em primeira mão, passo aos queridos leitores as linhas que rabisquei sintetizando a infância, a adolescência e a carreira de um jogador de futebol que não teve o prazer de vê-lo jogando, mas que sempre escutei enormes elogios ao seu talento dentro das quatro linhas.

Eis a nossa apresentação:

O livro do meu amigo e irreverente João Telino da Costa Neto, o popular "Telino", é uma síntese da melhor parte de sua vida, relatada com minúcias e detalhes de uma época em que todo mundo se conhecia em sua rua.

Ele mergulha com muito saudosismo e sinceridade nas veias e artérias dos bairros de Jaguaribe e Cruz das Armas, logradouros que foram palcos de sua vida quando ainda se chamava "Joãozinho" e "João do Pão". Naquelas ruas ele aprendeu, estudou, namorou, brincou e para a nossa alegria ele aprimorou uma arte que muitos tentam mas, poucos conseguem que é jogar futebol com elegância, talento e muita habilidade.

Os entulhos e as sobras de demolição do antigo campo do Esporte Clube Cabo Branco, localizado em Jaguaribe, foram tristemente fotografados pela retina daquela criança que, ao crescer, iria jogar em vários estádios brasileiros e além mar (Ásia, África e Europa

em uma excursão de mais de 100 dias do ABC).

Quando aquele garoto deixou de ser chamado de Joãozinho ou João do Pão, já era destaque no futebol de salão, no glorioso time do CONCA e no futebol da Portuguesa, ambos do Bairro de Cruz das Armas.

Ainda muito jovem Telino assinou o seu primeiro contrato como jogador profissional com a equipe do Auto Esporte Clube, à época, treinado pelo saudoso e competente Berto. No clube do povo, o nosso craque jogou apenas uma temporada já que o clube licenciou-se da FPF e liberou todo o seu elenco.

Foi aí que por pouco Telino não foi contratado pelo então fortíssimo Campinense Clube, equipe que na década de sessenta era considerada imbatível e que tinha conquistado o hexa-campeonato. No dia de assinar o contrato com o rubro-negro, já em Campina Grande, ele foi convencido por amigos a retornar para João Pessoa e assinar contrato com o Botafogo.

No Botafogo, Telino começa uma linda história com o clube que lhe projetou para o futebol, ao lado de uma geração de jogadores que marcaram os torcedores paraibanos. Quem não se lembra de Fernando, Lula, Lúcio Mauro, Valdo, Lando, Zezito, Santana, Dissor, Pibo, Édson, Chico Matemático, Jailson, Toíinho, Simplício, Roberto, Odon, Nininho, Zito Camburão e tantos outros que escreveram os seus nomes na belíssima história do futebol paraibano?

Em seu livro ele relata com detalhes o antigo campo de Pedro Gondim, na época o CT do clube, hoje o Espaço Cultural. A casa alugada pelos irmãos Camelos (Assis, Agnaldo e Milton) na belíssima praia de Manaíra, onde passou a ser a concentração do

time que iria trazer o título para João Pessoa, naquele empate em 1 x 1, dentro do Estádio Presidente Vargas contra o poderoso Treze Futebol Clube de Facó e companhia.

O antigo campinho da Graça é citado com muita nostalgia pelo jogador escritor quando ele cita Dona Gertrudes, a dama de preto e branco, uma torcedora exemplar do Botafogo. Ele também nos lembra uma arquibancada poleiro, de madeira existente no quintal de uma casa ao lado daquela praça de esportes de Cruz das Armas. Ali assistiu o grande Rinaldo Amorim, ponteiro esquerdo que jogou nos maiores clubes do país e na Seleção Brasileira em início de carreira jogando com a camisa do Auto Esporte.

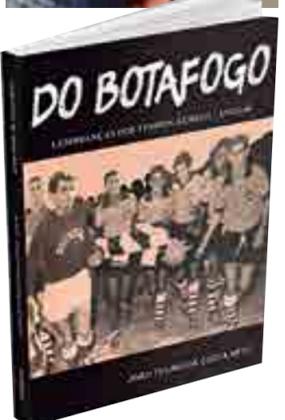
O nosso craque escritor também chorou com as mortes dos companheiros Delgado, Joca e Cutia, jogadores que foram assassinados, como também a prematura e trágica morte de Nininho, o fiapo de ouro.

E como tudo na vida é passageiro, logo o futebol paraibano ficou pequeno para o craque/escritor, que foi vendido para o Santa Cruz do Recife, depois para o ABC, América e Alecrim de Natal, sendo esta última cidade a sua residência até os dias atuais.

Quem o viu dentro das quatro linhas com a bola dominada, se espelhando em Marajó, antigo jogador paraibano, sabe que se ele não tivesse rompido os meniscos em Recife - passou um ano no DM- teria alçado outros voos bem maiores em sua carreira.

Caro leitor, faça como eu e mate a saudade de um futebol que não mais existe porque foi sepultado pela insensibilidade de seus dirigentes. Uma boa leitura a todos!

Fotos: Divulgação



# Morte de esquiadores volta a ser investigada pela Rússia

## Grupo apareceu morto de forma estranha e não apurada, em 1959, quando se dirigia para os Montes Urais

### Do Diário de Notícias

Eram nove esquiadores russos que em fevereiro de 1959 montaram acampamento junto à Montanha da Morte, na rota dos Montes Urais. Nunca mais foram vistos vivos. Os corpos foram encontrados uma semana depois, distantes uns dos outros, fora das tendas. Três deles podem ter morrido por espancamento e os outros de hipotermia. Uma das mulheres do grupo estava sem língua e as roupas de vários dos jovens apresentavam níveis de radiação duas vezes mais altas que o habitual.

O incidente ficou conhecido como Passo Dyatlov, em referência ao nome do líder do grupo, Igor Dyatlov, e nunca foi desvendado. Agora a Rússia decidiu voltar a investigar o caso que é considerado um dos grandes mistérios da história recente do país. Muitas teorias foram sendo levantadas ao longo dos anos: desde terem sido mortos por reclusos em fuga até terem sido vítima de membros da KGB, ou mesmo alvo de ataque por seres alienígenas. A história já levou a séries televisivas, filmes e livros de todos os tipos. Passados 60 anos, as autoridades decidiram voltar a mexer nos arquivos do caso e investigar novamente as mortes dos nove aventureiros, todos experientes esquiadores.



Foto: Internet

Os corpos dos esquiadores foram encontrados distantes uns dos outros, fora das tendas; três deles podem ter morrido por espancamento e os outros de hipotermia

A procuradoria da região de Sverdlovsk reabriu o caso, com Alexander Kurennoy, porta-voz do gabinete do procurador-geral, a informar que a investigação criminal foi encerrada, mas há objetivo de querer saber o que se passou. "Qualquer possibilidade de uma pista criminosa foi excluída", disse, segundo a agência de notícias russa Tass. Prosseguem, no entanto, as investigações para determinar o que aconteceu com os nove esquiadores.

O caso tinha sido encerrado em junho de 1959. "Uma força elementar irresistível" foi a explicação com a qual as autoridades arquivaram a morte do grupo, o que deixou os familiares insatisfeitos, lutando para que o caso fosse reaberto. Kurennoy, porta-voz do procurador-geral, também explicou que a decisão de nova investigação é justificada como uma tentativa de evitar que algo de semelhante volte a acontecer. "Se os colegas na região de

Sverdlovsk com a ajuda de especialistas não conseguirem estabelecer que fenômenos naturais causaram a morte de grupo de Dyatlov, uma tragédia semelhante poderá acontecer de novo", disse.

A investigação efetuada ao incidente teve várias lacunas. Estava-se no final de janeiro de 1959, quando o grupo de nove esquiadores, todos com vinte e poucos anos, estudantes e graduados do Instituto Politécnico dos Urais (agora

Universidade Técnica de Yekaterinburg), iniciaram uma excursão para esqui na montanha Kholat Syakhl, conhecida como a Montanha da Morte ou a Montanha dos Mortos. No meio do caminho, um dos elementos ficou doente e o grupo montou acampamento para passar a noite num local ainda a dez quilômetros do destino.

Quando não deram mais sinais, começaram as buscas. As equipes de resgate encontraram os cadáveres de cinco

deles no final de fevereiro, a cerca de 500 metros de uma das tendas. Os outros quatro foram encontrados em maio. A maioria dos jovens estava semidespida, alguns sem sapatos, outros com roupas que não eram deles. Como se tivessem saído apressadamente no meio da noite.

As causas de morte nunca foram determinadas por investigadores da antiga União Soviética - apontaram para uma misteriosa "força elementar irresistível". Além disso, os arquivos do caso só estiveram disponíveis para consulta a partir dos anos de 1990, quando a antiga URSS entrou em colapso. Alguns investigadores independentes do caso suspeitaram inicialmente que os caminhantes foram vítimas dos Mansi, o grupo étnico que habitava a região, embora o lugar onde foram encontrados estivesse longe da área considerada sagrada por esses nativos. Outros consideraram que foram mortos por reclusos de uma prisão próxima, embora naqueles dias não tivesse acontecido nenhuma fuga. Anatoli Gushchin, um jornalista local que investigou a história durante anos e publicou um livro sobre o caso, apontava para um cenário de vítimas de uma experiência soviética para elaborar uma nova arma, daí a radiação encontrada em algumas das vítimas.

## Vestígios de mercúrio

# A enigmática morte das sacerdotisas de Montelirio

### Do Diário de Notícias

A única certeza que temos é que todas foram enterradas na câmara principal do dólmen há uns 4.800 anos. Os investigadores não sabem se morreram imediatamente nem o que é que lhes provocou a morte. Mas sabem que se tratam de 20 pessoas (pelo menos 15 mulheres e cinco indivíduos de sexo indeterminado, provavelmente feminino), usando vestidos faustosos, bordados com milhares de contas. Eram as sacerdotisas do Templo de Montelirio, perto de Sevilha, Espanha. Agora, uma investigação de uma equipe de historiadores liderada por Leonardo García Sanjuán, do Departamento de Pré-história e Arqueologia da Univer-



Foto: Diário de Notícias

Local foi descoberto em 1868, mas ficou abandonado durante décadas e as escavações só foram retomadas em 1980

sidade de Sevilha, revela um dos grandes mistérios do período megalítico peninsular: essas mulheres morreram com uma idade média de 31

anos e, entre grandes dores, envenenadas por mercúrio.

O local foi descoberto em 1868, mas foi abandonado durante décadas e as escava-

ções só foram retomadas em 1980. Trata-se de uma construção megalítica (feita entre 3 mil e 2.800 anos antes de Cristo) composta por um cor-

redor de cerca de 40 metros, ao ar livre, que desemboca em duas câmaras subterrâneas cobertas com cúpulas de 5 e 2,75 metros de diâmetro. A câmara maior, aquela onde foram encontrados os corpos, estava coberta com cinábrio (sulfato de mercúrio) vermelho e decorada com motivos que faziam referência ao sol.

Nos restos dos corpos foram detectados "níveis elevadíssimos" de mercúrio, o que lhes terá provocado graves disfunções motoras e cognitivas. "Isto significa que estavam expostas continuamente ao cinábrio, fosse através de ingestão por motivos religiosos, fosse porque tinham a pele pintada com mercúrio", explica o investigador. Além disso, os ossos apresentam deformações

(artrites e artroses) que, dada a sua "juventude", indicam que elas caminhavam muito ou eram bailarinas, o que reforça a possibilidade de serem sacerdotisas. García Danjuán admite que se ignora "se todas morreram imediatamente ou num período muito curto de tempo, porém é possível que o monumento tivesse sido construído para um evento funerário único ou para um grupo muito especial".

Estas pessoas usavam vestidos bordados com milhares de contas - segundo os cálculos dos investigadores, os vestidos poderiam pesar de 8 a 10 quilos. Também foram encontrados adornos feitos de marfim, âmbar e outros materiais importados de lugares distantes.

## HISTÓRIA - MORTES NA DATA DE HOJE

Foi uma das mais proeminentes feministas inglesas e defensora dos direitos da mulher nos tempos vitorianos. Morreu aos 95 anos



Foto: Wikipédia

1925 — Bessie Rayner Parkes, poetisa, ensaísta e jornalista britânica

1935 — Ana de Castro Osório, feminista e escritora portuguesa

1955 — Artur Bernardes, político brasileiro

2011 — Elizabeth Taylor, atriz anglo-norte-americana

2012 — Chico Anysio, ator e humorista brasileiro

Foto: Wikipédia



Focou seus esforços na luta pela causa republicana e a igualdade de direitos entre homens e mulheres, tornando-se numa das mais reconhecidas pioneiras ativistas feministas em Portugal. Morreu aos 62 anos

### Aforismo

"O que extingue a vida e os seus sinais não é a morte, mas o esquecimento. A diferença entre morte e vida é essa."

(José Saramago)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA/PB**  
**AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS 01.2019.**  
 A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA/PB, por termos da Comissão Permanente de Licitação, comunica a quem possa interessar que, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar no dia 12.04.2019, às 09h00min – horário local, na Sala da CPL, Rua Dr. João Pequeno, 39, Centro - Alagoinha - PB, Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS de nº 01.2019, TIPO MENOR PREÇO, destinada a contratação de execução de engenharia especializada no ramo pertinente, devidamente cadastrada no ORÇ para execução de IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHA/PB, CONVÊNIO FUNASA Nº 0124/18, CELBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E O MUNICÍPIO DE ALAGOINHA. Valor estimado: R\$ 1.000.000,00 – Hum milhão de reais. DOTAÇÃO: 02.06 – 20.544.0022.1146 - 4.4.90.51.00-510 – OBRAS E INSTALAÇÕES. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e demais legislações vigentes. Outros esclarecimentos e Cópia do Edital de Licitação poderão ser obtidos no endereço supra mencionado, em dias úteis, no horário compreendido entre 08h00min e 12h00min.

Alagoinha/PB, 22 de março de 2019.  
**JOSÉ VAMBERTO MARTINIANO DA SILVA - Presidente da CPL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO – PB**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2019**  
 A Prefeitura Municipal de Boqueirão – PB, através da Comissão Permanente de Licitações, TORNA PÚBLICO e comunica aos interessados que se encontra aberta Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº. 001/2019, do tipo "Menor Preço", cujo objeto é a RECAPAGEM DE PNEUS. Data de abertura: 04/04/2019 às 10h00min (Horário Local). Cópia do Edital e demais documentos pertinentes estarão à disposição no Setor de Licitações da Prefeitura de Boqueirão, à Avenida 30 de Abril, nº. 45, Centro, no horário de expediente. Outras informações pelo Telefone (83) 3391-2318. Boqueirão, 22/03/2019. Crystiane Gomes Bezerra-Presidente-CPL.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO – PB**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2019**  
 A Prefeitura Municipal de Boqueirão – PB, através da Pregoeira abaixo transcrito, TORNA PÚBLICO e comunica aos interessados que se encontra aberta Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 030/2019, do tipo "Menor Preço", cujo objeto é a RECAPAGEM DE PNEUS. Data de abertura: 04/04/2019 às 10h00min (Horário Local). Cópia do Edital e demais documentos pertinentes estarão à disposição no Setor de Licitações da Prefeitura de Boqueirão, à Avenida 30 de Abril, nº. 45, Centro, no horário de expediente. Outras informações pelo Telefone (83) 3391-2318. Boqueirão, 21 de Março de 2019.

**Crystiane Gomes Bezerra – Pregoeira**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CABEDELO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 00023/2019**  
 Toma público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Benedito Soares da Silva, 131 - Monte Castelo - Cabedelo - PB, às 09:00 horas do dia 08 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas, visando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, para: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EPI'S. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 08/13. Informações: no horário 08:00 às 14:00h - E-mail: Sescab.licitacao@cabedelo.pb.gov.br dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3250-3121. E-mail: sescab.licitacao@cabedelo.pb.gov.br. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Cabedelo - PB, 21 de Março de 2019  
**CARLOS ANTONIO RANGEL DE MELO JUNIOR - Pregoeiro Oficial**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CABEDELO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 00020/2019**  
 Toma público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Benedito Soares da Silva, 131 - Monte Castelo - Cabedelo - PB, às 11:00 horas do dia 05 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas, visando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, para: SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO E SONORIZAÇÃO VOLANTE COM CARRO DE SOM TIPO MINI TRIO COM QUILOMETRAGEM LIVRE INCLUSIVE COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 08/13. Informações: no horário 08:00 às 14:00h - E-mail: Sescab.licitacao@cabedelo.pb.gov.br dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3250-3121. E-mail: sescab.licitacao@cabedelo.pb.gov.br. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Cabedelo - PB, 14 de Março de 2019  
**CARLOS ANTONIO RANGEL DE MELO JUNIOR - Pregoeiro Oficial**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CABEDELO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2019**  
 Toma público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Benedito Soares da Silva, 131 - Monte Castelo - Cabedelo - PB, às 09:00 horas do dia 05 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas, visando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, para: AQUISIÇÃO DE CAMISAS PARA SEREM UTILIZADAS EM CAMPANHAS DE IMUNIZAÇÃO, NO ANO DE 2019. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 08/13. Informações: no horário 08:00 às 14:00h - E-mail: Sescab.licitacao@cabedelo.pb.gov.br dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3250-3121. E-mail: sescab.licitacao@cabedelo.pb.gov.br. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Cabedelo - PB, 15 de Março de 2019  
**CARLOS ANTONIO RANGEL DE MELO JUNIOR - Pregoeiro Oficial**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 00003/2019**  
 Toma público que fará realizar através da Câmara Municipal, sediada Av. Sólón de Lucena, nº 297, Conceição – PB – CEP: 58.970-000, às 09:30 horas do dia 10 de Abril de 2019, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: Locação de Veículo para ficar a disposição do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Conceição-PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Informações: no horário 08h00min às 11:30h00min dos dias úteis, no endereço supracitado.  
 Edital: www.tce.pb.gov.br.

Conceição - PB, 22 de março de 2019.  
**MARIA FRANCINEIDE ALVES**  
**Presidente da Comissão**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 00004/2019**  
 Toma público que fará realizar através da Câmara Municipal, sediada Av. Sólón de Lucena, nº 297, Conceição – PB – CEP: 58.970-000, às 10:30 horas do dia 10 de Abril de 2019, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: Contratação de serviços para a elaboração e envio de informações junto a Receita Federal e Ministério da Previdência Social, referentes à GFIP, DIRF e RAIS da Câmara Municipal de Conceição - PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Informações: no horário 08h00min às 11:30h00min dos dias úteis, no endereço supracitado.  
 Edital: www.tce.pb.gov.br.

Conceição - PB, 22 de março de 2019.  
**MARIA FRANCINEIDE ALVES**  
**Presidente da Comissão**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 00006/2019**  
 Toma público que fará realizar através da Câmara Municipal, sediada Av. Sólón de Lucena, nº 297, Conceição – PB – CEP: 58.970-000, às 09:30 horas do dia 26 de Abril de 2019, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo técnica e preço, para: Contratação de Emissora de Rádio Difusão com alcance em toda a extensão territorial do município para divulgação institucional, informativa, educativa e de utilidade pública do Poder Legislativo do Município de Conceição-PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Informações: no horário 08h00min às 11:30h00min dos dias úteis, no endereço supracitado.  
 Edital: www.tce.pb.gov.br.

Conceição - PB, 22 de março de 2019.  
**MARIA FRANCINEIDE ALVES**  
**Presidente da Comissão**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 00005/2019**  
 Toma público que fará realizar através da Câmara Municipal, sediada Av. Sólón de Lucena, nº 297, Conceição – PB – CEP: 58.970-000, às 11:30 horas do dia 10 de Abril de 2019, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: Contratação de serviços de confecção/elaboração de folha de pagamento e sagres pessoal para Câmara Municipal de Conceição/PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Informações: no horário 08h00min às 11:30h00min dos dias úteis, no endereço supracitado.  
 Edital: www.tce.pb.gov.br.

Conceição - PB, 22 de março de 2019.  
**MARIA FRANCINEIDE ALVES**  
**Presidente da Comissão**

**Estado da Paraíba**  
**Município de Conceição**  
**AVISO DE DECISÃO JUDICIAL**  
**TOMADA DE PREÇO Nº. 00013/2018.**  
 A Comissão Permanente de Licitação do Município de Conceição/PB torna público para conhecimento dos interessados, que mediante a decisão liminar, exarada nos autos do Processo Nº. 0800097-44.2019.8.15.0151 que determinou a suspensão do certame licitatório na modalidade Tomada de Preço Nº. 00013/2018 promovido pelo município de Conceição, de modo que não se realize sua homologação e adjudicação do objeto licitado até o julgamento de mérito da presente demanda, com fulcro no art. 7º, III, da Lei 12.016/2019. Desta forma, dando cumprimento a decisão supra mencionada, a comissão de licitação suspende o processo licitatório até o julgamento do mérito. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua Capitão João Miguel - Centro Administrativo Integrado, S/N - São José - Conceição - PB, no horário 08h00min às 12h00min dos dias úteis. Publique-se e registre-se.

Conceição/PB, 12 de Março de 2019.

**OSVALDO CIRILO FERREIRA**  
**Presidente da CPL**

**Estado da Paraíba**  
**Prefeitura Municipal de Conceição**  
**AVISO DE DESCISÃO DE RECURSO**  
**PREGÃO PRESENCIAL 00028/2019**  
 A Pregoeira do município de Conceição/PB, torna público para conhecimento dos interessados no Pregão Presencial Nº 00028/2019, que tem como objeto: Aquisição de material odontológico para atender a secretária de saúde do município de Conceição/PB, que o recurso impetrado pela empresa JOSÉ NERGINO SOBRREIRA (PJS DISTRIBUIDORA) - CNPJ: 63.478.895/0001-94, foi julgado IMPROCEDENTE, mantendo a DESCCLASSIFICAÇÃO da mesma. Maiores informações na sala da comissão de licitação situada na Rua Capitão João Miguel - Centro Administrativo Integrado, S/N - São José - Conceição - PB, CEP: 58970-000.

Conceição/PB, 22 de março de 2019.  
**KÉSSYA MEDEIROS LACERDA FIGUEIREDO DE SOUSA**  
**Presidente da Comissão**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO**  
**AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 00026/2019**  
 A Pregoeira do município de Conceição, torna público aos interessados o resultado de Habilitação do Pregão Presencial 00026/2019, que tem como objeto: Aquisição de material de impressão digital (Banners, Faixas, Panfletos, Camisas e Adesivo) para realização das campanhas de todas as Secretarias do Município de Conceição – PB. Analisados os elementos apresentados e as exigências constantes do instrumento convocatório correspondente, a Pregoeira informou o Licitante IVANILTO DA COSTA VIEIRA - DELMAQA - ME/EPP/MEI, que apresentou restrição na comprovação da regularidade fiscal, onde foi assegurado ao mesmo o prazo para a devida regularização da documentação, nos termos da lei vigente, o qual não apresentou a certidão no prazo que foi concedido na ata, desta forma fica a empresa inabilitada por não apresentação da certidão e tornando o único item vencido pela referida empresa fracassado. Assim resta como habilitada apenas a empresa: TR PUBLICIDADE LTDA - ME - Valor: R\$ 84.742,00. Informações: no horário 08h00min às 12h00min dos dias úteis, no endereço supracitado. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Conceição - PB, 22 de março de 2019  
**KÉSSYA MEDEIROS LACERDA FIGUEIREDO DE SOUSA - Pregoeira Oficial**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL VELHO**  
**HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00007/2019**  
 Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00007/2019, que objetiva: Aquisição de cestas básicas para doação a famílias carentes através da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E CIDADANIA - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL do município de Curral Velho - PB. HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: DAMIÃO DINIZ DE LACERDA - ME - R\$ 152.000,00.

Curral Velho - PB, 22 de Março de 2019  
**JOAQUIM ALVES BARBOSA FILHO - Prefeito**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL VELHO**  
**ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00007/2019**  
 Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Presencial nº 00007/2019, que objetiva: Aquisição de cestas básicas para doação a famílias carentes através da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E CIDADANIA - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL do município de Curral Velho - PB; ADJUDICO o seu objeto a: DAMIÃO DINIZ DE LACERDA - ME - R\$ 152.000,00.

Curral Velho - PB, 22 de Março de 2019  
**CLAUDIO NOGUEIRA DOS SANTOS - Pregoeiro Oficial**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL VELHO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2019**  
 Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Manoel Batista Sobrinho, 20 - Centro - Curral Velho - PB, às 09:00 horas do dia 03 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de Radiodifusão em frequência FM, com potência de 2,0 kw, com alcance em todo o município e região do vale do Plancão, para divulgação de 95 inserções mensais em spot de 30 segundos dos atos, programas, obras, serviços e campanhas das secretarias e órgãos da Administração Municipal para Prestação de Contas das Ações Administrativas Oficiais, assuntos de caráter informativo, divulgação de relatórios e outros, obras, serviços etc... Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 1. Inormações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Edital: http://www.curralvelho.pb.gov.br ou www.tce.pb.gov.br.

Curral Velho - PB, 22 de Março de 2019  
**CLAUDIO NOGUEIRA DOS SANTOS - Pregoeiro Oficial**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPINA GRANDE**  
**HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 25007/2019**  
 Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 25007/2019, que objetiva: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (CARNES,FRANGO,PEIXES E FRIOS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO EXERCÍCIO DE 2019.; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: MARIA MARGARIDA GERVAZIO - R\$ 407.064,00.

Campina Grande - PB, 21 de Março de 2019  
**EVA ELIANA RAMOS GOUVEIA - Secretária**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SUPERINTENDENCIA DE TRANSITO E TRANSPORTES PUBLICOS DE CAMPINA GRANDE**  
**EXTRATO DE CONTRATO**  
 OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de fibons para impressora do tipo Smart CH 50S para atender as necessidades da S.T.P. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00024/2019. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Campina Grande: 05.010 Superintendência de trânsito e transportes Públicos 15.451.1025.2090 - Ações do Sistema de Transporte Público de Passageiros 3390.30.99 - Material de Consumo 1001 - Recurso Ordinário. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2019. PARTES CONTRATANTES: Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos de Campina Grande e: CT Nº 00069/2019 - 22.03.19 - ROSANO TECHNOLOGY INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS- EIRELI - R\$ 17.384,50.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SUPERINTENDENCIA DE TRANSITO E TRANSPORTES PUBLICOS DE CAMPINA GRANDE**  
**RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00024/2019**  
 Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00024/2019, que objetiva: Contratação de empresa para aquisição de fibons para impressora do tipo Smart CH 50S para atender as necessidades da S.T.P. RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: ROSANO TECHNOLOGY INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS- EIRELI - R\$ 17.384,50.Campina Grande - PB, 22 de Março de 2019.FELIX ARAUJO NETO - Diretor Superintendente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE**  
**EXTRATO DE CONTRATO**  
 OBJETO: Contratação de Serviços de Confeção de Próteses Dentárias de acordo com as especificações da Portaria nº 1.825/GMMS de 24 de agosto de 2012, destinadas à população carente desta cidade. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00008/2019. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Casserengue/BLMAC/ FMS: 3390.39.99.002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2019. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Casserengue e: CT Nº 00014/2019 - 18.03.19 - GILVANDO BESERRA DA SILVA - R\$ 105.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE**  
**HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019**  
 Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00008/2019, que objetiva: Contratação de Serviços de Confeção de Próteses Dentárias de acordo com as especificações da Portaria nº 1.825/GM/MS de 24 de agosto de 2012, destinadas à população carente desta cidade; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: GILVANDO BESERRA DA SILVA - R\$ 105.000,00.

Casserengue - PB, 15 de Março de 2019  
**GENIVAL BENTO DA SILVA - Prefeito**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE**  
**EXTRATO DE CONTRATOS**  
 OBJETO: Aquisições parceladas de materiais elétricos destinados a atender as necessidades das secretarias municipais, bem como o setor de iluminação pública deste Município. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00007/2019. DOTAÇÃO: Recursos FPM, ICMS, TRIBUTOS, MDE, FUDEB, FMS, PAB, IGDFF, CRAS, PMAQ, BLMAC e PAIF: 3.3.90.30.01 - Material de Consumo. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2019. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Casserengue e: CT Nº 00010/2019 - 12.03.19 - ANDRE BRAULIO JAPIASSU NETO - EPP - R\$ 151.795,00; CT Nº 00011/2019 - 12.03.19 - JSA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - R\$ 83.960,85; CT Nº 00012/2019 - 12.03.19 - MATEC MATERIAIS ELÉTRICOS E DE CONSTRUÇÕES LTDA - R\$ 58.270,75; CT Nº 00013/2019 - 12.03.19 - THOMAS JOSE BELTRÃO DE ARAUJO ALBUQUERQUE - R\$ 104.306,50.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE**  
**HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019**  
 Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00007/2019, que objetiva: Aquisições parceladas de materiais elétricos destinados a atender as necessidades das secretarias municipais, bem como o setor de iluminação pública deste Município; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: ANDRE BRAULIO JAPIASSU NETO - EPP - R\$ 151.795,00; JSA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - R\$ 83.960,85; MATEC MATERIAIS ELÉTRICOS E DE CONSTRUÇÕES LTDA - R\$ 58.270,75; THOMAS JOSE BELTRÃO DE ARAUJO ALBUQUERQUE - R\$ 104.306,50.

Casserengue - PB, 11 de março de 2019.  
**GENIVAL BENTO DA SILVA - Prefeito**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE**  
**EXTRATO DE CONTRATOS**  
 OBJETO: Aquisições parceladas de materiais de expedientes e didáticos, destinados à manutenção dos programas, ações e atividades de todas as Secretarias deste Município e ao Fundo Municipal de Saúde. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00006/2019. DOTAÇÃO: Recursos FPM, ICMS, TRIBUTOS, MDE, FUDEB, QSE, FNDE, FMS, PAB, IGDFF, CRAS, PMAQ, BLMAC e PAIF: 3.3.90.30.01 - Material de Consumo. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2019. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Casserengue e: CT Nº 00007/2019 - 12.03.19 - E. ZALMA SOUZA - EPP - R\$ 32.571,15; CT Nº 00008/2019 - 12.03.19 - GUARABIRA ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO E VENDAS EIRELI - R\$ 83.984,30; CT Nº 00009/2019 - 12.03.19 - MAURILIO DE ALMEIDA MENDES - EPP - R\$ 37.603,40.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE**  
**HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019**  
 Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00006/2019, que objetiva: Aquisições parceladas de materiais de expedientes e didáticos, destinados à manutenção dos programas, ações e atividades de todas as Secretarias deste Município e ao Fundo Municipal de Saúde; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: E. ZALMA SOUZA - EPP - R\$ 32.571,15; GUARABIRA ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO E VENDAS EIRELI - R\$ 83.984,30; MAURILIO DE ALMEIDA MENDES - EPP - R\$ 37.603,40.

Casserengue - PB, 11 de março de 2019  
**GENIVAL BENTO DA SILVA - Prefeito**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI**  
**EXTRATO DE 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 00062/2018**  
 OBJETO: Execução dos serviços de construção de Unidade Escolar com 04 (quatro) salas de aula, no Conjunto Antonio Amaro, nesta cidade de Cuitegi/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57 - Lei Federal 8.666/93 - CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS - Contrato nº 00062/2018 - Tomada de Preços nº 00001/2018. VIGÊNCIA: 08 (oito) meses de 24/03/2019 até 24/11/2019. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Cuitegi e CONSTRUTORA EDFFICAR EIRELI - ME. DATA DE ASSINATURAS: 22/03/2019.

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00009/2019**  
 Toma público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Nossa Senhora do Rosário, 35 - Centro - Cuitegi - PB, às 13:30 horas do dia 05 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, para: Elaboração de Registro de preço para eventual contratação de empresa para prestação de Serviços Especializados de confecção de PRÓTESE DENTÁRIA para atender população do município de Cuitegi, que necessita de reabilitação oral e que são atendidas nas Unidades Básicas da Saúde. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 001/2013. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3502-1143. E-mail: cuitegilicitacoes@hotmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br. Cuitegi - PB, 22 de Março de 2019. JADIR FERNANDES DA ROCHA - Pregoeiro Oficial.

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00011/2019**  
 TORNA PÚBLICO e comunica aos interessados que se encontra aberta Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00011/2019, do tipo Menor Preço, objetivando: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DECONSULTORIA TRIBUTÁRIO/CONTÁBIL PARA ORGANIZAR, LEVANTAR E IMPLEMENTAR PRÁTICAS DEBENEFICAMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL RELATIVA AO ISSQN SOBRE SERVIÇOS DEBANCÁRIOS ECONOMESSIONARIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS (EMPRESAS DE TELEFONIA). Data de Abertura: 05 de abril de 2019 das 08:00 horas. O Edital pode ser obtido na sede da Prefeitura de Congo, situada à Rua Senador Rui Carneiro, s/n, Centro, Congo – Paraíba. Maiores informações através do telefone (83) 3359-1100, no horário das 08:00 às 12:00. Edital: www.congo.pb.gov.br, ou www.tce.pb.gov.br.

Congo - PB, 22 de março de 2019.  
**JOSÉ IVANILSON PEREIRA GUENES - Pregoeiro Oficial**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0010/2019**  
 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS – PB, através do Pregoeiro, torna público, que realizará Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 0010/2019, do tipo menor preço por item, objetivando a Contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos em geral através do maior desconto percentual, destinada a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e máquinas pesadas, pertencentes a Prefeitura Municipal de Cacimbas – PB. O edital poderá ser adquirido na sede do município, bem como no site do tribunal: www.tce.pb.gov.br, no mural de licitações. A sessão para apresentação, abertura e julgamento dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, realizar-se-á no dia 05/04/2019, às 08h:30ms, na sala da Comissão de Licitação situada na Rua São José, nº 35, Centro, Cacimbas – PB. Qualquer informação poderá

ser obtida através do Pregoeiro Oficial do Município, de segunda a sexta feira, no horário das 08hs:00ms às 12hs:00ms, através do Tel. (83) 3476-1137 ou do e-mail: cplcacimbaspb@outlook.com

Cacimbas - PB, em 22 de Março de 2019.  
**Jadson Gablo da Silva**  
**Pregoeiro Oficial**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2019**  
 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS – PB, através do Pregoeiro, torna público, que realizará Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 0011/2019, do tipo menor preço por item, objetivando a Aquisição de peças e assessórios parcelada através do maior desconto percentual, destinada a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e máquinas pesadas, pertencentes a Prefeitura Municipal de Cacimbas – PB. O edital poderá ser adquirido na sede do município, bem como no site do tribunal: www.tce.pb.gov.br, no mural de licitações. A sessão para apresentação, abertura e julgamento dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, realizar-se-á no dia 05/04/2019, às 10hs:00ms, na sala da Comissão de Licitação situada na Rua São José, nº 35, Centro, Cacimbas – PB. Qualquer informação poderá ser obtida através do Pregoeiro Oficial do Município, de segunda a sexta feira, no horário das 08hs:00ms às 12hs:00ms, através do Tel. (83) 3476-1137 ou do e-mail: cplcacimbaspb@outlook.com

Cacimbas - PB, em 22 de Março de 2019.  
**Jadson Gablo da Silva**  
**Pregoeiro Oficial**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2019**  
 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS – PB, através do Pregoeiro, torna público, que realizará Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 0012/2019, do tipo Menor Preço por item, objetivando a Prestação de serviços na locação de um trator destinado a coleta de lixo e entulhos no Distrito de São Sebastião Município de Cacimbas – PB. O edital poderá ser adquirido na sede do município, bem como no site do Tribunal, www.tce.pb.gov.br, no mural de licitações. A sessão para apresentação, abertura e julgamento dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, realizar-se-á no dia 05/04/2019, às 11h:30ms, na sala da Comissão de Licitação situada na Rua São José, nº 35, Centro, Cacimbas – PB. Qualquer informação poderá ser obtida através do Pregoeiro Oficial do Município, de segunda a sexta feira, no horário das 08hs:00ms às 12hs:00ms, através do Tel. (83) 3476-1137 ou do e-mail: cplcacimbaspb@outlook.com

Cacimbas - PB, em 22 de Março de 2019.  
**Jadson Gablo da Silva**  
**Pregoeiro Oficial**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2019**  
 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS – PB, através do Pregoeiro, torna público, que realizará Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 0013/2019, do tipo Menor Preço por item, objetivando a Prestação de serviços de lavagens de motos, veículos de médio e grande porte e máquinas pesadas pertencentes a Frota de veículos do Município de Cacimbas – PB. O edital poderá ser adquirido na sede do município, bem como no site do tribunal: www.tce.pb.gov.br, no mural de licitações. A sessão para apresentação, abertura e julgamento dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, realizar-se-á no dia 05/04/2019, às 14hs:00ms, na sala da Comissão de Licitação situada na Rua São José, nº 35, Centro, Cacimbas – PB. Qualquer informação poderá ser obtida através do Pregoeiro Oficial do Município, de segunda a sexta feira, no horário das 08hs:00ms às 12hs:00ms, através do Tel. (83) 3476-1137 ou do e-mail: cplcacimbaspb@outlook.com

Cacimbas - PB, em 22 de Março de 2019.  
**Jadson Gablo da Silva**  
**Pregoeiro Oficial**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2019**  
 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS – PB, através do Pregoeiro, torna público, que realizará Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 0013/2019, do tipo Menor Preço por item, objetivando a Prestação de serviços de lavagens de motos, veículos de médio e grande porte e máquinas pesadas pertencentes a Frota de veículos do Município de Cacimbas – PB. O edital poderá ser adquirido na sede do município, bem como no site do tribunal: www.tce.pb.gov.br, no mural de licitações. A sessão para apresentação, abertura e julgamento dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, realizar-se-á no dia 05/04/2019, às 14hs:00ms, na sala da Comissão de Licitação situada na Rua São José, nº 35, Centro, Cacimbas – PB. Qualquer informação poderá ser obtida através do Pregoeiro Oficial do Município, de segunda a sexta feira, no horário das 08hs:00ms às 12hs:00ms, através do Tel. (83) 3476-1137 ou do e-mail: cplcacimbaspb@outlook.com

Cacimbas - PB, em 22 de Março de 2019.  
**Jadson Gablo da Silva**  
**Pregoeiro Oficial**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2019**  
 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS – PB, através do Pregoeiro, torna público, que realizará Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 0014/2019, do tipo Menor Preço por item, objetivando a Contratação de empresa especializada para execução de serviços na elaboração, cadastro e acompanhamento de

admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 5 (cinco) dias

O prazo de vigência do presente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2018, considerado da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente o fornecimento descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou sub-contratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:

Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93.

O Contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES:

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a - advertência; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

f - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Esperança.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

TESTEMUNHAS	Esperança - PB, 01 de Fevereiro de 2019. PELO CONTRATANTE
	NOBSON PEDRO DE ALMEIDA Prefeito 511.576.084-34
	PELO CONTRATADO
	INTERGRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA NICACIO FREITAS DANTAS 324.946.294-20

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 00022/2019**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Antenor Navarro, 837 - Centro - Esperança - PB, às 09:00 horas do dia 08 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARNES E FRIOS PERECÍVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DESTES MUNICÍPIO. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 1.459/07. Informações: no horário das 08h00min às 12h00min dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3361-3801. E-mail: [esperanca.cpi2017@gmail.com](mailto:esperanca.cpi2017@gmail.com). Edital: <https://portal.tce.pb.gov.br/aplicativos/sagres/>.

Esperança - PB, 22 de Março de 2019  
JUVENCIO RODRIGUES NETO - Pregoeiro Oficial

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY**  
**RESULTADO - CHAMADA PÚBLICA Nº 00001/2019**

OBJETO: Fornecedor de gêneros alimentícios para Agricultura Familiar, destinados a Secretaria de educação, demais secretarias e o Fundo Municipal de saúde do município de Igaracy-PB. PROPONENTE DECLARADO VENCEDOR e respectivo valor total da contratação: EVA TOMAZ PEREIRA - Valor: R\$ 20.416,50. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua Pedro Lopes Brasileiro, SN - Centro - Igaracy - PB, no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis.

Igaracy - PB, 08 de Março de 2019  
**GEORGE CARLOS VIEIRA LOPES - Presidente da Comissão**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 00023/2019**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Pedro Lopes Brasileiro, SN - Centro - Igaracy - PB, às 10:00 horas do dia 05 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA TODAS AS SECRETARIAS, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IGARACY-PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Edital: <http://www.igaracy.pb.gov.br>.

Igaracy - PB, 22 de Março de 2019  
**GEORGE CARLOS VIEIRA LOPES - Pregoeiro Oficial**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 00022/2019**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Pedro Lopes Brasileiro, SN - Centro - Igaracy - PB, às 08:30 horas do dia 05 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: LOCAÇÃO DE UM VEÍCULO COM CAPACIDADE PARA 6 PASSAGEIRO MOTOR 1,6 16 VALVULAS, FLEX, A PARTIR DE 139 CV, RODA DE LIGA LEVE, ARO 17", CENTRAL MULTIMÍDIA, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO A PARTIR DE 2019/2019, CONTROLE DE TRACÇÃO, COMBUSTÍVEL: GASOLINA/ETANOL, CÂMBIO MANUAL, 05 MACHA A FRENTE E UMA A RÉ, SEM MOTORISTA, EMBLACADO, COM SEGURO, PARA O MUNICÍPIO DE IGARACY-PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Edital: <http://www.igaracy.pb.gov.br>.

Igaracy - PB, 22 de Março de 2019  
**GEORGE CARLOS VIEIRA LOPES - Pregoeiro Oficial**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY**  
**AVISO DE RESULTADO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 00015/2019**

A Prefeitura Municipal de Igaracy, através de seu pregoeiro, vem por meio deste tornar público para conhecimento dos interessados, o resultado de habilitação e Julgamento do PREGÃO PRESENCIAL Nº 00015/2019, com o seu objeto Aquisição de material didático, expediente e escolar, destinados a diversas secretarias da prefeitura, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e ao PDDE durante o exercício de 2019. Conforme especificação do edital. Sendo declaradas HABILITADAS as empresas: FRANCISCO ERMANO VIRGINIO DE SOUZA - ME - Valor: R\$ 97.501,20; IVANILTO DA COSTA VIEIRA - ME - Valor: R\$ 10.990,30; LUCIEUDO MARIA DA SILVA - ME - Valor: R\$ 165.423,10; MARCELA ELIZABETE DE MIRANDA BATTA SANTOS SOUTO EIRELI - Valor: R\$ 5.434,10; MARIA DO SOCORRO COSTA ALVES 0321805064 - Valor: R\$ 66.167,90.

Igaracy - PB, 20 de Março de 2019.  
**GEORGE CARLOS VIEIRA LOPES**  
Pregoeiro Oficial

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY**  
**AVISO CONVOCAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 00012/2019**

A Prefeitura Municipal de Igaracy-PB, torna público através do Pregoeiro Oficial, resolve CONVOCAR a empresa ODONTOPROTESE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME e a empresa: SORRISO NOVO – CLÍNICA ODONTOLÓGICA EIRELI, para oferta de lances verbais, no dia 29/03/2019 às 08:30 horas. Demais informações no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, na Rua Pedro Lopes Brasileiro, sn, Centro de Igaracy-PB.

Igaracy - PB, 21 de Março de 2019  
**GEORGE CARLOS VIEIRA LOPES – Pregoeiro Oficial**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY**  
**AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2019**

A Prefeitura Municipal de Igaracy, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que o Recurso Administrativo, do Pregão Presencial nº 00011/2019, interposto por parte da empresa MARIA LIANI LEONARDO, inscrita no CNPJ sob o nº 17.690.649/0001-84, do resultado da habilitação, foi julgado IMPROCEDENTE. Demais informações encontram-se a disposição dos interessados no endereço Rua Pedro Lopes Brasileiro, s/nº, Centro – Igaracy - PB, no horário das 07:00 às 12:00 horas.

Igaracy-PB, 22 de março de 2019.  
**GEORGE CARLOS VIEIRA LOPES**  
Pregoeiro Oficial

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY**  
**AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2019**

A Prefeitura Municipal de Igaracy, através de seu Pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, a interposição de recursos administrativo por parte da empresa MARIA LIANI LEONARDO - ME, contra o resultado de habilitação do Pregão Presencial nº 00011/2019, para conhecimento dos interessados, querendo, apresentem impugnação no prazo legal. Demais informações encontram-se a disposição dos interessados no endereço Rua Pedro Lopes Brasileiro, s/nº, Centro – Igaracy - PB, no horário das 07:00 às 12:00 horas.

Obs: Republicado por incorreção

Igaracy - PB, 14 de Março de 2019.  
**George Carlos Vieira Lopes**  
Pregoeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY**  
**AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 00014/2019**

A Prefeitura Municipal de Igaracy, através do Presidente da Comissão de licitação, deste tornar público para conhecimento dos interessados, o resultado de habilitação do PREGÃO PRESENCIAL Nº 00014/2019, cujo o objetivo CONTRATAÇÃO DE VEÍCULOS COM MOTORISTA PARA TRANSPORTE DE ESTUDANTES DA ZONA RURAL PARA AS ESCOLAS SITUADAS NA ZONA URBANA NO MUNICÍPIO DE IGARACY-PB. Sendo considerada INABILITADA o senhor EDILEUZO BASTOS DA SILVA - CPF: 624.983.204-15; a empresa: PEDRO NILDO LINS BRASILEIRO 05239973458 - CNPJ: 29.633.048/0001-19 e o senhor ROSENILDO INACIO DE LIMA - CPF: 884.396.584-00. Abre-se vistas aos interessados do inteiro teor da decisão do Pregoeiro e equipe de apoio. Igaracy - PB, 20 de Março de 2019.

**GEORGE CARLOS VIEIRA LOPES**  
Pregoeiro Oficial

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY**  
**EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO**

INSTRUMENTO: Termo de Aditivo ao Contrato nº 00072/2017, em 08.11.2017.

PARTES: Prefeitura Municipal de Igaracy e a empresa CONSTRUTORA DAKI EIRELI ME.

OBJETO CONTRATUAL: Para execução dos serviços com a continuação da construção de pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas na cidade de Igaracy.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação de prazo.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Igaracy-PB, 28 de Dezembro de 2018  
**José Carneiro Almeida da Silva - Prefeito**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATUBA**  
**REVOGAÇÃO – Tomada de Preços nº 0007/2017**

Com base nos elementos constantes do processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Tomada de Preços nº 0007/2017, que objetiva: Contratação de empresa especializada e construção civil para, execução dos serviços de pavimentação em diversas ruas localizadas na Zona Urbana e Zona Rural pertencentes a cidade de Itatuba; REVOGO o correspondente procedimento licitatório. Justificativa: Razões de interesse público.

Itatuba - PB, 21 de Março de 2019  
**ARON RENÉ MARTINS DE ANDRADE. - Prefeito**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**UNIDADE EXECUTIVA DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL**  
**TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**  
**CONTRATAÇÃO DIRETA DE CONSULTOR INDIVIDUAL Nº 002/2019**

Ratifico a Contratação Direta de Consultor Individual nº 002/2019, referente aos serviços de Consultoria Individual de Aquisições para apoiar e assessorar a Equipe da Unidade Executora do Programa de Desenvolvimento Urbano, Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa, com base no Item 5.4, "b", da GN-2350-9, que regulamenta a contratação de serviços de consultoria no âmbito do Contrato de Empreendimento nº 4444 OC-BR, celebrado entre o Município de João Pessoa e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e ADJUDICADO o seu objeto à Consultora Andréia da Silva Oliveira Gomes, CPF nº 488.409.391-72, com proposta no valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), compatíveis com os preços referenciais constantes do processo nº 2019/017956.

João Pessoa, 19 de março de 2019.  
**Lucécio Cartaxo Pires de Sá**  
Secretário Chefe de Gabinete do Prefeito do Município de João Pessoa

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**  
**EDITAL Nº 119 DE 09 DE MARÇO DE 2019**

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, para o cargo de MÉDICO, na UPA – AUGUSTO ALMEIDA FILHO, da candidata GABRIELA DE AZEVEDO ALVES, inscrição nº 10248730, classificada em 24 lugar, do Concurso Público Edital nº 01 de 30 de janeiro de 2018, homologado através da portaria nº 932 de 16 de julho de 2018, para posse dos referidos cargos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste Edital, (artigo 36 da Lei 2380/79 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município) com o que segue:

1 - Realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional

Na Junta Médica Municipal, situada na rua Francisca Moura, 395, Centro, das 8:00 às 12:00 horas, dentro do prazo do 30 (trinta) dias acima referido, mediante agendamento, através do fone 3214-3710 ou "in loco", para realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional munido dos resultados dos exames abaixo relacionados, os quais poderão ser realizados em serviços públicos ou privados:

a) Hemograma;

b) Glicemia;

c) ECG, acompanhado de laudo médico;

d) Avaliação Cardiológica, realizado por médico cardiologista;

e) Raio X do Torax PA, acompanhado de laudo médico;

f) Audiometria;

g) Exame oftalmológico, realizado por médico oftomologista;

h) Sanidade Física, realizado por médico de qualquer especialidade;

i) Sanidade Mental, realizado por médico psiquiatra.

2 - De posse do exame médico pré-admissional fornecido pela Junta Médica Municipal o Profissional da Saúde deverá se apresentar na Divisão de Posse – DIPOC da Secretaria da Administração – SEAD, situada na Avenida Dógenes Chianca, nº 1777, Água Fria, Centro de Administração Municipal – CAM, telefone (83) 98645-8717, das 8:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00 horas, para investidura no cargo público, munido dos seguintes documentos, (original e cópia):

a) Registro de Identidade – RG;

b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

c) Título de Eleitor com comprovante de votação da última eleição;

d) Documentos militar para o sexo masculino;

e) Carteira do PIS ou PASEP (se já teve emprego anterior);

f) Carteira de Trabalho (CTPS);

g) Comprovante de residência;

h) Diploma;

i) Registro no Conselho da Classe

j) Certificado da Especialização

k) Certidão de Casamento;

l) Registro de nascimento de filhos (s) menor (es) de 14 anos e/ou portadores de deficiência ;

m) Duas ( 2) foto 3x4 recente, uma para Junta Médica;

n) Conta bancária – BANCO BRADECO ;

o) Declaração de Bens ou Declaração de Importo de Renda;

p) Certidões dos setores de distribuição dos autos criminais das Justiças Federal e Estadual do Estado em que o candidato houver residido nos últimos cinco anos expedidas, no máximo, há seis (6) meses, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver;

q) Certificado de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados em que o candidato houver residido nos últimos cinco anos, expedidas, no máximo, há seis (6) meses, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver;

3- Após a posse o servidor tem 8 (oito) dias para entrar em exercício (Lei 2.380, art. 40, item II).

João Pessoa, 12 de março de 2019

**LAURO MONTENEGRO SARMENTO DE SÁ**  
Secretário da Administração

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**  
**EDITAL Nº 118 DE 08 DE MARÇO DE 2019**

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, conforme MANDADO DE SEGURANÇA CIVEL (120), PROCESSO Nº 0807233-71.2019.8.15.2001, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para UPA – BANCARIOS, da candidata AMANDAARAALJO SANTOS, inscrição nº. 8933982, classificada em 96 lugar, do Concurso Público Edital nº 01 de 30 de janeiro de 2018, homologado através da portaria nº 932 de 16 de julho de 2018, para posse dos referidos cargos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste Edital, (artigo 36 da Lei 2380/79 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município) com o que segue:

1 - Realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional

Na Junta Médica Municipal, situada na rua Francisca Moura, 395, Centro, das 8:00 às 12:00 horas, dentro do prazo do 30 (trinta) dias acima referido, mediante agendamento, através do fone 3214-3710 ou "in loco", para realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional munido dos resultados dos exames abaixo relacionados, os quais poderão ser realizados em serviços públicos ou privados:

a) Hemograma;

b) Glicemia;

c) ECG, acompanhado de laudo médico;

d) Avaliação Cardiológica, realizado por médico cardiologista;

e) Raio X do Torax PA, acompanhado de laudo médico;

f) Audiometria;

g) Exame oftalmológico, realizado por médico oftomologista;

h) Sanidade Física, realizado por médico de qualquer especialidade;

i) Sanidade Mental, realizado por médico psiquiatra.

2 - De posse do exame médico pré-admissional fornecido pela Junta Médica Municipal o Profissional da Saúde deverá se apresentar na Divisão de Posse – DIPOC da Secretaria da Administração – SEAD, situada na Avenida Dógenes Chianca, nº 1777, Água Fria, Centro de Administração Municipal – CAM, telefone (83) 98645-8717, das 8:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00 horas, para investidura no cargo público, munido dos seguintes documentos, (original e cópia):

a) Registro de Identidade – RG;

b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

c) Título de Eleitor com comprovante de votação da última eleição;

d) Documentos militar para o sexo masculino;

e) Carteira do PIS ou PASEP (se já teve emprego anterior);

f) Carteira de Trabalho (CTPS);

g) Comprovante de residência;

h) Diploma;

i) Registro no Conselho da Classe

j) Certificado da Especialização

k) Certidão de Casamento;

l) Registro de nascimento de filhos (s) menor (es) de 14 anos e/ou portadores de deficiência ;

m) Duas ( 2) foto 3x4 recente, uma para Junta Médica;

n) Conta bancária – BANCO BRADECO ;

o) Declaração de Bens ou Declaração de Importo de Renda;

p) Certidões dos setores de distribuição dos autos criminais das Justiças Federal e Estadual do Estado em que o candidato houver residido nos últimos cinco anos expedidas, no máximo, há seis (6) meses, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver;

q) Certificado de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados em que o candidato houver residido nos últimos cinco anos, expedidas, no máximo, há seis (6) meses, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver;

3- Após a posse o servidor tem 8 (oito) dias para entrar em exercício (Lei 2.380, art. 40, item II).

João Pessoa, 08 de março de 2019

**LAURO MONTENEGRO SARMENTO DE SÁ**  
Secretário da Administração

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI**  
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2019**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 - SRP – PROCESSO ADM Nº 2019.02.017

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PARCELADA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

VALORES REGISTRADOS E LICITANTES:

PROPONENTE: HOSPITALMED EIRELI-EPP

CNPJ nº 29.868.059/0001-88

ENDEREÇO: AV MANOEL BÓRBA, 720 - CENTRO - AFOGADOS DA INGAZEIRA - PE - 56800-000 - (87) 3838-4210

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	P. TOTAL
9	Agulha hipodérmica descartável, calibre 25x7, corpo de aço inox, bisel trifacetado, ponta aguçada, protetor de encaixe firme, em embalagem estéril individual tipo blister em papel grau cirúrgico esterilizado com óxido de etileno com dados de identificação e procedência – data e tipo de esterilização e tempo de validade, caixa com 100 unidades.	SOLIDOR	CX	30	5,68	170,40
<b>Total:</b>						<b>170,40</b>

2. VALIDADE DA DATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal não fica obrigada a firmar as contratações.

Mari, 22 de março de 2019.

**Município de Mari**  
**ANTONIO GOMES DA SILVA - PREFEITO**  
CONTRATANTE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÓEZINHOS/PB**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2019.**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Manoel Alvino de Moura, 56 – Centro – Pilóezinhos/PB - PB, às 09h00min, do dia 04 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Aquisições de Peixes para distribuição com a população carente do município por ocasião da Semana Santa 2019. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 04/2010. Informações: no horário das 14h00min às 18h00min dos dias úteis, no endereço supracitado. Email: [administracao@piloezinhos.pb.gov.br](mailto:administracao@piloezinhos.pb.gov.br). Telefone: (083) 3627 1040.

Pilóezinhos – PB, 21 de Março de 2019.  
**JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR**  
Pregoeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2019**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça João Pessoa, 48 - Centro - Pilões - PB, às 09h00min do dia 08 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas, para: Aquisições parceladas de materiais elétricos destinados a atender as necessidades das secretarias municipais, bem como o setor de iluminação pública deste Município. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 004/2010. Informações: no horário das 08h00min às 12h00min dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 35021102. Edital: <http://www.piloes.pb.gov.br/>.

Pilões - PB, 21 de Março de 2019.  
**JULIO CEZAR PEREIRA DA SILVA - Pregoeiro Oficial**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça João Pessoa, 48 - Centro - Pilões - PB, às 09h00min do dia 04 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas, para: Aquisições Parceladas de Materiais de Construção diversos para melhor atender as necessidades da Administração Municipal. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 004/2010. Informações: no horário das 08h00min às 12h00min dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 35021102. Edital: <http://www.piloes.pb.gov.br/> ou [www.tce.pb.gov.br/](http://www.tce.pb.gov.br/).

Pilões - PB, 21 de Março de 2019.  
**JULIO CEZAR PEREIRA DA SILVA - Pregoeiro Oficial**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 00022/2019**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Cândido de Assis Queiroga, 30 - Centro - Paulista - PB, às 10:30 horas do dia 04 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, para: Serviço de Locação mensal de veículos destinados as diversas secretarias do município de Paulista/PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 009/2009. Informações: no horário das 08h00min às 12h00min dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 34451011. E-mail: [paulistalicitacao@gmail.com](mailto:paulistalicitacao@gmail.com). Edital: <http://www.paulista.pb.gov.br/> ou [www.tce.pb.gov.br/](http://www.tce.pb.gov.br/).

Paulista - PB, 22 de Março de 2019  
**DELLANNY LUCENA DA SILVA SANTOS - Pregoeiro Oficial**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 00023/2019**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Cândido de Assis Queiroga, 30 - Centro - Paulista - PB, às 11:30 horas do dia 04 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, para: Serviço de Locação de veículos destinado ao transporte de estudantes da rede de ensino municipal e estadual do município de Paulista/SP. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 009/2009. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 34451011. E-mail: [paulistalicitacao@gmail.com](mailto:paulistalicitacao@gmail.com). Edital: [www.paulista.pb.gov.br/](http://www.paulista.pb.gov.br/) ou [www.tce.pb.gov.br/](http://www.tce.pb.gov.br/).

Paulista - PB, 22 de Março de 2019  
**DELLANNY LUCENA DA SILVA SANTOS - Pregoeiro Oficial**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 00021/2019**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Cândido de Assis Queiroga, 30 - Centro - Paulista - PB, às 09:30 horas do dia 04 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Fornecedor local e diário de refeições e lanches, destinados a diversas secretarias deste Município de Paulista. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 009/2009. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 34451011. E-mail: [paulistalicitacao@gmail.com](mailto:paulistalicitacao@gmail.com). Edital: [www.paulista.pb.gov.br/](http://www.paulista.pb.gov.br/) ou [www.tce.pb.gov.br/](http://www.tce.pb.gov.br/).

Paulista - PB, 22 de Março de 2019  
**DELLANNY LUCENA DA SILVA SANTOS - Pregoeiro Oficial**

**Prefeitura municipal de Pedra Branca**  
**AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO**  
**Pregão nº 00011/2019**

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura municipal de Pedra Branca-PB, tornar público o resultado de habilitação do Pregão Presencial Nº 00011/2019, cujo objeto aquisição de medicamentos. Sendo considerada INABILITADA a empresa EUROMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ nº 27.985.664/0001-03, sendo consideradas HABILITADAS as empresas LARME DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI - CNPJ nº 10.831.701/0001-26 e a empresa DEPOSITO GERAL DE SUPRIMENTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ nº 06.224.321/0001-56. Abre-se vistas aos interessados do inteiro teor da decisão.

Pedra Branca-PB, 22 de março de 2019.  
**Braz de Sousa Lins- Pregoeiro**

**Prefeitura municipal de Pedra Branca**  
**AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO**  
**Pregão Presencial nº 00013/2019**

O Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Pedra Branca-PB, tornar público o resultado de habilitação do Pregão Presencial Nº 00013/2019, cujo objeto é

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00019/2019
Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua João Barbosa da Silva, 120 - Centro - Queimadas - PB, às 10:00 horas do dia 04 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OS SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 001/2010. Informações: no horário das 07:00 às 11:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 33922276. E-mail: licitacaopneumeadas2017@gmail.com. Edital: www.queimadas.pb.gov.br. Queimadas - PB, 22 de Março de 2019
JOSENEIDE DA MATA SILVA SIQUEIRA - Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019
O Presidente da CPL no uso de suas atribuições torna público o ADIAMENTO da sessão da Chamada Pública nº 001/2019, objetivando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E PARA, DE FORMA COMPLEMENTAR, ATENDER AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE NO MUNICÍPIO DE SOLEDADE - PB. Ficando em aberto nova data de sessão onde a Comissão informará, via jornal de grande circulação, a nova data. Informações: no horário das 08:00 às 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3383-1725/1094. E-mail: prefeiturasoledadepb@gmail.com
Soledade - PB, 22 de Março de 2019
CLEITON DE ALMEIDA
Presidente da CPL

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
RESULTADO FASE PROPOSTA - TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2019
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB e respectivo valor total da contratação: CONSTRUTORA INOVAR EIRELI - EPP - Valor: R\$ 234.161,30 (duzentos e trinta e quatro mil, cento e sessenta e um reais e trinta centavos).
Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Avenida Primeiro de Abril, 390 - Centro - Sumé - PB, no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis.
Telefone: (083) 3353-2274.
Sumé - PB, 22 de março de 2019
DIMITRIUS LAURENT FERREIRA DA SILVA - Presidente da Comissão

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00027/2019
Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Primeiro de Abril, 390 - Centro - Sumé - PB, às 12:30 horas do dia 04 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE BOMBAS ELÉTRICAS. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 748/2006. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3353-2274. Edital: www.sumé.pb.gov.br.
Sumé - PB, 22 de Março de 2019
DIMITRIUS LAURENT FERREIRA DA SILVA - Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00025/2019
Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Primeiro de Abril, 390 - Centro - Sumé - PB, às 08:30 horas do dia 04 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE CARNES E DERIVADOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE SAÚDE, AÇÃO SOCIAL E AO HOSPITAL. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 748/2006. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3353-2274. Edital: www.sumé.pb.gov.br.
Sumé - PB, 22 de Março de 2019
DIMITRIUS LAURENT FERREIRA DA SILVA - Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00026/2019
Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Primeiro de Abril, 390 - Centro - Sumé - PB, às 10:30 horas do dia 04 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE USO CLÍNICO. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 748/2006. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3353-2274. Edital: www.sumé.pb.gov.br.
Sumé - PB, 22 de Março de 2019
DIMITRIUS LAURENT FERREIRA DA SILVA - Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE SUMÉ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00003/2019
Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Alice Japiassu de Queiroz, 52 - Centro - Sumé - PB, às 10:30 horas do dia 05 de ABRIL de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO, POPULAR, 5 LUGARES, 14, COMPLETO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS PARA OS SERVIÇOS DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 0748/2006. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 33532095. Edital: www.tce.pb.gov.br. O referido processo foi prorrogado do dia 20 de março para dia 05 de abril em virtude do não comparecimento da equipe da comissão de licitação.
Sumé - PB, 20 de Março de 2019
SEBASTIAO SILVA SOUSA - Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE SUMÉ
EXTRATO DE CONTRATO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO E ANÚNCIOS DE INFORMAÇÕES DE CARÁTER OFICIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00001/2019. DOTAÇÃO: 0100 - 01 - 031 - 2001.1003 - 3.3.90.39.01 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 010000001 - RECURSOS ORDINÁRIOS. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2019. PARTES CONTRATANTES: Câmara Municipal de Sumé e: CT Nº 00005/2019 - 22.03.19 - RÁDIO CIDADE DE SUMÉ LTDA ME - R\$ 36.000,00.
Sumé - PB, 21 de Março de 2019
LEONIDAS ALBINO PEDROSA - Presidente

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE SUMÉ
EXTRATO DE CONTRATO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EMISSÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO E INFORMAÇÃO DA GFIP JUNTO AO INSS DESTA CÂMARA MUNICIPAL COM LOCAÇÃO DO PROGRAMA E SERVIÇOS DE CONSULTORIA. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00002/2019. DOTAÇÃO: 0100 - 01 - 031 - 2001.1003 - 3.3.90.39.01 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 010000001 - RECURSOS ORDINÁRIOS. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2019. PARTES CONTRATANTES: Câmara Municipal de Sumé e: CT Nº 00006/2019 - 22.03.19 - COGESP CONSULTORIA EM GESTÃO DE PROJETOS LTDA-ME - R\$ 45.600,00.
Sumé - PB, 21 de Março de 2019
LEONIDAS ALBINO PEDROSA - Presidente

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE SUMÉ
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00002/2019
Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00001/2019, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO E ANÚNCIOS DE INFORMAÇÕES DE CARÁTER OFICIAL; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: RÁDIO CIDADE DE SUMÉ LTDA ME - R\$ 36.000,00.
Sumé - PB, 21 de Março de 2019
LEONIDAS ALBINO PEDROSA - Presidente

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE SUMÉ
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00002/2019
Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00002/2019, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EMISSÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO E INFORMAÇÃO DA GFIP JUNTO AO INSS DESTA CÂMARA MUNICIPAL COM LOCAÇÃO DO PROGRAMA E SERVIÇOS DE CONSULTORIA; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: COGESP CONSULTORIA EM GESTÃO DE PROJETOS LTDA-ME - R\$ 45.600,00.
Sumé - PB, 21 de Março de 2019
LEONIDAS ALBINO PEDROSA - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA - PB
AVISO DE DESCISÃO DE RECURSO - FASE PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 00001/2019
O presidente da Comissão Permanente de Licitação do município de Santa Luzia/PB, torna público para conhecimento dos licitantes participantes do Processo na modalidade Tomada de Preço nº 00001/2019, que tem como objeto: Contratação de empresa especializada para Implantação de Melhorias Habitacionais para controle da doença de chagas no município de Santa Luzia/PB, conforme convênio nº 01749/2017, que o recurso impetrado pela empresa EDIFICAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ Nº 21.240.497/0001-95, foi julgado IMPROCEDENTE, mantendo a DESCCLASSIFICAÇÃO da mesma. Maiores informações na sala da comissão de licitação situada na Rua Caboclo Abel, s/nº - Bairro Antônio Bento de Moraes, na cidade de Santa Luzia/PB - CEP 58.600-000.
Santa Luzia/PB, 22 de março de 2019.
Jonas Pereira de Andrade
Presidente da CPL/PMSL

Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira
Aviso de Licitação-Tomada de Preços Nº 010/2019
A CPL da Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira -PB, torna público que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço por item, cujo objeto é a Contratação de empresa para fornecimento parcelado de pneus, câmaras de ar e protetores, para a frota de veículos e máquinas pertencentes e locadas a Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira. A sessão realizar-se-á no dia 08 de Março de 2019, às 09:00 horas, na Sala de Licitações na Sede da Prefeitura Municipal. Santana de Mangueira -PB, 21 de Março de 2019.
Débora Frade de Oliveira
Presidente da CPL

Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Santa Inês
Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 008/2019
A CPL da Prefeitura Municipal de Santa Inês, constituída pela Portaria nº 002/2019, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, no dia 10 de Abril do corrente ano, às 09:00 horas, na sala de licitações, sito na Av.29 de Abril, 96 - Centro, Santa Inês-PB. Licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço por item, tendo por objeto a Contratação de empresa para fornecimento parcelado de pneus, câmaras de ar e protetores(fabricação nacional), para a frota de veículos e máquinas pertencentes e locadas a Prefeitura de Santa Inês, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de janeiro de 1993 e suas alterações
Santa Inês - PB, 21 de Março de 2019.
João Nunes da Silva
Presidente da CPL

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO
AVISO DE CANCELAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00006/2019
O Pregoeiro Oficial comunica o cancelamento da sessão pública das 11:00 hs do dia 15 de Março de 2019, destinada ao recebimento das propostas relativas ao Pregão Presencial nº 00006/2019, que objetiva: Serviços de Locação de veículos destinados as diversas Secretarias do Município de Triunfo e ao Fundo Municipal de Saúde. Justificativa: Razões de interesse público. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no seguinte endereço - Avenida José Duarte de Sá, 33 - Centro - Triunfo - PB. Telefone: (083) 35391369. E-mail: cpltriunfo@gmail.com.
Triunfo - PB, 15 de Março de 2019
MARCOS ANTONIO MARTINS DOS SANTOS - Pregoeiro Oficial

MUNICÍPIO DE VISTA SERRANA
COMISSÃO DE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019
O município de VISTA SERRANA através de seu pregoeiro, torna público, que está aberta licitação para aquisição de forma de parcelada de Equipamento informática destinada as atividades de todas as Secretarias do município de vista serrana. A reunião será as 08:00hs no dia 11 de abril de 2019, Informação no endereço Rua Vereador Raimundo Garcia de Araújo, 25 – Centro, VISTA SERRANA - Estado da Paraíba, de segunda a sexta de 07 as 12:00hs.
Vista Serrana-PB, 26 de março de 2019.
TAMIRES PINHEIRO XAVIER
Pregoeira Oficial/MVS

MUNICÍPIO DE VISTA SERRANA
COMISSÃO DE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2019
O município de VISTA SERRANA através de seu pregoeiro, torna público, que está aberta licitação para contratação dos serviços parcelados de confecção de impressos gráficos, destinada as atividades do município e seus programas conforme termo de referência anexo 1 e 02 edital.
A reunião será no dia 11 de abril de 2019, às 10:00hs, Informação no endereço Rua Vereador Raimundo Garcia de Araújo, 25 – Centro, VISTA SERRANA - Estado da Paraíba, de segunda a sexta de 07 as 12:00hs.
Vista Serrana-PB, 26 de março de 2019.
TAMIRES PINHEIRO XAVIER
Pregoeira Oficial/MVS

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOVERNO DA PARAÍBA
SEGUE o trabalho
INTIMAÇÃO
025/2019
A Comissão Permanente de Inquérito, instituída pela portaria nº 949 de 15 de julho de 2018, instada pela portaria 228 de 25 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado em 31 de janeiro de 2019, INTIMAO (a) Sr. (a)representante da empresa ANDRÉA MARIA DE LIMA CLAUDINO, a comparecer perante esta Comissão no dia 27de março de 2019, às 13:30h, a fim de participar de AUDIÊNCIA na condição deINVESTIGADONO Processo Administrativo Disciplinar nº 0030331-1/2014 – 0030331-1/2014 – 0002857-4/2015 e Processo de Instrução nº 0002855-2/2018, que objetiva apurar supostas irregularidades cometidas no âmbito educacional.
Em cumprimento ao que preceitua o art. 144 da LC 58/2003, o servidor poderá se fazer acompanhado de advogado.
Ressalte-se que, não é necessário a presença física de testemunhas de idoneidade, devendo as suas declarações serem apresentadas por escrito pelo intimado ou por seu advogado.
João Pessoa, 20de março de 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOVERNO DA PARAÍBA
SEGUE o trabalho
INTIMAÇÃO
026/2019
A Comissão Permanente de Inquérito, instituída pela portaria nº 949 de 15 de julho de 2018, instada pela portaria 228 de 25 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado em 31 de janeiro de 2019, INTIMAO (a) Sr. (a)representante da empresa COALY COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA, a comparecer perante esta Comissão no dia 27de março de 2019, às 13:30h, a fim de participar de AUDIÊNCIA na condição deINVESTIGADONO Processo Administrativo Disciplinar nº 0030331-1/2014 – 0030331-1/2014 – 0002857-4/2015 e Processo de Instrução nº 0002855-2/2018, que objetiva apurar supostas irregularidades cometidas no âmbito educacional.
Em cumprimento ao que preceitua o art. 144 da LC 58/2003, o servidor poderá se fazer acompanhado de advogado.
Ressalte-se que, não é necessário a presença física de testemunhas de idoneidade, devendo as suas declarações serem apresentadas por escrito pelo intimado ou por seu advogado.
João Pessoa, 20de março de 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOVERNO DA PARAÍBA
SEGUE o trabalho
INTIMAÇÃO
027/2019
A Comissão Permanente de Inquérito, instituída pela portaria nº 949 de 15 de julho de 2018, instada pela portaria 228 de 25 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado em 31 de janeiro de 2019, INTIMAO (a) Sr. (a)representante da empresa CLAUDIA EUFRÁSIO ALVES, Ex-Gestora da EEEF AUGUSTO DE ALMEIDA, a comparecer perante esta Comissão no dia 27de março de 2019, às 13:30h, a fim de participar de AUDIÊNCIA na condição deINVESTIGADONO Processo Administrativo Disciplinar nº 0030331-1/2014 – 0030331-1/2014 – 0002857-4/2015 e Processo de Instrução nº 0002855-2/2018, que objetiva apurar supostas irregularidades cometidas no âmbito educacional.
Em cumprimento ao que preceitua o art. 144 da LC 58/2003, o servidor poderá se fazer acompanhado de advogado.
Ressalte-se que, não é necessário a presença física de testemunhas de idoneidade, devendo as suas declarações serem apresentadas por escrito pelo intimado ou por seu advogado.
João Pessoa, 20de março de 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOVERNO DA PARAÍBA
SEGUE o trabalho
INTIMAÇÃO
028/2019
A Comissão Permanente de Inquérito, instituída pela portaria nº 949 de 15 de julho de 2018, instada pela portaria 228 de 25 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado em 31 de janeiro de 2019, INTIMAO (a) Sr. (a)representante da empresa GERCINA FERREIRA DE ARAÚJO, Ex-Gestora da EEEFM TERCILO TEIXEIRA DA CRUZ, a comparecer perante esta Comissão no dia 27de março de 2019, às 13:30h, a fim de participar de AUDIÊNCIA na condição deINVESTIGADONO Processo Administrativo Disciplinar nº 0030331-1/2014 – 0030331-1/2014 – 0002857-4/2015 e Processo de Instrução nº 0002855-2/2018, que objetiva apurar supostas irregularidades cometidas no âmbito educacional.
Em cumprimento ao que preceitua o art. 144 da LC 58/2003, o servidor poderá se fazer acompanhado de advogado.
Ressalte-se que, não é necessário a presença física de testemunhas de idoneidade, devendo as suas declarações serem apresentadas por escrito pelo intimado ou por seu advogado.
João Pessoa, 20de março de 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOVERNO DA PARAÍBA
SEGUE o trabalho
INTIMAÇÃO
029/2019
A Comissão Permanente de Inquérito, instituída pela portaria nº 949 de 15 de julho de 2018, instada pela portaria 228 de 25 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado em 31 de janeiro de 2019, INTIMAO (a) Sr. (a)representante da empresa IVAN PAULO DA SILVA, a comparecer perante esta Comissão no dia 27de março de 2019, às 13:30h, a fim de participar de AUDIÊNCIA na condição deINVESTIGADONO Processo Administrativo Disciplinar nº 0030331-1/2014 – 0030331-1/2014 – 0002857-4/2015 e Processo de Instrução nº 0002855-2/2018, que objetiva apurar supostas irregularidades cometidas no âmbito educacional.
Em cumprimento ao que preceitua o art. 144 da LC 58/2003, o servidor poderá se fazer acompanhado de advogado.
Ressalte-se que, não é necessário a presença física de testemunhas de idoneidade, devendo as suas declarações serem apresentadas por escrito pelo intimado ou por seu advogado.
João Pessoa, 20de março de 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOVERNO DA PARAÍBA
SEGUE o trabalho
INTIMAÇÃO
030/2019
A Comissão Permanente de Inquérito, instituída pela portaria nº 949 de 15 de julho de 2018, instada pela portaria 228 de 25 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado em 31 de janeiro de 2019, INTIMAO(a) Sr. (a)representante da empresa JOÃO PAULO DE LIRA GONÇALVES, Ex-Gestor da EEEFMPEDRO TARGINO, a comparecer perante esta Comissão no dia 27de março de 2019, às 13:30h, a fim de participar de AUDIÊNCIA na condição deINVESTIGADONO Processo Administrativo Disciplinar nº 0030331-1/2014 – 0030331-1/2014 – 0002857-4/2015 e Processo de Instrução nº 0002855-2/2018, que objetiva apurar supostas irregularidades cometidas no âmbito educacional.
Em cumprimento ao que preceitua o art. 144 da LC 58/2003, o servidor poderá se fazer acompanhado de advogado.
Ressalte-se que, não é necessário a presença física de testemunhas de idoneidade, devendo as suas declarações serem apresentadas por escrito pelo intimado ou por seu advogado.
João Pessoa, 20de março de 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOVERNO DA PARAÍBA
SEGUE o trabalho
INTIMAÇÃO
031/2019
A Comissão Permanente de Inquérito, instituída pela portaria nº 949 de 15 de julho de 2018, instada pela portaria 228 de 25 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado em 31 de janeiro de 2019, INTIMAO(a) Sr. (a)representante da empresa WANDERLEY WILLIAN FRANÇA DE MELO, a comparecer perante esta Comissão no dia 27de março de 2019, às 13:30h, a fim de participar de AUDIÊNCIA na condição deINVESTIGADONO Processo Administrativo Disciplinar nº 0030331-1/2014 – 0030331-1/2014 – 0002857-4/2015 e Processo de Instrução nº 0002855-2/2018, que objetiva apurar supostas irregularidades cometidas no âmbito educacional.
Em cumprimento ao que preceitua o art. 144 da LC 58/2003, o servidor poderá se fazer acompanhado de advogado.
Ressalte-se que, não é necessário a presença física de testemunhas de idoneidade, devendo as suas declarações serem apresentadas por escrito pelo intimado ou por seu advogado.
João Pessoa, 20de março de 2019.

janeiro de 2019, INTIMAO (a) Sr. (a)representante da empresa VALDENIR GOMES DA COSTA, a comparecer perante esta Comissão no dia 27de março de 2019, às 13:30h, a fim de participar de AUDIÊNCIA na condição deINVESTIGADONO Processo Administrativo Disciplinar nº 0030331-1/2014 – 0030331-1/2014 – 0002857-4/2015 e Processo de Instrução nº 0002855-2/2018, que objetiva apurar supostas irregularidades cometidas no âmbito educacional.
Em cumprimento ao que preceitua o art. 144 da LC 58/2003, o servidor poderá se fazer acompanhado de advogado.
Ressalte-se que, não é necessário a presença física de testemunhas de idoneidade, devendo as suas declarações serem apresentadas por escrito pelo intimado ou por seu advogado.
João Pessoa, 20de março de 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOVERNO DA PARAÍBA
SEGUE o trabalho
INTIMAÇÃO
032/2019
A Comissão Permanente de Inquérito, instituída pela portaria nº 949 de 15 de julho de 2018, instada pela portaria 228 de 25 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado em 31 de janeiro de 2019, INTIMAO (a) Sr. (a)representante da empresa WALTER FONSECA DA SILVA, a comparecer perante esta Comissão no dia 27de março de 2019, às 13:30h, a fim de participar de AUDIÊNCIA na condição deINVESTIGADONO Processo Administrativo Disciplinar nº 0030331-1/2014 – 0030331-1/2014 – 0002857-4/2015 e Processo de Instrução nº 0002855-2/2018, que objetiva apurar supostas irregularidades cometidas no âmbito educacional.
Em cumprimento ao que preceitua o art. 144 da LC 58/2003, o servidor poderá se fazer acompanhado de advogado.
Ressalte-se que, não é necessário a presença física de testemunhas de idoneidade, devendo as suas declarações serem apresentadas por escrito pelo intimado ou por seu advogado.
João Pessoa, 20de março de 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOVERNO DA PARAÍBA
SEGUE o trabalho
INTIMAÇÃO
033/2019
A Comissão Permanente de Inquérito, instituída pela portaria nº 949 de 15 de julho de 2018, instada pela portaria 228 de 25 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado em 31 de janeiro de 2019, INTIMAO (a) Sr. (a)representante da empresa WANDERLEY WILLIAN FRANÇA DE MELO, a comparecer perante esta Comissão no dia 27de março de 2019, às 13:30h, a fim de participar de AUDIÊNCIA na condição deINVESTIGADONO Processo Administrativo Disciplinar nº 0030331-1/2014 – 0030331-1/2014 – 0002857-4/2015 e Processo de Instrução nº 0002855-2/2018, que objetiva apurar supostas irregularidades cometidas no âmbito educacional.
Em cumprimento ao que preceitua o art. 144 da LC 58/2003, o servidor poderá se fazer acompanhado de advogado.
Ressalte-se que, não é necessário a presença física de testemunhas de idoneidade, devendo as suas declarações serem apresentadas por escrito pelo intimado ou por seu advogado.
João Pessoa, 20de março de 2019.

MIRIRI ALIMENTOS E BIOENERGIA S.A. CNPJ/MF: 09.090.259/0001-45. EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam convidados os Srs. Acionistas a participar da AGO e da AGE, que será realizada no dia 05/04/2019, às 9h, na sede social da empresa, situada na Fazenda Miriri, Zona Rural de Santa Rita/PB, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a)Deliberar sobre assuntos relativos a aprovação das contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e demais documentos relativos ao exercício social findo em 31/12/2018, tendo sido o balanço publicado no dia 27/02/2019 no Diário Oficial do Estado da Paraíba e no Jornal A União; b) Deliberação quanto à destinação do Lucro Líquido do exercício encerrado em 31/12/2018 e a distribuição dos dividendos aos Acionistas; c)Outros assuntos de interesse da sociedade. Santa Rita, 20 de Março de 2019. Gilvan Celso Cavalcanti de Moraes Sobrinho –Diretor Presidente.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE DÍVIDA
Pelo Presente Edital e em razão de endereço incerto e não sabido/pessoa não localizado(a) fica convidado o seguinte Compromissário Comprador abaixo identificado, a comparecer a sede da São Salvador Construção e Incorpor. SPE LTDA, situada na Av. Comendador Renato Ribeiro Coutinho, nº 1582, sala 07(Posto Quatro Folhas) – Centro – Sapé – PB, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da presente publicação, a fim de regularizarem pendências referentes aos contratos infra enumerados do Loteamento Bairro São Salvador sob pena de rescisão automática conforme contrato dos referidos instrumentos:
COMPROMISSÁRIO CONTRATO(S) QD LOTE(S)
JOHN MICKEL BAHIA DA ROCHA 950/951 A 11/12
EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA 512 C2 27
ANDRE SOARES DE SANTANA 98 G 37
Sapé/PB 19 de MARÇO 2019

Edital
Com fulcro no art. 13º e parágrafo 2º, inciso VI, combinando com art. 35º, convocamos Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre constituição de Comissão Executiva Provisória do Centro do Comunitário Pres. Ernesto Geisel, e período de gestão desta Comissão. Realizar-se-á no CECOG, às 19:00hrs em 1º chamada, e em 2º chamada às 20:00hrs, com no mínimo 10 (dez) associados presentes.
João Pessoa, 19 de março de 2019.

Moradores
ESTADO DA PARAÍBA
SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00002/2019
Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Dom Pedro II, 681 - Centro - Baía da Traição - PB, (Sede da Prefeitura Municipal de Baía da Traição – Sala da CPL) às 08:30 horas do dia 05 de Abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Aquisição de forma parcelada de materiais de construções diversos, Destinados ao SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto - Baía da Traição/PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 06/2007. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 98667-6683. Edital: https://tramita.tce.pb.gov.br/tramita/pages/main.jsf.
Baía da Traição - PB, 22 de Março de 2019
MARINHO GERMANO DA SILVA NETO - Pregoeiro Oficial

SINDIÁGUA-PB
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado da Paraíba
MT 307.481.775 - CGC nº 09.283.128/0001-84
FUNDADO EM 13.04.78
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado da Paraíba, SINDIÁGUA-PB, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas pelo Estatuto Social e a Legislação vigente, convoca todos os seus associados, empregados da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA – CAGEPA, para participarem da ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada na Sede do Sindicato, sito à Av. Capitão José Pessoa 89 - Bairro de Jaguaribe - João Pessoa-PB, no dia 29 de março de 2019, às 17:00h, em primeira convocação, com a presença da metade mais um dos sócios quites e em segunda convocação, às 18:00h, com qualquer número de associados presentes, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Leitura e Aprovação do Relatório da Diretoria, do exercício de 2018; b) Votação das peças que compõem o Balanço Financeiro e Patrimonial e Demonstração de qualquer RENDA ARRECADADA no exercício de 2018, instruído com Parecer do Conselho Fiscal.
João Pessoa, 25 de março de 2019.
JOSÉ RENO DE SOUSA
Presidente

A empresa ALBERTO ÍTALO MILFONTE CARTAXO – BC TRANSPORTES E COM. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, CNPJ: 26.414.077/0001-00, torna público que requereu a SEMAM a renovação da licença de operação, cuja atividade principal é guarda de veículos licenciada a Rua Natália Gomes de Andrade Silva, 133 – Gramame – João Pessoa-PB – CEP: 58.067-090

ATREVIDA LOCAÇÃO DE IMPLEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, torna público que requereu a SEMAM – Secretaria de Meio Ambiente a Renovação de Licença de Operação, para TRANSPORTE DE RESÍDUOS E ALUGUEL DE MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, situado na Av. D. Pedro II, 863, Centro, João Pessoa – PB.

EWERTON HENRIQUE DOS SANTOS 07639563410, torna público que requereu a SEMAM – Secretaria de Meio Ambiente a Licença de Operação, para TRANSPORTE E COLETA DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, situado na Av. Desembargador Boto de Menezes, 172, SI 101, Tambiá, João Pessoa – PB.

DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAÍBA – CNPJ/CPF Nº 09.122.706/0001-09 Torna público que a SUDEMA Superintendência de Administração do Meio Ambiente, emitiu a Licença de Operação nº 510/2019 em João Pessoa, 1 de março de 2019 – Prazo: 1825 dias. Para a atividade de: Operação da Rodovia PB-200, trecho: Serra Branca / Coxixola. Na (o) – RODOVIA PB-200, TRECHO: SERRA BRANCA / COXIXOLA, Município: - UF: PB. Processo: 2019-001277/TEC/LO-8732.

DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAÍBA – CNPJ/CPF Nº 09.122.706/0001-09 Torna público que a SUDEMA Superintendência de Administração do Meio Ambiente, emitiu a Licença de Operação nº 609/2019 em João Pessoa, 18 de março de 2019 – Prazo: 1825 dias. Para a atividade de: Operação da Rodovia PB-127, trecho: BR-104 / Algodão de Jandaira. Na (o) – RODOVIA PB-127, TRECHO: BR-104 / ALGODÃO DE JANDAÍRA. Município: - UF: PB. Processo: 2019-000892/TEC/LO-8648.

DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAÍBA – CNPJ/CPF Nº 09.122.706/0001-09 Torna público que a SUDEMA Superintendência de Administração do Meio Ambiente, emitiu a Licença de Operação nº 609/2019 em João Pessoa, 19 de março de 2019 – Prazo: 1825 dias. Para a atividade de: Operação da Rodovia PB-195, trecho: Entroncamento BR-230 / TENÓRIO. Na (o) – RODOVIA PB-195, TRECHO: ENTRONCAMENTO BR-230 / TENÓRIO. Município: - UF: PB. Processo: 2019-000893/TEC/LO-8649.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL – CNPJ Nº 08.730.095/0001-00. Torna público que REQUEREU a SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente, em 14 de janeiro de 2019, Licença Ambiental/Autorização para Transporte de Combustível, pelo Caminhão Tanque de Abastecimento, Placa AZI 3123/PB, em todo Estado da Paraíba, conforme processo nº 2019-000251/TEC/AA-5815.

A UNIÃO
ASSINATURA COMERCIAL
3218.6518 3218.6526



Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.  
CNPJ Nº 09.095.183/0001-40

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Paraíba", "EPB" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2018, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 19 de março de 2019.

### 1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Energisa Paraíba atua na distribuição de energia elétrica, atendendo a 1.424 mil consumidores e a uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes em 216 municípios no Estado da Paraíba, em uma área de 54.595 Km<sup>2</sup>. Ao longo de 2018, os ativos operacionais da Empresa tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2018	2017	Acrescimento
Subestações - nº	63	63	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	1.268	1.255	+ 13
Linhas de transmissão - km	2.290	2.290	-
Redes de distribuição (próprias) - km	75.031	74.374	+ 657
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	61.427	60.332	+ 1.095
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.648	1.591	+ 57

A evolução também se deu na qualidade dos serviços prestados. Durante o ano, a EPB foi laureada nas categorias "Melhor Empresa do Nordeste" e "Melhor Empresa em Gestão Econômico-Financeira" no Prêmio Abrade. Isso evidencia o reconhecimento da Companhia pelo seu empenho na prestação de serviço de qualidade, no relacionamento com os consumidores e no combate à inadimplência e perdas de energia, características que evidenciam a melhoria contínua nos indicadores de qualidade do serviço e na satisfação em pesquisas com os consumidores. No ranking de continuidade, também medido pela Aneel, que avaliou a operação de 47 concessionárias no ano de 2018, a EPB alcançou a quinta posição entre as empresas de grande porte pelo desempenho em continuidade dos serviços prestados. Além disso, com 84% de índice de satisfação entre seus colaboradores, a Energisa Paraíba recebeu o selo GPWTW (*Great Place to Work*), conferido a empresas que obtêm o percentual acima de 70% de confiança dos empregados em relação aos melhores lugares para se trabalhar.

### 2. INVESTIMENTOS

Em 2018, visando a constante ampliação da capacidade do seu sistema elétrico, a melhoria na qualidade do fornecimento de energia elétrica e o suporte ao seu crescimento de mercado, a Companhia somou R\$ 156,3 milhões em investimentos, aumento de 11,3% sobre o valor investido em 2017, com a seguinte composição:

Descrição	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
Ativos Elétricos	35,8	26,2	+ 36,6	123,7	110,5	+ 11,9
Obrigações Especiais (*)	3,1	10,4	- 70,2	8,5	21,2	- 59,9
Ativos Não Elétricos	3,3	3,3	-	24,1	8,7	+ 177,0
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>42,2</b>	<b>39,9</b>	<b>+ 5,8</b>	<b>156,3</b>	<b>140,4</b>	<b>+ 11,3</b>

(\*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora. Entre as realizações em 2018, destacam-se: i) Instalação de disjuntor de 69 kV nas subestações Distrito, Boa Vista, Dona Inês e Japungu, visando a redução dos indicadores DEC e FEC e segurança do sistema de distribuição; ii) Substituição do transformador de força da subestação Dona Inês, visando a confiabilidade e melhoria dos níveis de tensão fornecidos; iii) Reforma do sistema de distribuição de baixa tensão para adequação dos níveis de tensão fornecidos; iv) Construção da seccionadora de 69 kV de Mangabeira e de novo alimentador na subestação Ibiara, visando adequar a confiabilidade do sistema de distribuição de alta e média tensão.

### 3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**3.1. Destaques:** Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2018:

Descrição	2018	2017	Varição %
<b>Resultados - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional Bruta	3.021,1	2.509,3	+ 20,4
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	2.895,1	2.386,8	+ 21,3
Receita Operacional Líquida	1.972,3	1.650,8	+ 19,5
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	1.846,3	1.528,3	+ 20,8
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	325,1	242,4	+ 34,1
EBITDA	396,4	317,7	+ 24,8
EBITDA Ajustado	439,2	352,2	+ 24,7
Resultado financeiro	(35,3)	(8,0)	+ 341,3
Lucro Líquido	238,2	232,6	+ 2,4
<b>Indicadores Financeiros - R\$ milhões</b>			
Ativo Total	2.441,9	2.232,6	+ 9,4
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	229,3	277,1	- 17,3
Patrimônio Líquido	812,7	832,0	- 2,3
Endividamento Líquido	716,5	509,3	+ 40,7
<b>Indicadores Operacionais</b>			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.424,1	1.404,3	+ 1,4
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	3.722,3	3.645,0	+ 2,1
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh)	4.294,8	4.181,4	+ 2,7
<b>Indicadores Relativos</b>			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	22,3	21,3	+ 1,0 p.p
Endividamento líquido/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	1,6	1,4	+ 12,8

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

### 3.2. Receita operacional bruta e líquida

Em 2018, a Energisa Paraíba apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 2.895,1 milhões, ante R\$ 2.386,8 milhões registrados em 2017, aumento de 21,3% (R\$ 508,3 milhões). Por sua vez, a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou crescimento de 20,8% (R\$ 318,0 milhões) no ano, para R\$ 1.846,3 milhões. A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	695,9	602,0	+ 15,6	2.420,9	2.089,1	+ 15,9
✓ Residencial	349,2	299,9	+ 16,4	1.222,5	1.051,4	+ 16,3
✓ Industrial	48,7	48,6	+ 0,2	183,7	173,8	+ 5,7
✓ Comercial	149,4	128,1	+ 16,6	514,6	447,9	+ 14,9
✓ Rural	39,6	32,8	+ 20,7	123,3	101,3	+ 21,7
✓ Outras classes	109,0	92,6	+ 17,7	376,8	314,7	+ 19,7
(+) Suprimento de energia elétrica	5,7	(20,4)	-	146,2	31,7	+ 361,2
(+) Fornecimento não faturado líquido	17,3	16,3	+ 6,1	21,0	9,5	+ 121,1
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	23,3	18,0	+ 29,4	80,3	61,1	+ 31,4
(+) Receitas de construção	39,0	32,0	+ 21,9	126,0	122,5	+ 2,9
(+) Constituição e amortização - CVA	(51,7)	2,7	-	18,5	27,4	- 32,5
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	52,3	42,5	+ 23,1	177,6	140,3	+ 26,6
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	2,2	20,9	- 89,5	18,0	20,0	- 10,0
(+) Outras receitas	2,9	(0,2)	-	12,6	7,7	+ 63,6
<b>(=) Receita bruta</b>	<b>786,9</b>	<b>713,8</b>	<b>+ 10,2</b>	<b>3.021,1</b>	<b>2.509,3</b>	<b>+ 20,4</b>
(-) Impostos sobre vendas	240,9	208,9	+ 15,3	857,1	736,5	+ 16,4
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	2,7	2,8	- 3,6	16,3	(22,4)	-
(-) Encargos setoriais	48,1	35,4	+ 35,9	175,4	144,4	+ 21,5
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>495,2</b>	<b>466,7</b>	<b>+ 6,1</b>	<b>1.972,3</b>	<b>1.650,8</b>	<b>+ 19,5</b>
(-) Receitas de construção	39,0	32,0	+ 21,9	126,0	122,5	+ 2,9
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>456,2</b>	<b>434,7</b>	<b>+ 4,9</b>	<b>1.846,3</b>	<b>1.528,3</b>	<b>+ 20,8</b>

Foram determinantes para o crescimento das receitas em 2018: i) Acréscimo de R\$ 331,8 milhões da receita bruta no mercado cativo; ii) Aumento de R\$ 114,5 milhões no suprimento de energia a outras concessionárias; iii) Aumento de R\$ 37,3 milhões das subvenções vinculadas aos serviços concedidos; e iv) Aumento de R\$ 19,2 milhões na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD).

**3.3. Ambiente regulatório: 3.3.1. Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA):** Em 2018, foi registrada redução de R\$ 8,9 milhões na constituição (líquida da amortização) da Conta de Compensação de Valores de Itens da Parcela A (CVA) em relação a 2017. A CVA é o mecanismo regulatório instituído pela Portaria Interministerial nº 25/02, destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais, ocorridas no período entre os eventos tarifários da distribuidora. O objetivo deste mecanismo é neutralizar os efeitos desses custos, denominados de "Parcela A" e de repasse tarifário integral assegurado, sobre o resultado da distribuidora. **3.3.2. Bandeiras Tarifárias:** Em 2018, as receitas auferidas pela EPB provenientes das bandeiras tarifárias foram de R\$ 66,3 milhões (R\$ 21,3 milhões em 4T18), ante R\$ 88,4 milhões registrados em 2017 (R\$ 22,9 milhões em 4T17). **3.3.3. Reajuste Tarifário:** A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o reajuste tarifário da Energisa Paraíba, aplicado a partir de 28 de agosto de 2018. O efeito médio para os consumidores foi um aumento de 15,73% nas tarifas, sendo 15,41% para os consumidores de baixa tensão e 16,75% para os de média e alta tensão. O processo de reajuste tarifário anual consiste no repasse aos consumidores dos custos não gerenciáveis da concessão (Parcela A - compra de energia, encargos setoriais, receitas irrepercebíveis e encargos de transmissão) e na atualização dos custos gerenciáveis (Parcela B - distribuição) pela variação do IGP-M subtraída do Fator X, que repassa aos consumidores os ganhos de produtividade anuais da concessionária, ultrapassagem de demanda, excedente reativo e outras receitas. A variação nos custos da Parcela A foi de 13,68% impactada pela compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia ("PMIX") foi definido em R\$ 184,21/MWh. A variação da Parcela B foi de 6,94%, totalizando R\$ 682,6 milhões, reflexo da inflação acumulada desde o último reajuste, de 8,24% e deduzida do Fator X, de 1,30%. A Base de Remuneração Líquida (BRL) da EPB ficou em R\$ 1.318,4 milhões. **3.3.4. Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético:** A Aneel também homologou recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), repassados a Energisa Paraíba, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 177,6 milhões em 2018 (R\$ 140,3 milhões em 2017). O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional. **3.4. Despesas operacionais:** Os custos e despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 1.521,2 milhões em 2018, aumento de 18,3% (ou R\$ 235,3 milhões) em relação a 2017. Destaque para a redução de 0,2% (ou R\$ 0,5 milhão) das despesas com PMSO (pessoal, material, serviços de terceiros e outras despesas) em 2018. A composição dos custos e despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais	Trimestre			Exercício		
	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
<b>1 Custos e Despesas não controláveis</b>	<b>262,1</b>	<b>239,4</b>	<b>+ 9,5</b>	<b>1.150,0</b>	<b>919,9</b>	<b>+ 25,0</b>
1.1 Energia comprada	231,7	224,3	+ 3,3	1.017,8	862,5	+ 18,0
1.2 Transporte de potência elétrica	30,4	15,1	+ 101,3	132,2	57,4	+ 130,3
<b>2 Custos e Despesas controláveis</b>	<b>91,4</b>	<b>71,9</b>	<b>+ 27,1</b>	<b>298,7</b>	<b>284,0</b>	<b>+ 5,2</b>
<b>2.1 PMSO</b>	<b>91,9</b>	<b>86,2</b>	<b>+ 6,6</b>	<b>285,5</b>	<b>286,0</b>	<b>- 0,2</b>
2.1.1 Pessoal	37,4	47,1	- 20,6	106,8	123,4	- 13,5
2.1.2 Fundo de pensão	9,2	(1,2)	-	26,2	22,8	+ 14,9
2.1.3 Material	4,7	4,0	+ 17,5	17,5	16,2	+ 8,0
2.1.4 Serviços de terceiros	34,2	30,0	+ 14,0	110,4	99,1	+ 11,4
2.1.5 Outras	6,4	6,3	+ 1,6	24,6	24,5	+ 0,4
✓ Multas e compensações	(0,5)	1,0	-	0,3	4,9	- 93,9
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	2,1	2,7	- 22,2	6,3	8,9	- 29,2
✓ Outros	4,8	2,6	+ 84,6	18,0	10,7	+ 68,2
<b>2.2 Provisões/Reversões</b>	<b>(0,5)</b>	<b>(14,3)</b>	<b>- 96,5</b>	<b>13,2</b>	<b>(2,0)</b>	<b>-</b>
2.2.1 Contingências	(1,7)	(14,7)	- 88,4	(10,5)	(14,5)	- 27,6
2.2.2 Devedores duvidosos	1,2	0,4	+ 200,0	23,7	12,5	+ 89,6
<b>3 Demais receitas/despesas</b>	<b>17,7</b>	<b>29,6</b>	<b>- 40,2</b>	<b>72,5</b>	<b>82,0</b>	<b>- 11,6</b>
3.1 Depreciação e amortização	18,1	19,9	- 9,0	71,3	75,3	- 5,3
3.2 Outras receitas/despesas	(0,4)	9,7	-	1,2	6,7	- 82,1
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)</b>	<b>371,2</b>	<b>340,9</b>	<b>+ 8,9</b>	<b>1.521,2</b>	<b>1.285,9</b>	<b>+ 18,3</b>
Custo de construção (*)	39,0	32,0	+ 21,9	126,0	122,5	+ 2,9
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)</b>	<b>410,2</b>	<b>372,9</b>	<b>+ 10,0</b>	<b>1.647,2</b>	<b>1.408,4</b>	<b>+ 17,0</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICP 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo

de construção igual à receita de construção. **3.5. Lucro líquido, geração de caixa e dividendos:** Em 2018, a Energisa Paraíba registrou lucro líquido de R\$ 238,2 milhões, ante os R\$ 232,6 milhões registrados em 2017, crescimento de 2,4%. Por sua vez, a geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 439,2 milhões em 2018, contra os R\$ 352,2 milhões apurados no ano anterior, avanço de 24,7%. Essa performance decorre, principalmente, do aumento de R\$ 106,7 milhões na parcela B dessa distribuidora, resultante dos reajustes/revisões tarifárias e do crescimento de mercado. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa	Trimestre			Exercício		
	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>48,1</b>	<b>123,4</b>	<b>- 61,0</b>	<b>238,2</b>	<b>232,6</b>	<b>+ 2,4</b>
(-) Contribuição social e imposto de renda	(13,1)	17,8	-	(51,6)	(1,8)	+ 2.766,7
(-) Resultado financeiro	(23,9)	11,9	-	(35,3)	(8,0)	+ 341,3
(-) Depreciação e amortização	(18,1)	(19,9)	- 9,0	(71,3)	(75,3)	- 5,3
<b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>	<b>103,2</b>	<b>113,6</b>	<b>- 9,2</b>	<b>396,4</b>	<b>317,7</b>	<b>+ 24,8</b>
(+) Receita de acréscimos moratórios	12,3	9,7	+ 26,8	42,8	34,5	+ 24,1
<b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)</b>	<b>115,5</b>	<b>123,3</b>	<b>- 6,3</b>	<b>439,2</b>	<b>352,2</b>	<b>+ 24,7</b>
Margem do EBITDA Ajustado (%)	23,3	26,4	- 3,1 p.p	22,3	21,3	+ 1,0 p.p

Com base nos resultados alcançados pela Companhia em 2018, a administração irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no montante de R\$ 182,8 milhões (R\$ 199,0682298289 por ação), já tendo sido integralmente pagos: i) em 28 de junho de 2018, o valor de R\$ 61,2 milhões (R\$ 66,6297813452 por ação); ii) em 31 de agosto de 2018, o montante de R\$ 43,5 milhões (R\$ 47,3979918205 por ação); iii) em 12 de novembro de 2018, o montante de R\$ 49,0 milhões (R\$ 53,3411535788 por ação); e iv) em 25 de fevereiro de 2019, o montante de R\$ 29,1 milhões (R\$ 31,6993030844 por ação).

### 4. DESEMPENHO OPERACIONAL

**4.1. Perdas de energia:** Em 2018, a Companhia investiu em ações para assegurar maior eficiência no combate a perdas, como a comunicação junto a população, novas rotinas de inspeção, blindagem de rede e intensificação do foco em regularizar ligações clandestinas, redefinição de rotas de leitura, entre outras. As perdas totais da Energisa Paraíba em 2018 somaram 651,8 GWh, representando 12,64% da energia requerida, 0,16 ponto percentual menor em relação ao resultado de 2017, dentro do limite regulatório, após ter ficado levemente acima do limite Aneel, em função de fatores sazonais nos trimestres anteriores. O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			Aneel
Dez/17	Set/18	Dez/18	Dez/17	Set/18	Dez/18	Dez/17	Set/18	Dez/18	
10,23	9,57	9,35	2,56	3,17	3,29	12,80	12,74	12,64	12,71

Nota: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada.

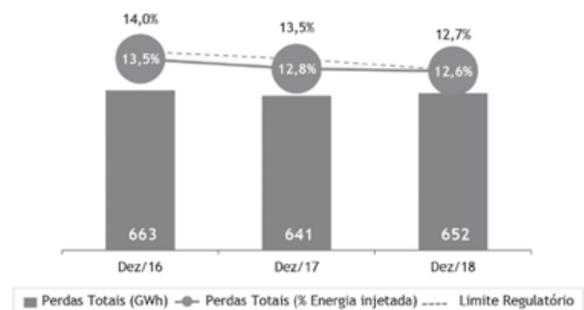
#### Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (GWh)			Perdas Não Técnicas (GWh)			Perdas Totais (GWh)			Var. (%)
Dez/17	Set/18	Dez/18	Dez/17	Set/18	Dez/18	Dez/17	Set/18	Dez/18	
512,3	488,3	482,4	128,3	161,7	169,5	640,5	650,0	651,8	+ 0,3

(1) Variação dezembro de 2018/setembro de 2018.

Nota: Os valores de perdas não técnicas e perdas totais em dezembro/2017 foram reclassificados em função de recontabilização de energia.

A seguir, as perdas totais de energia elétrica, em GWh e em percentual da EPB nos últimos três anos:



**4.2. Gestão da Inadimplência: 4.2.1. Taxa de Inadimplência:** A Energisa Paraíba utiliza como métrica para análise da inadimplência, a relação percentual entre a soma da provisão para créditos de liquidação duvidosa com incobráveis, e o fornecimento faturado, no período de 12 meses. Em 2018, essa relação foi de 0,95%, contra 0,58% em 2017. Para reduzir a inadimplência, a Energisa vem buscando novas formas de melhoria da eficácia das medidas, destacando-se a utilização de ferramentas analíticas, com aplicação de Inteligência Artificial para avaliação do risco de crédito inerente a cada unidade consumidora individualmente considerada e, por consequência, uma "customização" das medidas aplicáveis a cada uma delas (SMS, reaviso antecipado, negociação, reuniões de negociação, corte simplificado e corte no medidor). A ferramenta analítica vem sendo aper

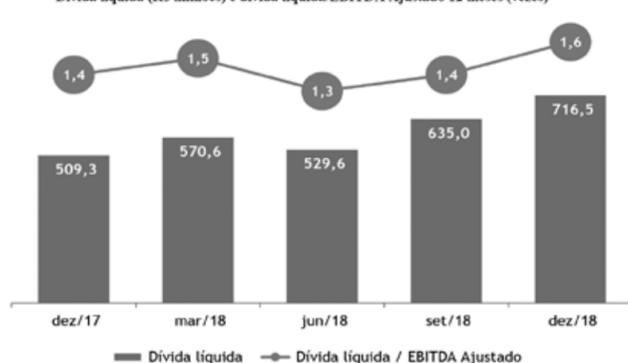


114 ANOS

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.  
CNPJ Nº 09.095.183/0001-40

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Valores em R\$ milhões		
<b>Não Circulante</b>	<b>789,3</b>	<b>709,2</b>
Empréstimos e financiamentos	212,0	438,2
Debêntures	513,7	187,4
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	107,6	98,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(44,0)	(14,4)
<b>Total das dívidas</b>	<b>1.055,4</b>	<b>881,3</b>
(-) Disponibilidades financeiras	229,3	277,1
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>826,1</b>	<b>604,2</b>
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	36,6	30,1
(-) Créditos CVA	73,0	64,8
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>716,5</b>	<b>509,3</b>
Indicador Relativo		
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses <sup>(1)</sup>	1,6	1,4

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Evolução da alavancagem  
- Dívida líquida (R\$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes) -

A Energisa Paraíba concluiu em 2018 duas emissões de debêntures: i) em março, a colocação da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante de R\$ 180,0 milhões, as quais foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. As debêntures, com data de emissão em 15/02/2018 e vencimento em 15/02/2021, farão jus a juros remuneratórios semestrais equivalentes ao CDI mais 1,0% ao ano; ii) em outubro, a colocação da 5ª emissão por meio de oferta pública de distribuição de 135.000 debêntures simples. Os títulos, não conversíveis em ações e com garantia adicional fidejussória, em série única, possuem valor unitário de R\$ 1.000,00 na data de emissão (15 de setembro de 2018). As debêntures fazem jus a juros remuneratórios semestrais, conforme abaixo:

Número da Emissão	Quantidade de Debêntures	Montante Total (R\$)	Remuneração	Swap	Vencimento
5ª	135.000	134.190.000,00	IPCA + 5,0797% a.a.	103,7% do CDI	15/09/2025

As debêntures da 5ª emissão contam com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada e demais normas aplicáveis. Os recursos captados destinaram-se aos investimentos de 2018 e 2019 constantes dos Planos de Desenvolvimento de Distribuição apresentados à Aneel pela Companhia.

## 6. GESTÃO DE PESSOAS

A Energisa Paraíba incentiva a criação de oportunidades de carreira e a capacitação dos colaboradores, a formação de líderes para os processos de sucessão, bem como a preparação de jovens profissionais para assumirem funções estratégicas no futuro. Ao final de 2018, a Empresa contava com 1.768 colaboradores próprios e 540 terceirizados, não considerando os colaboradores das empresas prestadoras de serviços de construção de redes e usinas.

## BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2018 (Em milhares de reais)

	2018			2017		
<b>1 - Base de cálculo</b>						
Receita líquida (RL)	1.972.312			1.650.759		
Resultado operacional (RO)	289.839			234.402		
Folha de pagamento bruta (FPB)	98.503			91.476		
<b>2 - Indicadores sociais internos</b>						
	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	17.492	17,76%	0,89%	18.297	20,00%	1,11%
Encargos sociais compulsórios	21.802	22,13%	1,11%	25.173	27,52%	1,52%
Previdência privada	26.168	26,57%	1,33%	22.767	24,07%	1,38%
Saúde	6.477	6,58%	0,33%	5.616	6,14%	0,34%
Segurança e saúde no trabalho	3.072	3,12%	0,16%	2.670	2,92%	0,16%
Educação	123	0,12%	0,01%	126	0,14%	0,01%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.466	1,49%	0,07%	1.552	1,70%	0,09%
Creches ou auxílio-creche	191	0,19%	0,01%	223	0,24%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	15.136	15,37%	0,77%	6.938	7,58%	0,42%
Outros	2.433	2,47%	0,12%	2.456	2,68%	0,15%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>94.360</b>	<b>95,80%</b>	<b>4,80%</b>	<b>75.925</b>	<b>82,99%</b>	<b>4,59%</b>
<b>3 - Indicadores sociais externos</b>						
	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.066	0,37%	0,05%	805	0,34%	0,88%
Cultura	1.088	0,38%	0,06%	1.344	0,57%	1,47%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	189	0,07%	0,01%	125	0,05%	0,14%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	306	0,11%	0,02%	531	0,23%	0,58%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>2.649</b>	<b>0,93%</b>	<b>0,14%</b>	<b>2.805</b>	<b>1,19%</b>	<b>3,07%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	800.809	276,29%	40,60%	647.482	276,23%	39,22%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>803.458</b>	<b>277,22%</b>	<b>40,74%</b>	<b>650.287</b>	<b>277,42%</b>	<b>42,29%</b>
<b>4 - Indicadores ambientais</b>						
	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	75.167	25,93%	3,81%	13.962	5,96%	0,85%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	20	0,01%	0,00%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>75.167</b>	<b>25,93%</b>	<b>3,81%</b>	<b>13.982</b>	<b>5,97%</b>	<b>0,85%</b>
Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		
<b>5 - Indicadores do corpo funcional</b>						
	2018			2017		
Nº de empregados (as) ao final do período	1.768			1.807		
Nº de admissões durante o período	112			106		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	494			342		
Nº de estagiários (as)	82			94		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	250			256		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	240			261		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	28,36%			30,00%		

**6.1. Melhor empresa para trabalhar:** Além do acesso ao desenvolvimento e a oportunidades, a Energisa busca garantir que o ambiente de trabalho esteja entre os melhores. Em 2018, a EPB conquistou o selo GPTW, que seleciona as Melhores Empresas para se Trabalhar. **6.2. Saúde e segurança:** Em 2018, a Companhia buscou parcerias com diversos atores tais como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o objetivo de desenvolver tecnologias inovadoras no sentido da prevenção e tratamento de não conformidades e de disponibilizar treinamento e capacitação de colaboradores em temas críticos de segurança e saúde. **6.3. Treinamento e desenvolvimento:** As necessidades de aperfeiçoamento de todos os colaboradores são expressas durante a avaliação de desempenho anual, sendo que os gestores participam da Academia de Líderes, principal ferramenta de Treinamento das Competências da Liderança, para formação acelerada. No último ano, a Academia proporcionou 2.048 horas de treinamento. Em 2018, foram investidos de R\$ 622,8 mil em treinamento e educação e foi registrado um total de 99.121 horas de treinamento, com média de 56,1 horas por colaborador. Como forma de reter os talentos internos, o Programa de Sucessão estabelece critérios e procedimentos para identificar e desenvolver colaboradores com potenciais ou aptos a ocuparem posições estratégicas. Os Programas de Desenvolvimento da Academia de Líderes são desenvolvidos a partir desse mapeamento. A EPB mantém ainda um programa de seleção de *trainees* que permite desenvolver uma nova geração de líderes. A capacitação externa é feita por meio de cursos presenciais, leitura e visitas técnicas, assim como por meio de videoconferência e Ensino a Distância (EAD), visando a otimizar tempo e custos com deslocamento. Em 2018, a Companhia deu continuidade à parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) para a formação de eletricitistas de rede. O objetivo é capacitar profissionais para atuar na rede de distribuição, contribuindo para melhoria da qualificação profissional, empregabilidade e geração de renda nas comunidades atendidas pelo programa.

## 7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Faz parte da visão da Energisa a preocupação com o legado que se deixa para o futuro, por isso, a Companhia trabalha de forma a manter uma convivência harmoniosa com o meio ambiente, sociedade e comunidades do entorno de suas operações, além de promover o desenvolvimento social. A política de investimentos sociais da Energisa foca na promoção da cultura e da educação, além de incentivar a geração de renda, o empreendedorismo, o desenvolvimento econômico e social e a conservação do meio ambiente nas comunidades em que atua. Por entender o seu papel social e sua responsabilidade nas comunidades, a Energisa Paraíba atua de forma consciente em toda a sua área de concessão. Em 2018, destacaram-se as seguintes ações: **7.1. Eficiência energética:** A Companhia investiu R\$ 6,5 milhões em 2018 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 73,9 mil unidades consumidoras. Os principais projetos foram: • **Nossa Energia** - Conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, órgãos públicos e hospitais. Incluem substituição de lâmpadas e doação de equipamentos eficientes (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado), adequação das instalações elétricas internas, e palestras sobre o uso racional da energia elétrica. **7.2. Iniciativas socioculturais:** • **Fundação Ormeo Junqueira Botelho** - Os programas socioculturais são executados com o apoio da Fundação Ormeo Junqueira Botelho, que atua na análise técnica e cultural dos projetos patrocinados e é responsável pela gestão dos espaços culturais mantidos pela Energisa. • **Patrocínios e apoios** - A empresa apoia projetos culturais como festivais regionais, feiras, simpósio, exposições agropecuárias e seminários que tenham como objetivo promover a cultura e o desenvolvimento econômico, regional e social das comunidades, contribuindo para o estímulo e acessibilidade ao lazer, ao esporte e à cultura, além de despertar noções de cidadania e de valorização da sociedade. • **Usinas Culturais** - Promovem a cultura e a ciência no espaço localizado em João Pessoa (PB), por meio de atividades de literatura, música, cinema, teatro e artes plásticas. Em 2018, a Usina Cultural de João Pessoa comemorou 15 anos de atuação. Ao longo do ano as duas usinas promoveram 447 eventos e receberam 70 mil visitantes. **7.3. Educação e geração de renda:** • **Projeto Girarte** - Projeto itinerante de arte-educação, que dissemina a dança e o teatro por meio de oficinas, palestras culturais e apresentações cênicas aos alunos de instituições de ensino de diferentes municípios de atuação da Energisa. • **Espaço Energia** - Com uma unidade no Estado da Paraíba, o Espaço Energia é um espaço de visitação para alunos do ensino médio e fundamental da rede pública e privada voltados à orientação sobre o uso eficiente e seguro de energia elétrica para população, oferecendo aos visitantes a oportunidade de se familiarizar, de forma irreversível, com os princípios da física e com a história da eletricidade, seu uso racional e eficiente. • **Escola de Energia** - Projeto realizado em parceria com o Senai, que busca qualificar técnicos e eletricitistas para prepará-los para o mercado de trabalho no setor de energia. • **Programa Zé da Luz na Escola** - O Programa tem como objetivo conscientizar a comunidade sobre os riscos e perigos da energia elétrica, especialmente no que se refere a solar pipas, brincadeiras com alto índice de acidentes na rede. • **Nossa Energia na Escola** - Por meio de palestras educacionais sobre consumo consciente, capacita alunos e educadores do ensino fundamental e médio como multiplicadores dos conceitos de uso eficiente e seguro da energia elétrica residencial, visando à criação de hábitos que levem ao desenvolvimento sustentável e ao combate do desperdício de energia elétrica. **7.4. Iniciativas ambientais:** • **Resíduos** - A Energisa atua de forma a minimizar a geração de resíduos e promove e estimula a coleta seletiva dos resíduos, incluindo o recolhimento de lâmpadas, pilhas, baterias e outros resíduos perigosos para descarte correto. Há reciclagem de cabos, sucatas ferrosas de medidores e outros resíduos, ação que minimiza o impacto ambiental e fortalece a cadeia de reutilização, evitando sobrecarga de aterros. Na Energisa Paraíba, a empresa responsável pelo contrato de recolhimento de resíduos perigosos é condicionada a entregar as roscas das lâmpadas para contribuir com a Fábrica-Escola de Lâmpadas LED em Aparecida (PB). • **Biodiversidade** - As atividades de instalação e manutenção de redes são orientadas pela supressão mínima de vegetação nos projetos, com substituição progressiva de redes com cabos nus por redes compactas (média-tensão) e isoladas (baixa-tensão). • **Parceria com o ICMBio** - Substituição de redes abertas por rede isolada ou protegida dentro da Unidade de Conservação da Mata do Amém localizada no município de Cabedelo (PB) Em 2018 a parceria esteve em processo de contratação de uma consultoria para elaboração de um Plano de Emergência Ambiental para atendimento aos empreendimentos instalados na Paraíba. • **Emissões** - A frota de veículos é revisada e inspecionada periodicamente, de maneira a garantir uma menor emissão de poluentes na atmosfera. A Companhia também elabora relatórios de emissão de Gase do Efeito Estufa (GEE). • **Gestão** - O Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança (SGMASS) é baseado nas normas ISO 14001 e OSHAS 18001. • **Responsabilidade** - Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental. **7.5. Iniciativas relativas à ética:** Ética e integridade - O Código de Ética e Conduta da Companhia é um guia para os colaboradores no relacionamento com os diversos públicos. Um Comitê de Ética integrado por representantes de diversas áreas tem como responsabilidade promover o cumprimento e aprimoramento do documento.

## 8. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Em 2018, a remuneração total dos auditores Ernst & Young Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia foi de R\$ 886 mil. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração

	2018		Metas 2019			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	852		890			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	26,87%		25,71%			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	91		102			
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	25,82		25,82			
Número total de acidentes de trabalho	10		8			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(x) todos (as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(x) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	365.069	584	2.798	346.816	600	2.065
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	99,19%	28,42%	16,98%	100%	28%	18%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	<b>Em 2018: 1.465.793</b>		<b>Em 2017: 1.236.655</b>			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	68% governo 8% colaboradores (as) 12% acionistas 8% terceiros 4% retido		64% governo 10% colaboradores (as) 15% acionistas 7% terceiros 4% retido			
<b>7 - Outras Informações</b>						
	2018		2017			
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União						
7.1.2 - Investimento do Estado						
7.1.3 - Investimento do Município						
7.1.4 - Investimento da Concessionária						
<b>Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)</b>						
7.2 - Programa de eficiência Energética						
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento						
<b>Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)</b>						
	<b>8.211</b>		<b>8.493</b>			

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
<b>Ativo</b>							
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalente de caixa	5.1	26.790	141.488				
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	195.656	129.675				
Consumidores e concessionárias	6	353.150	282.778				
Estoques		6.768	4.391				
Tributos a recuperar	7	77.597	57.277				
Instrumentos financeiros derivativos	28	29.635	39.949				
Despesas pagas antecipadamente		4.646	3.703				
Ativo financeiro setorial	9	150.357	74.996				
Outros créditos	10	60.986	53.635				
<b>Total do circulante</b>		<b>905.585</b>	<b>787.892</b>				
<b>Não circulante</b>							
Realizável a longo prazo							
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	6.887	5.935				
Consumidores e concessionárias	6	42.872	42.995				
Tributos a recuperar	7	20.916	11.033				
Créditos tributários	12	70.816	85.583				
Cauções e depósitos vinculados	19	19.442	21.247				
Instrumentos financeiros derivativos	28	43.980	14.443				
Ativo financeiro setorial	9	55.095	76.443				
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	548.227	464.587				
Outros créditos	10	2.415	2.525				
		<b>810.650</b>	<b>724.791</b>				
Investimentos		81	95				
Imobilizado	14	9.190	10.054				
Intangível	14	687.245	709.812				
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	29.167	-				
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.536.333</b>	<b>1.444.752</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b>2.441.918</b>	<b>2.232.644</b>				
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores	15	133.310	166.836				
Encargos de dívidas	16	11.144	7.092				
Empréstimos e financiamentos	16	260.630	185.347				
Debêntures	17	7.823	2.073				
Impostos e contribuições sociais	18	80.871	66.874				
Encargos setoriais	19	26.206	24.591				
Obrigações estimadas		8.909	8.867				
Passivo financeiro setorial	9	80.682	42.209				
Instrumentos financeiros derivativos	28	5.656	7.852				
Contribuição de iluminação pública		14.230	9.205				
Benefícios pós emprego	29	10.542	9.680				
Outras contas a pagar		27.234	31.921				
<b>Total do circulante</b>		<b>667.237</b>	<b>562.547</b>				
<b>Não circulante</b>							
Fornecedores	15	11.802	2.646				
Empréstimos e financiamentos	16	212.090	438.165				
Debêntures	17	513.650	187.385				
Impostos e contribuições sociais	18	15.334	13.754</				



114 ANOS

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.  
CNPJ Nº 09.095.183/0001-40DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	22	1.972.312	1.650.759
Custo do serviço prestado a terceiros	23	(1.522.390)	(1.271.467)
<b>Lucro bruto</b>		<b>449.922</b>	<b>379.292</b>
Despesas gerais e administrativas	23	(123.654)	(130.204)
Outras receitas	24	9.029	14.565
Outras despesas	24	(10.201)	(21.258)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos</b>		<b>325.096</b>	<b>242.395</b>
Receitas financeiras	25	66.463	71.097
Despesas financeiras	25	(101.720)	(79.090)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(35.257)</b>	<b>(7.993)</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>289.839</b>	<b>234.402</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(38.009)	10.987
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(13.615)	(12.819)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>238.215</b>	<b>232.570</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - RS</b>	26	<b>259,45</b>	<b>253,30</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>238.215</b>	<b>232.570</b>
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	21.7	2.236	(7.513)
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>		<b>240.451</b>	<b>225.057</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		238.215	232.570
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	51.624	1.832
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	13	101.148	23.423
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	(17.965)	(19.951)
Depreciação e amortização	23	71.337	75.323
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	23	23.696	12.485
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	23	(10.514)	(14.522)
Marcação a mercado de dívidas	25	8.742	(3.038)
Marcação a mercado de derivativos	25	(7.666)	(3.217)
Instrumentos financeiros derivativos	25	(52.121)	25.967
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	24	3.288	9.140
Programa de remuneração variável - ILP	11	161	-
<b>Variáveis nas contas do ativo circulante e não circulante</b>			
(Aumento) de consumidores e concessionárias	6	(93.945)	(67.751)
(Aumento) Diminuição de estoques	8	(2.377)	1.637
(Aumento) Diminuição de tributos a recuperar	8	(30.203)	4.540
(Aumento) de ativo financeiro setorial	9	(67.892)	(27.827)
Diminuição de cauções e depósitos vinculados	20	1.805	3.581
(Aumento) Diminuição de despesas pagas antecipadamente		(943)	387
(Aumento) de outros créditos		(18.764)	(16.776)
<b>Variáveis nas contas do passivo circulante e não circulante</b>			
(Diminuição) Aumento de fornecedores	15	(29.513)	40.818
Aumento (Diminuição) de impostos e contribuições sociais	18	32.469	(12.365)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(51.901)	(29.209)
Aumento (Diminuição) de obrigações estimadas		42	(85)
Aumento de passivo financeiro setorial	9	63.603	6.999
Aumento de outras contas a pagar		28.201	19.902
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>240.527</b>	<b>263.863</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(52.210)	(45.367)
Aplicações no intangível, imobilizado e ativo contratual - Infraestrutura em construção		(142.663)	(133.799)
Alienação de bens do imobilizado, intangível e ativo contratual - Infraestrutura em construção		4.348	12.136
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>		<b>(190.525)</b>	<b>(167.030)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	16 e 17	370.184	349.971
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	16 e 17	(268.914)	(259.749)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	16 e 17	(43.229)	(36.349)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		38.314	14.189
Pagamentos de dividendos	21.6	(261.055)	(138.632)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>		<b>(164.700)</b>	<b>(70.570)</b>
<b>Variável líquida do caixa</b>		<b>(114.698)</b>	<b>26.263</b>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	141.488	115.225
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	26.790	141.488
<b>Variável líquida do caixa</b>		<b>(114.698)</b>	<b>26.263</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
<b>Geração do valor adicionado:</b>			
<b>Receitas</b>			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	22	2.878.873	2.386.728
Outras receitas	24	9.029	14.565
Receitas relativas a construção de ativos próprios	22 e 25	126.619	123.228
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	23	(23.697)	(12.485)
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custo da energia elétrica vendida		1.253.561	1.005.966
Materiais e serviços de terceiros		131.018	117.306
Outros custos operacionais		147.495	151.755
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>1.532.074</b>	<b>1.275.027</b>
Amortização e depreciação	23	71.337	75.323
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>1.387.413</b>	<b>1.161.686</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	25	78.380	74.969
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>1.465.793</b>	<b>1.236.655</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remuneração direta		84.747	94.847
Benefícios		26.501	26.373
FGTS		5.809	6.369
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		224.039	156.404
Estaduais		597.962	515.551
Municipais		610	700
Obrigações intrasetoriais		175.414	122.022
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros	25	110.634	79.788
Aluguéis		1.862	2.031
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Dividendos	21.6	153.672	80.313
Dividendos adicionais propostos	21.6	29.105	107.383
Reserva legal	21.3	6.763	-
Reserva de redução de imposto de renda	21.4	48.675	44.874
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>1.465.793</b>	<b>1.236.655</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Capital social	Reserva de imobilizações	Reserva especial de agio	Reserva de capital	Retenção de lucros	Redução de imposto de renda				
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>		<b>526.992</b>	<b>2.457</b>	<b>94.078</b>	<b>467</b>	<b>70.719</b>	<b>22.453</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(29.881)</b>	<b>745.604</b>
Dividendos exercício 2016		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(58.319)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	232.570	-	(58.319)
Proposta de destinação do lucro líquido:											-
Incentivo fiscal - laudos constitutivos - Adene 112 e 113/04	21.4	-	-	-	-	-	-	-	(44.874)	-	-
Dividendos	21.6	-	-	-	-	-	-	-	(80.313)	-	(80.313)
Dividendos adicionais propostos	21.6	-	-	-	-	-	-	107.383	(107.383)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	21.7	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.513)	(7.513)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>526.992</b>	<b>2.457</b>	<b>94.078</b>	<b>467</b>	<b>70.719</b>	<b>22.453</b>	<b>107.383</b>	<b>-</b>	<b>(37.394)</b>	<b>832.029</b>
Dividendos exercício 2017		-	-	-	-	-	-	(107.383)	-	-	(107.383)
Aumento de capital conf. AGO e AGE ata de 25/04/2018	21.1	44.874	-	-	-	-	-	-	-	-	44.874
Programa de remuneração variável - ILP	21.2	-	-	-	161	-	-	-	-	-	(44.874)
Incentivos Fiscais de Reinvestimentos	21.2	-	-	-	1.138	-	-	-	-	-	1.138
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	238.215	-	238.215
Proposta de destinação do lucro líquido:											-
Incentivo fiscal - laudos constitutivos - Adene 112 e 113/04	21.4	-	-	-	-	-	-	-	(48.675)	-	(48.675)
Reserva legal	21.3	-	-	-	-	6.763	-	-	(6.763)	-	-
Dividendos	21.6	-	-	-	-	-	-	-	(153.672)	-	(153.672)
Dividendos adicionais propostos	21.6	-	-	-	-	-	-	29.105	(29.105)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	21.7	-	-	-	-	-	-	-	-	2.236	2.236
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>571.866</b>	<b>2.457</b>	<b>94.078</b>	<b>1.766</b>	<b>77.482</b>	<b>22.453</b>	<b>29.105</b>	<b>-</b>	<b>(35.158)</b>	<b>812.724</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia ou Energisa PB"), empresa integrante do Grupo Energisa - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.424.133 consumidores (informação fora do escopo dos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010. **Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:** Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energisa PB a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 14 de janeiro de 2031. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei 12.783/2013. O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço. As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são: I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica; II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador; IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores; V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes. A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério do exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME. As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais (CVA), ativo financeiro indenizável da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 22, respectivamente.

## 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OPCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2019. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas incluem Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturado), Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa, Créditos tributários, Ativo financeiro indenizável da concessão, Imobilizado, Intangível, Ativo contratual - Infraestrutura em construção, Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, Custo de energia elétrica comprada para revenda, Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos e Benefícios pós emprego.

## 3. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

**3.1. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board:** Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, ainda não adotadas pela Companhia.

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: períodos anuais com início em ou após
CPC 06 (R2)/IFRS 16	Operações de arrendamento mercantil / Leases	1º de janeiro de 2019
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2021

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 Investidor e sua Associada ou Joint Venture Adiado indefinidamente  
A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Os principais impactos da adoção das novas normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 são os seguintes: (i) **CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil/IFRS 16-Leases:** O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciamento de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de até 12 meses). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (como por exemplo um ou uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor do incremento do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimento a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendamentos com base na CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendamentos continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1). **Transição:** Como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. A Companhia espera que a adoção

do CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 16. Durante o exercício de 2018 a Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2) tendo apurado os valores como segue:

Impacto sobre o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019	Ativo	Passivo
Direito de uso	4.844	-
Arrendamentos operacionais	-	4.844

(ii) **Outras alterações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28; • Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações; • Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40); • ICP 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiamento; • ICP 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda - Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro



114 ANOS

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.  
CNPJ Nº 09.095.183/0001-40

dos juros. As seguintes políticas contábeis aplicam-se as categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo:

	Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros:

	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9
<b>ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Consumidores e concessionárias	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Ativos financeiros setoriais	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	Mantidos Até o Vencimento	Custo Amortizado
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	VJR
Instrumentos Financeiros Derivativos	Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	VJR
Ativo financeiro indenizável da concessão	Disponíveis para venda	VJR
<b>PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)</b>		
Fornecedores	Mensurados pelo Custo Amortizado	Custo Amortizado
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	Mensurados pelo Custo Amortizado	Custo Amortizado
Debêntures	Mensurados pelo Custo Amortizado	Custo Amortizado
Passivos financeiros setoriais	Mensurados pelo Custo Amortizado	Custo Amortizado
Encargos Setoriais	Mensurados pelo Custo Amortizado	Custo Amortizado
Instrumentos Financeiros Derivativos	Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	VJR
Instrumentos Financeiros - MIM	Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	VJR

**Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros:** O CPC48 substituiu a abordagem de perda incorrida do CPC38/IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). A Companhia adotou a abordagem simplificada e realizou o cálculo de perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. Estabelecendo uma matriz de cálculo baseada nas taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). É considerado pela Companhia um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro está vencido conforme regras de recebíveis da Companhia. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. A Companhia não apurou impactos relevantes da aplicação do CPC 48 em suas demonstrações financeiras. **3.2. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa** - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo; **b. Instrumentos financeiros e operações de hedge:** **1. Instrumentos financeiros: Prática contábil vigente a partir de 1º de janeiro de 2018:** O CPC 48 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"), e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração** - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração subsequente** - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida), ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida), ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipuladas para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis, o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo. **Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)** - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às prováveis perdas na realização dos créditos, cuja recuperação seja considerada improvável. O cálculo da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa, baseia-se nas taxas de perdas históricas observadas pela Companhia. As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativas observando os valores e prazos definidos pela legislação fiscal em vigor. **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2018, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro em "outros resultados abrangente" no patrimônio líquido. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. **2. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 28, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge". "Hedge" de valor justo: "hedge" de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos instrumentos designados e qualificados como "hedge" de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetivos de "hedge" atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do "hedge accounting" é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de "hedge". O ajuste ao valor justo do item objeto de "hedge", oriundo do risco de "hedge", é registrado no resultado a partir desta data. Antes de 1º de janeiro de 2018 a documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, a posição ou transação coberta, a natureza do risco a ser coberto e a forma como a entidade avalia a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do item protegido atribuíveis ao risco coberto. Espera-se que o hedge seja altamente eficaz para compensar alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto e que seja avaliado em base contínua e efetivamente determinada como tendo sido altamente eficaz durante todos os períodos das demonstrações financeiras para o qual o hedge foi designado. A partir de 1º de janeiro de 2018, a documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica. • O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo: **Hedges de valor justo:** a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e

é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado; **c. Consumidores e concessionárias** - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras. A Companhia também apresenta nesta rubrica os valores renegociados e a estimativa para Provisões para perdas esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PPECLD; **d. Estoques** - estão valorizados ao custo médio de aquisição, e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização; **e. Ativos e passivos financeiros setoriais (CVA)** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos nas tarifas são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade), a Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 9; **f. Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia. No qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica que indica que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras esta atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de custos baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 13; **g. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido de provisão para perdas, quando aplicável; h. Imobilizado** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização (nota explicativa nº 14); **i. Intangível** - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão; **j. Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - o ativo contratual e o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. Desta forma, dado que independe de sua remuneração via tarifa (intangível) ou liquidação subsequente (ativo financeiro), os ativos contratuais em construção ou de melhorias no montante de R\$ 38.637, registrados em 31 de dezembro de 2017 sob o escopo do ICPC 01 (R1) na rubrica de ativo intangível da concessão foram reclassificados para a rubrica de ativo contratual (nota explicativa nº 14), em 01 de janeiro de 2018 de acordo com o CPC 47; **k. Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação; **l. Redução a valor recuperável** - Ativo não financeiro. A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda de valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **Avaliação do valor em uso.** As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: **(i) Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado; **(ii) Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e **(iii) Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta de energia e dos serviços. As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia. Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação; **m. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de *swap* foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício; **n. Derivativos** - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 28. **o. Imposto de renda e contribuição social** - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos, calculados com base nas alíquotas efetivas, considerando a parcela dos incentivos fiscais. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável; **p. Incentivos fiscais SUDENE** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 12); **q. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis; **r. Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações; **s. Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva apuração; **t. Receita** - as receitas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia. O reconhecimento da receita dos serviços de distribuição de energia elétrica é realizado mensalmente com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, onde as informações adicionais sobre os impactos da adoção das novas políticas contábeis se encontram refletidas na nota explicativa 3.1; **u. Benefícios pós emprego** - Plano de suplementação de aposentadoria e pensão - a obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD), Plano Saldações (PS) e Contribuição Definida (CD) é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para fatores que exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes; **v. Demais ativos e passivos** (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e **w. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte complementar às demonstrações financeiras.

**4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revisados frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

**5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS**

**5.1 Caixa e equivalente de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado):** A carteira de aplicações financeiras é constituída, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's). A rentabilidade média ponderada da carteira (95,07% do CDI em 2017).

	2018	2017
Caixa e depósitos bancários à vista	26.790	40.522
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	-	100.966
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	18.836
Compromissada	-	82.130
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante</b>	<b>26.790</b>	<b>141.488</b>

**5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio de resultado):** A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada



114 ANOS

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.  
CNPJ nº 09.095.183/0001-40

da carteira em 31 de dezembro de 2018 equivale a 102,80% do CDI (109,16% do CDI em 2017).

	2018	2017
<b>Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>202.543</b>	<b>129.675</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.987	1.336
Compromissada (3)	92	115
Fundo de Investimento (2)	45.507	70.290
<b>Fundos de Investimentos Excluídos (4)</b>	<b>147.925</b>	<b>57.789</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	604	400
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	205	149
Debêntures	-	4.282
Compromissadas	16.346	407
Títulos públicos	44.952	3.148
Fundo de Renda Fixa	42.522	6.145
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	30.026	6.774
Letra Financeira (LF)	5.373	36.408
Letra Financeira Subordinada (LFS)	-	76
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	2.047	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	5.850	-
<b>Fundos de Investimentos em direitos creditórios-FIDC (4)</b>	<b>6.887</b>	<b>145</b>
Outros instrumentos	145	145
<b>Mantidas até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>5.935</b>
Fundo de investimento em direitos creditórios-FIDC (4)	-	5.935
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (5)</b>	<b>202.543</b>	<b>135.610</b>
Circulante	195.656	129.675
Não Circulante	6.887	5.935

(1) Operações compromissadas - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de venda assumido pelo comprador. São remuneradas de 65% a 80% e média ponderada 71,60% do CDI estão lastreadas em debêntures. (2) Fundos de Investimentos - São classificados como renda fixa e Multimercado e são remunerados de 51,40% a 117,60% e média ponderada 108,5% do CDI. (3) Fundo de investimentos excluídos inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Títulos públicos, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LFS, LTN, NTNB, são remuneradas de 101,5% do CDI Fundo FI Energia e 101,3% do CDI Zona da Mata. (4) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC - Energia 2008 com vencimento em 29/12/2020. (5) Inclui R\$9.511 (R\$7.996 em 31 de dezembro de 2017) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

## 6. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

Englobam, principalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldo a vencer		Saldo vencido				Total	2018	2017
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	181 a 360 dias			
<b>Valores correntes: (1)</b>									
Residencial	46.370	-	54.134	7.567	934	53	(8.554)	100.504	86.895
Industrial	21.394	-	2.299	201	316	5.869	(5.869)	24.210	21.586
Comercial	36.035	-	10.374	1.291	943	1.528	(2.471)	47.700	40.802
Rural	7.149	-	5.621	1.033	297	55	(55)	14.100	11.382
Poder público	16.500	-	1.020	37	56	50	(50)	17.613	14.247
Iluminação pública	11.483	-	1.044	248	557	6	(6)	13.332	11.141
Serviço público	7.853	-	205	158	201	1	(1)	8.417	6.835
Fornecimento não faturado	76.831	-	-	-	-	-	-	76.831	55.851
Arrecadação Processo Classificação	16.486	-	-	-	-	-	-	16.486	-
<b>Valores renegociados:</b>									
Residencial	4.085	11.472	2.595	926	1.255	8.111	(14.059)	14.385	12.330
Industrial	2.284	5.131	196	101	240	5.212	(5.800)	7.364	7.078
Comercial	1.747	6.597	713	202	295	3.349	(4.626)	8.277	8.766
Rural	535	1.430	277	118	142	1.193	(1.712)	1.983	1.313
Poder público	2.762	33.035	408	75	91	790	(1.263)	35.898	39.115
Iluminação pública	892	3.689	166	-	-	14	(15)	4.746	4.749
Serviço público	200	682	113	30	23	113	(280)	881	1.094
(-) Ajuste valor Presente (2)	(132)	(9.354)	-	-	-	-	-	(9.486)	(10.245)
<b>Subtotal - clientes</b>	<b>252.474</b>	<b>52.682</b>	<b>79.165</b>	<b>11.987</b>	<b>5.350</b>	<b>26.344</b>	<b>(44.761)</b>	<b>383.241</b>	<b>312.939</b>
Suprimento de Energia a concessionária - Moeda Nacional (3)	973	-	-	-	-	-	-	973	2.626
Outros (4)	-	-	1.636	150	-	10.337	(315)	11.808	10.208
<b>Total</b>	<b>253.447</b>	<b>52.682</b>	<b>80.801</b>	<b>12.137</b>	<b>5.350</b>	<b>36.681</b>	<b>(45.076)</b>	<b>396.022</b>	<b>325.773</b>
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	353.150	282.778
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	42.872	42.995

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos. (2) Ajuste a valor presente: refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGP. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de 6,40% a.a. (6,99% a.a. em 2017). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações. (3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo de suprimento de energia a concessionária - moeda nacional em 31 de dezembro de 2018, refere-se aos valores da comercialização de energia no âmbito da CCEE no montante de R\$973 (R\$2.626 em 2017), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2018. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE e na indisponibilidade de informação, os mesmos são estimados. A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$15.924 (R\$48.061 em 2017), referente à aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$9.539 (R\$1.131 em 2017), conforme demonstrados a seguir.

	2018	2017
<b>Composição do saldo da CCEE</b>		
Créditos a vencer	973	2.626
<b>Sub-total créditos CCEE</b>	<b>973</b>	<b>2.626</b>
(-) Aquisições de energia na CCEE	(15.924)	(48.061)
(-) Encargos de serviços do sistema	(9.539)	(1.131)
<b>Total débitos CCEE</b>	<b>(24.490)</b>	<b>(46.566)</b>

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência. (4) Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores. A Companhia possui R\$11.598 (R\$10.197 em 2017) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante. (5) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - a provisão foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

## 9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (CVA)

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são referenciados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização. Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços. A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Ativo Financeiro Setorial	Saldo em 2017	Receita Operacional		Resultado financeiro		Saldo em 2018	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração	Transferência					
<b>Itens da Parcela A (i)</b>										
Energia elétrica comprada para revenda	107.058	118.750	(68.561)	8.104	-	165.351	91.996	73.355	117.237	48.114
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	1.397	(336)	33	(155)	939	939	-	939	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	10.715	12.908	(8.684)	556	-	15.495	13.325	2.170	14.071	1.424
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	7.197	75	106	(387)	6.991	420	6.571	2.681	4.310
<b>Componentes financeiros</b>										
Neutralidade da Parcela A (iv)	-	4.289	(336)	47	(3.326)	674	674	-	674	-
Sobrecontratação de energia (ii)	20.319	(4.230)	-	72	(16.161)	-	-	-	-	-
CUSD	806	1.044	(1.002)	12	-	860	677	183	740	120
Exposição de submercados (v)	11.911	22.373	(18.311)	129	(2.386)	13.716	12.200	1.516	12.722	994
Garantias Financeiras	585	438	(512)	16	-	527	324	203	394	133
Saldo a Compensar	45	1.794	(401)	926	(1.465)	899	899	-	899	-
<b>Total Ativo</b>	<b>151.439</b>	<b>165.960</b>	<b>(98.068)</b>	<b>10.001</b>	<b>(23.880)</b>	<b>205.452</b>	<b>121.454</b>	<b>83.998</b>	<b>150.357</b>	<b>55.095</b>
<b>Passivo Financeiro Setorial</b>										
<b>Itens da Parcela A (i)</b>										
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.418	-	(1.261)	(2)	(155)	-	-	-	-	-
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	61.807	35.378	(34.167)	2.335	-	65.353	36.807	28.546	46.630	18.723
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	9.482	(6.875)	(2.372)	152	(387)	-	-	-	-	-
<b>Componentes financeiros</b>										
Neutralidade da Parcela A (iv)	552	6.580	(142)	39	(3.326)	3.703	-	3.703	1.274	2.429
Sobrecontratação de energia (ii)	2.448	57.821	(10.745)	2.191	(16.161)	35.554	15.817	19.737	22.608	12.946
Exposição de submercados (v)	3.224	(873)	-	35	(2.386)	-	-	-	-	-
Saldo a Compensar (vi)	638	2.922	(568)	938	-	2.465	-	2.465	848	1.617
<b>Outros itens financeiros (vii)</b>										
Devoluções Tarifárias (viii)	277	14.212	(5.167)	-	-	9.322	9.322	-	9.322	-
	6.782	8.860	-	405	-	16.047	-	16.047	-	16.047
<b>Total Passivo</b>	<b>86.628</b>	<b>118.025</b>	<b>(54.422)</b>	<b>6.093</b>	<b>(23.880)</b>	<b>132.444</b>	<b>61.946</b>	<b>70.498</b>	<b>80.682</b>	<b>51.762</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>64.811</b>	<b>47.935</b>	<b>(43.646)</b>	<b>3.908</b>	<b>-</b>	<b>73.008</b>	<b>59.508</b>	<b>13.500</b>	<b>69.675</b>	<b>3.333</b>

(i) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA:** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. (ii) **Repasso de sobrecontratação/exposição involuntária de energia:** As distribuidoras devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo. Conforme mencionado na nota 8.4, valores superiores ao limite de 105% estão em discussão e, portanto, ainda não foram reconhecidos. (iii) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços anclares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligados Nacionais - SIN. (iv) **Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas. (v) **Exposição de submercados:** Representa o resultado financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em função das transferências de energia entre Submercados. (vi) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior:** Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/ME nº 25/2002, verifica-se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada. (vii) **Outros itens financeiros:** Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específicos das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletroneutral, Repasse de Compensação DIC/FC, etc. Em julho de 2018 a Companhia reconheceu na rubrica Outros Itens Financeiros, o montante de R\$14.212 incluído na coluna "adição", referente ao ressarcimento de recursos pagos pelas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009), conforme consta do Ofício Circular 210/2018-SFF/ANEEL. (viii) **Devoluções Tarifárias:** Referem-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRT), iniciado a partir de novembro/2017, são apropriados em passivos setoriais, atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária (5CRT).

## 10. OUTROS CRÉDITOS

	2018	2017
Subvenção Baixa Renda (1)	10.451	10.964
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	12.397	12.435
Ordens de serviço em curso - outros	170	2.279
Subvenção CDE - Desconto Tarifário (2)	26.176	19.155
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	5.548	5.020
Depósito para reinvestimento - Incentivos Fiscais	1.708	-
Adiantamentos	1.427	1.942
Outros (3)	5.524	4.365
<b>Total</b>	<b>63.401</b>	<b>56.160</b>
Circulante	60.986	53.635
Não circulante	2.415	2.525

(1) **Subvenção Baixa Renda** - Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da CCEE. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo. (2) **Subvenção CDE** - Desconto Tarifário - Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os saldos correspondentes às subvenções incorridas nos meses de novembro e dezembro de 2018, serão compensados/ressarcidos no primeiro trimestre de 2019.

**Saldo inicial - circulante - 2017 e 2016**  
Subvenção baixa renda 88.655 77.300  
Ressarcimento e compensações pela CCEE (89.168) (73.737)  
**Saldo final - circulante - 2018 e 2017**  
**10.451 10.964**

(3) **Subvenção CDE** - Desconto Tarifário - Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os saldos correspondentes às subvenções incorridas nos meses de novembro e dezembro de 2018, serão compensados/ressarcidos no primeiro trimestre de 2019.

**Saldo inicial - circulante - 2017 e 2016**  
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural 19.155 15.082  
Ressarcimento e compensações pela CCEE/Eletróbrás 88.923 63.012  
(81.902) (58.939)  
**Saldo final - circulante - 2018 e 2017**  
**26.176 19.155**

(4) **Outros** - Inclui RSS (R\$8 em 2017) de provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e R\$2.173 (R\$4.195 em 2017) referente a compartilhamento, conforme contrato aprovado pela ANEEL.

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018 e a avaliação efetuada não indica alterações relevantes na provisão. Segue movimentação das provisões:

	2018	2017
<b>Saldo inicial - circulante - 2017 e 2016</b>	<b>37.708</b>	<b>34.895</b>
Provisões constituídas no exercício	23.696	12.485
Baixas de contas de energia elétrica - incobráveis	(16.320)	(9.672)
<b>Saldo final - circulante - 2018 e 2017</b>	<b>45.084</b>	<b>37.708</b>
<b>Alocação:</b>		
Consumidores e concessionárias	45.076	37.700
Outros créditos	8	8

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2018	2017
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	27.199	18.769
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	49.651	31.433
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	14.672	7.141
Contribuição do PIS e COFINS	6.824	



114 ANOS

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.  
CNPJ nº 09.095.183/0001-40

de dezembro de 2018 o valor atualizado é de R\$194.159 (R\$191.856 em 2017). Custo do contrato de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora para contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 monta em R\$223 (R\$555 em 2017). **Remuneração dos Administradores:**

	2018	2017
Remuneração Anual (a)	6.571	9.591
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	1.081	1.269
Remuneração da Diretoria	3.296	1.886
Outros Benefícios (b)	1.416	3.422

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2018 foi aprovado na AGO de 27 de abril de 2018. (b) Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$42 e R\$2 (R\$24 e R\$4 em 2017), respectivamente. A remuneração média em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$14 (R\$12 em 2017). **Programa de Remuneração Variável (ILP):** A Companhia ofereceu aos seus executivos Programa de Remuneração Variável através do 1º programa de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. O Programa de concessões de ações, têm por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 26.274 Units, a ser baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual, a ser consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. Ao programa são associadas condições de performance (Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o *target* em função das faixas atingidas. O benefício visa atrair e reter pessoas-chaves e premia-los em função do seu desempenho, aliados às metas de desempenho da Companhia. O período de aquisição do direito (vesting) são de 3 anos, a partir da data da outorga em 02 de maio de 2018. Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (Units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2018. **Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:** Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

Método de Cálculo	1º programa ILP
Total de opções de ações outorgadas	Monte Carlo
Prazo de carência	26.274
Taxa de juros livre de risco <sup>(a)</sup>	3 anos
Volatilidade <sup>(b)</sup>	8,2%
Valor justo na data da outorga	25,61%
	R\$ 27,65

(a) Taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). (b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido às características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados. No exercício de 2018, foram reconhecidos R\$161 do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de custos e despesas operacionais.

## 12 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE

### IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Imposto de renda s/prejuízos fiscais	-	3.063
Contribuição social s/base negativa	-	1.317
<b>Subtotal</b>	-	<b>4.380</b>
<b>Ativo - Diferenças temporárias</b>		
Imposto de renda	95.801	93.196
Contribuição social s/o lucro	34.489	33.552
<b>Total - não circulante</b>	<b>130.290</b>	<b>131.128</b>
<b>Passivo - Diferenças Temporárias</b>		
Imposto de renda	43.731	33.489
Contribuição social	15.743	12.056
<b>Total - não circulante</b>	<b>59.474</b>	<b>45.545</b>
<b>Total líquido - ativo não circulante</b>	<b>70.816</b>	<b>85.583</b>

As diferenças temporárias são como segue:

	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Prejuízos fiscais	-	12.252
Base negativa da CSLL	-	14.632
Créditos fiscais - ágio <sup>(a)</sup>	132.321	44.989
Provisão ajuste atuarial	118.139	40.167
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	27.478	9.343
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	45.084	15.329
Outras provisões (PPE, P&D, honorários e outras)	38.434	13.068
Ajuste a valor presente	9.486	3.225
Marcação a mercado da dívida	12.261	4.169
Outras adições temporárias	(1.825)	(621)
Marcação a mercado - derivativo	(67.959)	(23.106)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(105.139)	(35.747)
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>208.280</b>	<b>70.816</b>
<b>Base de cálculo - IRPJ + CSLL</b>	<b>265.717</b>	<b>85.583</b>

(1) Benefício fiscal do ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, pelo método linear.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2019	10.146
2020	10.441
2021	12.515
2022	11.372
2023	12.915
2024 a 2025	27.822
2026 a 2028	45.079
Total	130.290

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2018	2017
Lucro antes dos impostos	289.839	234.402
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas	(98.545)	(79.697)
Ajustes:		
Redução do imposto de renda e adicionais - SUDENE (*)	48.675	42.012
Redução do imposto de renda e adicionais - SUDENE - Efeito PERT	-	2.862
Imposto de renda e contribuição social - PERT (**)	-	38.612
Demais Incentivos fiscais (PAT, Cultura, esporte, infância e adolescência e licença maternidade)	2.933	1.299
Incentivo fiscal de inovação tecnológica - Lei do Bem (***)	1.585	-
Outras adições/exclusões permanentes	(6.272)	(6.920)
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido</b>	<b>(51.624)</b>	<b>(1.832)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>17,81%</b>	<b>0,78%</b>

(\*) Em dezembro de 2012, a Companhia obteve através do Laudo Constitutivo nº 197/2012, aprovação do Ministério da Integração Social do novo pedido de benefício fiscal para o período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 e o deferimento de seu pedido junto à Receita Federal - Despacho Decisório nº 128 DRF/JPA de 23 de maio de 2013 e Ato Declaratório nº 11 DRF/JPA de 09 de outubro de 2017, consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE-feridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. Em 2018, a Companhia, amparada pela legislação vigente, formalizou novo pedido para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de mais 10 anos, a contar do momento da sua aprovação. Neste sentido, a Companhia possui processo que se encontra em fase de análise, formalizado junto à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com a publicação da Lei nº 13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos da Companhia tenham os benefícios garantidos por parte da SUDENE até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, aumentando o prazo de fruição em mais 7 anos. (\*\*\*) Em 2017 a Companhia efetuou recálculos das bases tributáveis dos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016, em decorrência da alteração do critério de tributação do regime de caixa para competência sobre os valores de ativos e passivos financeiros setoriais (CVA) e a desistência de processos que se encontravam em discussões judiciais referente a assuntos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, cujos os débitos originados dessas novas apurações foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária denominado PERT, resultando em contabilização dos efeitos de Imposto de Renda e de Contribuição Social sobre o Lucro registrados no exercício. (\*\*\*) Refere-se ao incentivo fiscal dedutível do imposto de renda originados de recursos aplicados nos projetos de P&D, aprovados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.

## 13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL DA CONCESSÃO

A Lei nº 12.783/13 vem determinar a metodologia que deve ser adotada na indenização dos ativos de geração, transmissão e distribuição ao final da concessão, o VNR - Valor Novo de Reposição. Desde 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR, homologado pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, com a aplicação do IGP.M. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015 aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET), da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse corrigida pela aplicação do IPCA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$17.965 (R\$19.951 em 2017). Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	2018	2017
<b>Ativo financeiro valor justo - 2017 e 2016</b>	<b>464.587</b>	<b>425.000</b>
Adições no exercício (*)	67.143	24.935
Baixas no exercício	(1.468)	(5.299)
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (**)	17.965	19.951
<b>Ativo financeiro valor justo - 2018 e 2017</b>	<b>548.227</b>	<b>464.587</b>

(\*) Transferência do ativo contratual - infraestrutura em construção e intangível em curso para o ativo financeiro indenizável da concessão; (\*\*) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária.

## 14. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E ATIVO CONTRATUAL - INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	2018	2017
Imobilizado	9.190	10.054
Intangível - Contrato de concessão <sup>(a)</sup>	687.245	709.812
Ativo contratual - Infraestrutura em construção	29.167	-
<b>Total</b>	<b>725.602</b>	<b>719.866</b>

(1) Refere-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas durante o prazo da concessão.

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2017	Adição	Transfe-rências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação (**)	Saldo 2018
<b>Em Serviço</b>							
Custo	4,27%	1.486.472	-	92.312	(8.442)	-	1.570.342
Amortização Acumulada		(684.846)	-	-	5.562	(79.732)	(759.016)
<b>Subtotal</b>		<b>801.626</b>		<b>92.312</b>	<b>(2.880)</b>	<b>(79.732)</b>	<b>811.326</b>
<b>Obrigações vinculadas à concessão</b>							
<b>Em Serviço</b>							
Custo	3,88%	198.045	-	3.862	-	-	201.907
Amortização Acumulada		(67.594)	-	-	-	(10.232)	(77.826)
<b>Subtotal</b>		<b>130.451</b>		<b>3.862</b>		<b>(10.232)</b>	<b>124.081</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>671.175</b>		<b>88.450</b>	<b>(2.880)</b>	<b>(69.500)</b>	<b>687.245</b>
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção (***)</b>							
Em construção		63.434	154.581	(92.312)	(71.059)	-	54.644
<b>Obrigações Vinculadas à Concessão</b>							
Em construção		24.797	8.458	(3.862)	(3.916)	-	25.477
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>		<b>38.637</b>	<b>146.123</b>	<b>(88.450)</b>	<b>(67.143)</b>		<b>29.167</b>
<b>Imobilizado em Serviço</b>							

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2017	Adição	Transfe-rências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação (**)	Saldo 2018
<b>Custo</b>							
Edificações, Obras Cíveis e Beneficiárias	3,33%	327	-	-	-	-	327
Máquinas e Equipamentos	16,34%	20.845	-	1.182	-	-	22.027
Veículos	14,29%	64	-	-	-	-	64
Móveis e utensílios	6,25%	12.573	-	501	-	-	13.074
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>33.809</b>		<b>1.683</b>			<b>35.492</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Edificações, Obras Cíveis e Beneficiárias		(135)	-	-	-	(11)	(146)
Máquinas e Equipamentos		(14.223)	-	-	-	(2.060)	(16.283)
Veículos		(64)	-	-	-	-	(64)
Móveis e utensílios		(9.333)	-	-	-	(476)	(9.809)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(23.755)</b>				<b>(2.547)</b>	<b>(26.302)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>10.054</b>		<b>1.683</b>			<b>9.190</b>
<b>Imobilizado em curso</b>							
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>10.054</b>		<b>1.683</b>			<b>9.190</b>
<b>Total Ativo Intangível e Imobilizado</b>		<b>719.866</b>		<b>147.806</b>		<b>(70.023)</b>	<b>(72.047)</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$70.023, R\$67.143 refere-se à transferência do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão e R\$2.880 referem-se às baixas realizadas no período, inicialmente contabilizadas nas Ordens de desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. O montante transferido do ativo contratual da infraestrutura em construção, líquido das obrigações especiais, para o ativo financeiro indenizável da concessão de R\$67.143 (R\$24.935 em 2017), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12) (\*\*). A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS-COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$710 (R\$569 em 2017) (\*\*\*) No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i). O custo de materiais e mão de obra direta, (ii). quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua finalidade, e (iii). os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2016	Adição	Transfe-rências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação (**)	Saldo 2017
<b>Intangível em Serviço</b>							
Custo	4,40%	1.417.441	7.696	75.089	(13.754)	-	1.486.472
Amortização Acumulada		(616.389)	(678)	-	6.897	(74.676)	(684.846)
<b>Subtotal</b>		<b>801.052</b>	<b>7.018</b>	<b>75.089</b>	<b>(6.857)</b>	<b>(74.676)</b>	<b>801.626</b>
<b>Em Curso</b>		<b>62.473</b>	<b>139.105</b>	<b>(75.089)</b>	<b>(63.055)</b>		<b>63.434</b>
<b>Total</b>		<b>863.525</b>	<b>146.123</b>		<b>(69.912)</b>	<b>(74.676)</b>	<b>865.060</b>

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2016	Adição	Transfe-rências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação (**)	Saldo 2017
<b>Obrigações Vinculadas a concessão</b>							
<b>Em Serviço</b>							
Custo		205.646	-	(7.601)	-	-	198.045
Amortização Acumulada	3,93%	(66.346)	-	-	-	(1.248)	(67.594)
<b>Subtotal</b>		<b>139.300</b>		<b>(7.601)</b>		<b>(1.248)</b>	<b>130.451</b>
<b>Em Curso</b>		<b>34.161</b>	<b>21.155</b>	<b>7.601</b>	<b>(38.120)</b>		<b>24.797</b>
<b>Total das Obrigações Vinculadas a concessão</b>		<b>173.461</b>	<b>21.155</b>		<b>(38.120)</b>	<b>(1.248)</b>	<b>155.248</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>690.064</b>	<b>124.968</b>		<b>(31.792)</b>	<b>(73.428)</b>	<b>709.812</b>

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2016	Adição	Transfe-rências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação (**)	Saldo 2017
<b>Imobilizado em Serviço</b>							
Custo:							
Edificações e beneficiárias	3,33%	327	-	-	-	-	327
Máquinas e equipamentos	16,46%	19.677	-	1.168	-	-	20.845
Veículos	14,29%	64	-	-	-	-	64
Móveis e utensílios	6,25%	12.482	-	91	-	-	12.573
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>32.550</b>		<b>1.259</b>			<b>33.809</b>
<b>Depreciação acumulada:</b>							
Edificações e beneficiárias		(125)	-	-	-	(10)	(135)
Máquinas e equipamentos		(12.279)	-	-	20	(1.964)	(14.223)
Veículos		(64)	-	-	-		



114 ANOS

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.  
CNPJ Nº 09.095.183/0001-40

investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais. O montante liberado para o financiamento foi de R\$96.970, referente à 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos. Em 28 de março de 2018 a Companhia efetuou a liquidação antecipada dos contratos no valor de R\$84.723. (4) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2018, as exigências contratuais foram cumpridas; (5) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2018. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e (6) Em 15 de maio de 2018 a Companhia efetuou a liquidação antecipada dos contratos no valor de R\$13.516. Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$6.887 (R\$5.935 em 2017), registrados na rubrica, "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante. Os financiamentos obtidos junto ao Finaem estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	2018	2017
US\$ x R\$	17,13%	1,50%
TJLP	6,72%	7,12%
SELIC	6,43%	9,85%
CDI	6,42%	9,94%
IPCA	3,75%	2,95%
LIBOR	2,34%	1,30%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2018	2017
2020	127.157	-
2021	76.229	-
2022	4.127	-
2023	2.194	-
Após 2023	2.383	-
<b>Total</b>	<b>212.090</b>	<b>-</b>

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	2018	2017
<b>Saldo em 2017 e 2016</b>	<b>630.604</b>	<b>725.218</b>
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	60.000	164.068
Custos a apropriar	(248)	(339)
Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	90.455	40.793
Marcação a Mercado das Dívidas	(2.551)	(3.038)
Pagamento de principal	(268.914)	(259.749)
Pagamento de juros	(25.482)	(36.349)
<b>Saldo em 2018 e 2017</b>	<b>483.864</b>	<b>630.604</b>
Circulante	271.774	192.439
Não circulante	212.090	438.165

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

	2019	2020	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III	97	97	194
Nota Promissória SAFRA 2ª Série	46	-	46
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>97</b>	<b>240</b>

## 17. DEBÊNTURES (NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES)

O saldo de debêntures e demais componentes a elas relacionados são:

	2018	2017
Emissão de debêntures - moeda nacional	515.362	191.856
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(5.182)	(2.398)
Marcação a Mercado de Dívida	11.293	-
<b>Total</b>	<b>521.473</b>	<b>189.458</b>
Circulante	7.823	2.073
Não Circulante	513.650	187.385

Operações	Total		Nº de Títulos	Venci-	Rendimentos	Amortização	Taxa efetiva
	2018	2017					
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	16.449	15.764	15.173 / 15.173	jun/22	Final	9,35%	
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	14.767	14.152	13.618 / 13.618	jun/24	Final	9,41%	
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	12.263	11.788	11.635 / 11.635	out/22	Final	8,24%	
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.287	2.198	2.169 / 2.169	out/24	Final	8,46%	
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4.258	4.092	4.035 / 4.035	out/27	Final	8,86%	
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	144.135	143.862	142.161 / 142.161	out/22	Final	6,92%	
Debêntures 4ª Emissão	184.844	-	18.000 / 18.000	fev/21	Final	7,42%	
Debêntures 5ª Emissão	136.359	-	135.000 / 135.000	set/25	Final	8,83%	

	2018	2017
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(5.182)	(2.398)
Marcação a Mercado de Dívida	11.293	-
<b>Total</b>	<b>521.473</b>	<b>189.458</b>

Em 07 de março de 2018 a Companhia fez a 4ª Emissão de Debêntures em uma única série no valor total de R\$180.000, sendo que os recursos captados com a emissão foram destinados à gestão ordinária dos negócios da Companhia. Os recursos captados com a 2ª e 3ª emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica, sendo elas totalmente adquiridas pela controladora Energisa. As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essa garantia é estruturada a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final (Energisa S/A). O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 28). Em 31 de dezembro de 2018, as exigências contratuais foram cumpridas. As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2018	2017
2020	46.159	-
2021	226.524	-
2022	75.807	-
2023	47.756	-
Após 2023	117.404	-
<b>Total</b>	<b>513.650</b>	<b>-</b>

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	2018	2017
<b>Saldo em 2017 e 2016</b>	<b>189.458</b>	<b>-</b>
Novas emissões	314.190	188.791
Encargos de dívidas - juros, custos e variação monetária	28.037	3.216
Marcação a Mercado das Dívidas	11.293	-
Custo a apropriar	(3.758)	(2.549)
Pagamento de juros	(17.747)	-
<b>Saldo em 2018 e 2017</b>	<b>521.473</b>	<b>189.458</b>
Circulante	7.823	2.073
Não circulante	513.650	187.385

Os custos de captações das debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

	2019	2020	2021 em diante	Total
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	118	118	177	413
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	75	75	264	414
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	20	20	36	76
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2	2	8	12
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4	4	29	37
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	242	242	443	927
Debêntures 4ª Emissão Sér. Única	471	437	73	981
Debêntures 5ª Emissão	429	329	1.564	2.322
<b>Total</b>	<b>1.361</b>	<b>1.227</b>	<b>2.594</b>	<b>5.182</b>

## 18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2018	2017
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	66.598	54.768
Encargos sociais	3.231	2.513
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.730	2.935
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.481	1.077
Contribuições ao PIS e a COFINS	19.162	16.774
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	816	898
Outros	2.187	1.663
<b>Total</b>	<b>96.205</b>	<b>80.628</b>
Circulante	80.871	66.874
Não circulante	15.334	13.754

(\*) Inclui R\$11.598 (R\$10.197 em 2017) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares (vide nota explicativa nº 6). Em 17 de dezembro de 2018, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais do ICMS - Refis Estadual, instituído pela Medida Provisória nº 273/2018, da Secretaria de Estado da Receita. A adesão ao programa, permitiu a redução de encargos para pagamentos de créditos fiscais, possibilitando o pagamento a vista no montante de R\$8.803, liquidado pela Companhia na mesma data de adesão.

	2018
ICMS - principal	5.417
Multas, juros e honorários	16.135
Redução de juros e multas	(12.749)
<b>Total</b>	<b>8.803</b>

O montante de R\$5.417 de principal, foi registrado na rubrica clientes, consumidores e concessionárias. As multas, juros e as reduções dos encargos, no montante de R\$3.386, foram contabilizadas em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

## 19. ENCARGOS SETORIAIS

	2018	2017
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (1)	10.071	10.205
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	586	597
Ministério de Minas e Energia - MME	293	299
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	2.859	1.055
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	13.142	12.429
Programa de Eficiência Energética - PEE	18.044	15.008
<b>Total</b>	<b>44.995</b>	<b>39.593</b>
Circulante	26.206	24.591
Não circulante	18.789	15.002

(1) Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais.

## 20. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolvem o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	2018	2017
<b>Saldo inicial - 2017 e 2016</b>	<b>9.048</b>	<b>26.071</b>
Constituições de Provisões	1.461	5.375
Reversões de provisões	(4.165)	(5.832)
Pagamentos realizados	(1.579)	(4.231)
Atualização monetária	270	965
<b>Saldo final - 2018 e 2017</b>	<b>5.035</b>	<b>22.348</b>
Cauções e depósitos vinculados (*)	(5.772)	(6.960)

(\*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$19.442 (R\$21.247 em 2017). Deste total, R\$13.670 (R\$14.287 em 2017) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perdas ser possível ou remoto.

**Perdas prováveis - Trabalhistas:** A maioria das ações tem por objeto (i) verbas contratuais/legais (horas extras, danos moral, jornada de trabalho,

diferença salarial), (ii) responsabilidade subsidiária (horas extras, vínculo, 13º salário, adicional periculosidade), (iii) indenização (acidente de trabalho, danos morais e materiais, verbas contratuais), entre outros, estando à variação relacionada, (iv) novos entrantes propostos no exercício, (v) atualização monetária da base de ativos, (vi) alteração de provisão, aumentos e baixas e (vii) reversões ocorridas no exercício. **Cíveis:** Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores (cobrança por irregularidade, reclamação de consumo, suspensão de fornecimento, danos elétricos/queima de equipamentos, entre outros). **Fiscais:** A maioria das ações tem por objeto discussões relacionadas a tributos IRPJ, CSLL, IPTU e ação regressiva acidentária (auxílio doença por acidente de trabalho). Os processos relacionados a IPTU tramitam na comarca de Cabedelo, onde se discute questões relacionadas a desapropriação de lotes pelo DNIT. Guardando análise pericial. O processo de IRPJ/CSLL trata de diferenças apuradas no exercício 1997 a 2001, estando o processo em fase de andamento no CARF. Os processos que envolvem ação regressiva acidentária estão relacionados a ressarcimento ao INSS pelos custos que arcou para tratar a saúde dos empregados acidentados. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. **Perdas possíveis:** A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2018	2017
<b>Saldo inicial - 2017 e 2016</b>	<b>25.124</b>	<b>149.671</b>	<b>434.276</b>	<b>609.071</b>	<b>504.262</b>
Novos processos	11.841	19.636	15.242	46.719	104.894
Alterações	(4.462)	15.753	(54.115)	(42.824)	(8.476)
Mudança de prognósticos	249	165.955	-	166.204	26.315
Encerramento	(11.665)	(32.428)	(48.299)	(92.392)	(43.137)
Atualização monetária	911	12.599	23.723	37.233	25.213
<b>Saldo final - 2018 e 2017</b>	<b>21.998</b>	<b>331.186</b>	<b>370.827</b>	<b>724.011</b>	<b>609.071</b>

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis: **Trabalhistas:** Ações judiciais de natureza trabalhistas na condição de réu referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, complementação de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical. **Cíveis:** As ações judiciais de natureza cível e juízo especial cível, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor, (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente, entre outros. **Principais processos:** • Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$171.952 relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais, que em face de novas análises efetuadas pelos nossos consultores jurídicos o prognóstico foi alterado de perda remota para possível. • Ação 0002664-83.2015.815.0131 com valor envolvido de R\$53.369 (R\$51.187 em 2017), processo onde se discute questões relacionadas a rescisão contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Energisa, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrentes da mesma. **Fiscais:** Ações de natureza fiscal e tributária referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, líquido de energia, entre outros. **Principais processos:** • Auto de infração 10467.720529/2011-81, com montante envolvido de R\$105.792 (R\$102.164 em 2017), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indevidas relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social. • Autos de Infração números: (I) 93300008.09.0000271/2017.59 no montante de R\$126.698 (R\$89.956 em 2017) - referente ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2015 e (II) Auto de Infração 93300008.09.70.2016-70 com valor envolvido de R\$41.286 (R\$28.991 em 2017) - referente ao período de janeiro a dezembro de 2011. Todos lavrados pela Receita Estadual em virtude de glosa de ICMS, sob o argumento de que as aquisições de mercadorias objeto do crédito no livro CIAP (controle de crédito do ativo permanente), não poderiam ser consideradas como ativo fixo, por não serem de propriedade da impugnante, mas sim do poder concedente (União Federal). A alegação do Estado é que o registro das operações no Ativo Imobilizado somente era possível até o ano de 2009. A partir de 2010, as normas contábeis passaram a exigir a escrituração das novas aquisições no Ativo Intangível. • Processo administrativo 14751.002.618/2009-72, com montante envolvido de R\$49.586 (R\$46.598 em 2017), pelo qual a Receita Federal autou de forma reflexa o lançamento suplementar de IRPJ dos fatos geradores de 2001 e 2002 e anos calendarários de 2005 e 2006, cobrando glosas de deduções de despesas, variações monetárias passivas, adições não computadas na apuração do lucro real e compensações não autorizadas. Em abril de 2018 este processo teve prognóstico alterado de possível para remoto, haja vista acolhimento de tese no CARF.

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**21.1 Capital Social:** O capital social subscrito e integralizado é de R\$571.866 (R\$526.992 em 2017) está representado por 918.160 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, realizada em 25 de abril de 2017 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$44.874, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização do saldo da reserva de lucros - Incentivo Fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social a ser de R\$571.866. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 6.000 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

### 21.2 Reserva de capital:

	2018	2017
Reserva especial de ágio (a)	94.078	94.078
Remuneração de imobilizações	2.457	2.457
Ações em tesouraria	467	467
Incentivos fiscais de reinvestimentos (b)	1.138	-
Programa de remuneração variável (ILP) (c)	161	-
<b>Total</b>	<b>98.301</b>	<b>97.002</b>

(a) Reserva especial de ágio - constituída em face da incorporação da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia a medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente do ágio que lhe deu origem. (b) Incentivo fiscal de Reinvestimento - refere-se ao benefício de Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, destinado as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da SUDENE, instaladas nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional. O artigo 27 da Portaria 283, de 04 de julho de 2013, expedida pelo Ministério da Integração Nacional (atual Ministério do Desenvolvimento Regional), prevê que as pessoas jurídicas enquadradas nos requisitos legais poderão depositar no Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) o total de 30% (trinta por cento) do valor do Imposto de Renda devido pelos referidos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios, para reinvestimento. Com a publicação da Lei nº 13.799, de 03 de janeiro de 2019, que alterou a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, as empresas com projetos de reinvestimento do imposto de renda aprovados pela SUDENE e SUDAM, poderão pleitear até 50% (cinquenta por cento) dos valores depositados para investimento em capital de giro, desde que o percentual restante seja destinado à aquisição de máquinas e equipamentos novos que façam parte do processo produtivo, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023. Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2º, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados. (c) Implementação do Programa de Remuneração Variável através da concessão de ações, denominada incentivo de longo prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 11). **21.3 Reserva de lucros - reserva legal:** Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **21.4 Reserva de lucros - reserva de incentivos fiscais:** A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 629, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda). Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 197/2012, Ofício SUDENE nº 1.



114 ANOS

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.  
CNPJ nº 09.095.183/0001-40

modificado, as multas regulatórias (DIC, FIC e DMIC), passaram a ser reconhecidas em dedução às receitas operacionais. Para efeito comparativo, o montante das multas em 31 de dezembro de 2017 é de R\$3.574 e estão classificadas como despesas operacionais. (4) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país. A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08/04/2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das bandeiras tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes às bandeiras tarifárias no exercício foram de R\$82.548 (R\$66.020 em 2017), recebida da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$16.285 (R\$22.379 em 2017). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado da Companhia em 2018 foi de R\$66.263 (R\$88.399 em 2017). Para os meses de janeiro a outubro de 2018 e exercício de 2017 a ANEEL homologou os valores conforme abaixo:

(5) A Companhia passou em 2017 pelo processo do 4º ciclo de revisão tarifária e os valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente até fevereiro/2017, (RS1.261), foram apropriados em obrigações especiais. A partir de março de 2017 (R\$6.542), são apropriados em passivos financeiros setoriais - devolução tarifárias conforme determina o despacho da ANEEL nº 245 de 28 de janeiro de 2016 (vide nota explicativa nº 9).

### 23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do serviço		Despesas operacionais		Total	
	Com energia elétrica	De prestação de serviços a terceiros	Gerais e administrativas	2018	2017	
Energia elétrica comprada para revenda	1.017.843	-	-	1.017.843	862.520	
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	132.240	-	-	132.240	57.416	
Pessoal e administradores	-	81.801	11	24.862	106.674	123.361
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	161	161	-
Benefícios pós emprego	-	11.383	-	14.777	26.160	22.767
Material	-	15.239	72	2.182	17.493	16.161
Serviços de terceiros	-	46.197	3	64.205	110.405	99.078
Depreciação e amortização (*)	-	64.132	-	7.205	71.337	75.323
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	-	23.696	-	-	23.696	12.485
Reversão de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	(10.514)	(10.514)	(14.522)
Custo de construção da infraestrutura	-	125.978	-	-	125.978	122.530
Outras	-	3.792	3	20.776	24.571	24.552
<b>Total</b>	<b>1.150.083</b>	<b>246.240</b>	<b>126.067</b>	<b>123.654</b>	<b>1.646.044</b>	<b>1.401.671</b>

(\*) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$710 (R\$569 em 2017).

### Energia elétrica comprada para revenda:

	MWh (**)		RS	
	2018	2017	2018	2017
Energia de leilão	2.644.088	2.370.898	600.879	451.906
Energia bilateral	445.850	438.964	112.320	109.298
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12	148.118	148.118	32.196	32.688
Energia de curto prazo - CCEE (*)	22.688	26.620	134.191	101.270
Cotas Garantia Física - Resolução Homologatória nº 1410	1.312.881	1.528.156	190.012	219.710
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFRA	91.298	90.121	30.435	28.377
Energia de reserva - ERR	-	-	11.176	-
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(93.366)	(80.729)
<b>Total</b>	<b>4.664.923</b>	<b>4.602.877</b>	<b>1.017.843</b>	<b>862.520</b>

(\*) Inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear e exposição de cota Itaipu. (\*\*) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

### 24. OUTROS RESULTADOS

	2018	2017
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	6.913	11.630
Outros	2.116	2.935
<b>Total</b>	<b>9.029</b>	<b>14.565</b>
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(10.201)	(20.770)
Outros	-	(488)
<b>Total</b>	<b>(10.201)</b>	<b>(21.258)</b>
	<b>(1.172)</b>	<b>(6.693)</b>

### 25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
<b>Receitas Financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	14.723	18.013
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	42.780	34.462
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	10.001	4.003
Juros Selic s/ impostos a recuperar	-	1.649
Reduções Lei do PERT	-	4.589
IRPJ/CSLL - Reversão Selic acréscimos moratórios	-	6.939
Tributos s/ receitas financeiras - PIS/COFINS	(3.645)	(3.872)
Outras	2.604	5.314
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>66.463</b>	<b>71.097</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos de dívidas - juros	(55.821)	(41.782)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(62.671)	(2.227)
(-) Transferência para ordens em curso	641	698
Ajuste a valor presente - AVP	675	8.042
Marcação a mercado da dívida	(8.742)	3.038
Marcação a mercado de derivativos	7.666	3.217
Instrumentos financeiros derivativos	52.121	(25.967)
Atualização monetária de provisão	(1.287)	(1.185)
Comissão de aval	(7.074)	(9.108)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	(6.093)	(245)
Reversão créditos fiscais controladora	7.031	-
REFIS Estadual	(3.386)	-
Encargos processos liquidados	(10.958)	-
Encargos s/tributos e contribuições	(3.440)	(4.449)
Outras	(10.382)	(9.122)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(101.720)</b>	<b>(79.090)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(35.257)</b>	<b>(7.993)</b>

### 26. LUCRO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	238.215	232.570
Média ponderada das ações	918.160	918.160
Lucro líquido básico e diluído por ação - RS (*)	259,45	253,30

(\*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

### 27. COBERTURA DE SEGUROS

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2018	2017
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	603	310
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2020	90.000	467	246
Auto Frota	23/10/2019	Até R\$ 360 /veículo	187	145
Vida em Grupo e Acidentes pessoais (*)	31/12/2019	1.179.093	235	278
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2019	50.000	37	37
Transporte nacional	04/04/2019	Até R\$ 2.000 /veículo	5	-
			<b>1.534</b>	<b>1.016</b>

(\*) Importância segurada relativa ao mês de dezembro/18 e prêmio anualizado.

### 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

**Hierarquia de valor justo:** Os diferentes níveis foram assim definidos: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício de R\$17.965 (R\$19.951 em 2017), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13. Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	2018		2017	
	Nível	Contábil	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:				
Caixa e equivalente de caixa		26.790	26.790	141.488
Consumidores e concessionárias		396.022	396.022	325.773
Ativos financeiros setoriais (CVA)		205.452	205.452	151.439
<b>Total</b>		<b>628.264</b>	<b>628.264</b>	<b>618.700</b>
Valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	202.543	202.543	135.610
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	548.227	548.227	464.587
Instrumentos financeiros derivativos	2	73.615	73.615	54.392
<b>Total</b>		<b>824.385</b>	<b>824.385</b>	<b>654.589</b>
<b>PASSIVO</b>				
Custo amortizado:				
Fornecedores		145.112	145.112	169.482
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures		1.005.337	1.006.562	820.662
Passivos financeiros setoriais (CVA)		132.444	132.444	86.628
<b>Total</b>		<b>1.282.893</b>	<b>1.281.299</b>	<b>1.076.172</b>
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	2	5.656	5.656	7.906
<b>Total</b>		<b>5.656</b>	<b>5.656</b>	<b>7.906</b>

**Derivativos:** O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação. A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo

das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. **Hedge Accounting:** Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2018 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge. Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o "hedge" foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas R\$10.842 (R\$1.397 em 2017) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. **Fair Value Option:** A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no primeiro semestre de 2018, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo "swap" para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("Fair Value Option") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os "swaps" quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2018, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia. Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como "Fair Value Option" foi impactado em R\$2.100 (R\$1.641 em 2017) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

• **Incertezas:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. • **Administração financeira de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores pre-estabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (disponível no website da Companhia) e nos regulamentos internos da diretoria da Companhia. A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia. A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **Gestão de Risco de Capital:** O índice de endividamento no final do exercício são:

	2018	2017
Dívida (a)	1.005.337	820.062
Caixa e equivalente de caixa	(26.790)	(141.488)
Dívida líquida	978.547	678.574
Patrimônio líquido (b)	812.724	832.029
Índice de endividamento líquido	1,20	0,81

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e 17. (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. **a) Risco de liquidez:** A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia. As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Fornecedores	Taxa média de juros efetiva ponderada		Até 6 meses		De 6 a 12 meses		De 1 a 3 anos		De 3 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	7,41%	195.301	122.492	556.901	167.830	165.829	1.208.353						1.208.353
Instrumentos Financeiros Derivativos		12.920	11.059	19.311	3.555	21.114	67.959						67.959
Total		<b>341.531</b>	<b>133.551</b>	<b>576.212</b>	<b>171.385</b>	<b>198.745</b>	<b>1.421.424</b>						1.421.424

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa. **b) Risco de crédito:** A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política. O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a mais prazo pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito conforme apresentado abaixo:

	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.790	141.488
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	202.543	135.610
Consumidores e concessionárias	6	396.022	325.773
Ativos financeiros setoriais (CVA)	9	205.452	151.439
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	548.227	464.587
Instrumentos financeiros derivativos	28	73.615	54.392

**c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio:** Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 16, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições financeiras, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais. Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 com alta de 17,1% sobre 31 de dezembro de 2017, cotado a R\$3.8748/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2018 era de 14,34%, enquanto em 31 de dezembro de 2017 era de 11,95%. Do montante Consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, excluído os efeitos dos custos a apropriar, em 2018 de R\$1.010.759 (R\$823.579 em 2017), R\$348.141 (R\$366.231 em 2017) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 16. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo. Os empréstimos em dólar norte-americano têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em janeiro de 2021) e custo máximo de 3,80% ao ano mais variação cambial. No balanço patrimonial de 2018 a Companhia apresenta no ativo circulante R\$29.635 (R\$39.949 em 2017), R\$43.980 (R\$14.443 em 2017) no ativo não circulante, R\$5.656 (R\$7.852 em 2017) no passivo circulante e (R\$54 em 2017) no passivo não circulante, a título de marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom original, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de "hedge" e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer à reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações financeiras. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados. A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação
----------



**114 ANOS**

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.  
CNPJ nº 09.095.183/0001-40

baseadas, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário II (Deterioração de 25%)		
			Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Divida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(291.978)		(274.938)	(357.678)	(440.418)
Varição Divida	-		17.040	(65.700)	(148.440)
Swap Cambial					
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	347.999		330.959	413.699	496.439
Varição - USD e LIBOR	-	Alta USD	(17.040)	65.700	148.440
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(293.666)		(293.666)	(293.666)	(293.666)
Varição - USD e LIBOR	-		-	-	-
Subtotal	54.333		37.293	120.033	202.773
<b>Total Líquido</b>	<b>(237.645)</b>		<b>(237.645)</b>	<b>(237.645)</b>	<b>(237.645)</b>

(\*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida. Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2018, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$237.645 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$237.645 em ambos os casos. **b) Variação das taxas de juros:** Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2018, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário II (Deterioração de 25%)		
			Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Divida Moeda Local - Taxa de Juros	(181.630)		(181.630)	(181.630)	(181.630)
Varição Divida	-		-	-	-
Swap de Juros		Alta CDI			
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	198.108		198.108	198.108	198.108
Varição	-		-	-	-
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI + TJLP	(184.482)		(184.482)	(201.370)	(218.127)
Varição	-		0	(16.888)	(33.645)
Subtotal	13.626		13.626	(3.262)	(20.019)
<b>Total Líquido</b>	<b>(168.004)</b>		<b>(168.004)</b>	<b>(184.892)</b>	<b>(201.649)</b>

(\*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida. Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2018 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 6,42%, TJLP = 6,72% ao ano e FNE = 8% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário II (Deterioração de 25%)		
			Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	202.543	Alta do CDI	13.165	16.456	19.748
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(293.666)	Alta USD	(19.088)	(23.860)	(28.632)
	(440.936)	Alta CDI	(28.661)	(35.826)	(42.992)
		Alta TJLP	-	-	-
	(197.676)	Alta IPCA	(7.413)	(9.266)	(11.120)
		Alta SELIC	-	-	-
Subtotal (**)	(932.278)		(55.162)	(68.952)	(82.744)
<b>Total</b>	<b>(729.735)</b>		<b>(41.997)</b>	<b>(52.496)</b>	<b>(62.996)</b>

(\*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2019 (6,50% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2018 e IPCA 3,75%. (\*\*) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$78.480.

**Gerenciamento de risco de liquidez:** O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

## 29. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

**a) Contexto:** A Companhia é patrocinadora de 4 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, dois na modalidade de benefício definido, sendo um plano saldaado, e dois de contribuição definida, estando apenas um plano aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Os planos de benefícios previdenciários mantidos pela Energisa PB eram administrados até agosto de 2018 pela FUNASA - Fundação Saepta de Seguridade Social, pessoa jurídica de direito privado, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 3.949, de 25/02/1987 do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar, incorporada naquela data, mediante Portaria Autorizativa PREVIC Nº 277 de 02/04/2018, pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24/10/2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar, Conforme CPC 33 RI (IAS 19), as empresas patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários mensuraram para este exercício, os valores dos compromissos previdenciários dos planos. Os saldos reconhecidos no resultado de 2018, que compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações, foram determinados pelo Método de Crédito Unitário Projetado. Já os saldos reconhecidos no balanço foram mensurados com base no valor presente dos desembolsos futuros menos o valor justo dos ativos do plano. **b) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões:** O plano de benefícios previdenciários (Funasa) mantido pela Companhia na modalidade de benefício definido, regularmente apresentava déficit atuarial. Na busca do equacionamento desse plano a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos planos: 1. Fechamento do Plano de Benefício Definido (PO) para novos participantes; 2. Criação do Plano Saldaado (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e 3. Criação do Plano de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para o plano (PS). Os participantes que optaram pela migração para o plano (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação do plano foi objeto de contrato de assunção pela patrocinadora Energisa PB com o respectivo fundo patrocinado - Funasa. Em função de sua característica, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadores, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora. Para equacionamento do déficit e das demais insuficiências de reservas matemáticas do Plano de Benefício Definido - PO e do Plano Saldaado Funasa - PS, a Energisa PB aumentou sua contribuição sobre a folha de pagamento dos empregados ativos e inativos, e em 31 de julho de 2015 firmou contrato de assunção de dívida no montante de R\$4.994. O valor da dívida foi parcelado em 173 parcelas de R\$29 (Tabela SAC com juros apurado e pagos mensalmente), caso os juros sejam inferiores a taxa atuarial, será utilizado a taxa atuarial para cálculo da parcela mensal a ser paga. O saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$3.843 (R\$4.192 em 2017), registrado em empréstimos e financiamentos. A Companhia, além de apresentar um plano de contribuição definida após a reestruturação apresentada acima, patrocina outro plano de contribuição definida - ENERGISA CD, único atualmente aberto para ingresso de novos participantes. **Plano de contribuição definida:** O plano (CD) Funasa, fechado para novas adesões, se caracteriza por ser conhecido os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores do plano. O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente tercirizados com seguradora. Em 31 de dezembro de 2018 o plano possuía 73 participantes ativos e nenhum assistido ou pensionista. Dessa forma, planos nessa modalidade, não estão sujeitos à avaliação atuarial no âmbito do CPC 33. A seguir, apresenta-se a característica dos planos de benefícios:

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição Anual		% s/ folha de pagamento		Déficit Atuarial (*)	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017
Energisa PB	PO	11.034	11.496	18,34%	17,72%	115.322	107.754
Energisa PB	PS	565	594	0,94%	0,92%	-	-
Energisa PB	CD	1.391	789	2,31%	1,22%	-	-
					<b>Total</b>	<b>115.322</b>	<b>107.754</b>
					Circulante	10.161	9.680
					Não circulante	105.161	98.074

(\*) Em 2018 e 2017 a Companhia reconheceu a totalidade do déficit em suas demonstrações financeiras, tendo sido contabilizado R\$3.843 (R\$4.192 em 2017) na rubrica de empréstimos e financiamentos e R\$115.322 (R\$107.754 em 2017) na rubrica benefícios pós emprego, sendo R\$10.161 (R\$9.680 em 2017) no circulante e R\$105.161 (R\$98.074 em 2017) no não circulante. As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuários externos, os quais emitem pareceres, sem apresentar comentários que representem qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração dos planos. A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, de acordo com as regras aprovadas pelo CPC 33. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	2018		2017	
	PS	PO	PS	PO
Valor presente das obrigações atuariais	(46.190)	(189.919)	(41.376)	(184.998)
Valor justo dos ativos do plano	46.415	74.597	44.759	77.244
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	225	(115.322)	3.383	(107.754)
Redução dos ativos dos planos	(225)	-	(3.383)	-
<b>Passivo líquido (*)</b>	<b>-</b>	<b>(115.322)</b>	<b>-</b>	<b>(107.754)</b>

Obs: a Patrocinadora realiza no Plano PO as contribuições extraordinárias no valor de 82,74% dos salários e benefícios do grupo inscrito no plano até 01/12/2000, cujo valor atual é de aproximadamente R\$95.000 (R\$96.000 em 2017), considerando as hipóteses da respectiva avaliação.

(\*) O valor referente ao Plano PO está deduzido da Parcela do Participante no valor de R\$6.933 (R\$6.933 em 2017).

Demonstração das despesas para o exercício de 2019, segundo critérios do CPC 33 (R1) (IAS 19):

	2019	
	PS	PO
Custo do serviço corrente	-	105
Custo dos juros	4.179	16.695
Rendimento esperado do ativo do plano	(4.200)	(6.640)
Custo serviço passado/Contribuições extraordinárias	-	10.594
Juros sobre o teto do ativo	21	-
<b>Total da despesa bruta a ser reconhecida</b>	<b>-</b>	<b>20.754</b>

Demonstração da movimentação do passivo atuarial líquido no exercício:

	2018		2017	
	PS	PO	PS	PO
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do exercício	(3.383)	107.754	(3.770)	86.479
Juros sobre o teto do ativo	(321)	-	-	-
Despesas correntes	-	20.317	(450)	19.866
Contribuições da Companhia	(781)	(10.637)	(706)	(9.974)
Outros resultados abrangentes	4.260	(2.112)	1.543	11.383
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido do final do exercício</b>	<b>(225)</b>	<b>115.322</b>	<b>(3.383)</b>	<b>107.754</b>

Os ativos dos planos são com segue:

	2018		2017	
	PS	PO	PS	PO
Ativos do plano:				
Títulos públicos	35.998	35.348	59.980	59.046
Depósitos em investimentos em renda fixa	10.290	9.250	4.129	7.200
Investimentos imobiliários	-	-	9.642	10.099
Empréstimos a participantes	127	161	846	892
<b>Total</b>	<b>46.415</b>	<b>44.759</b>	<b>74.597</b>	<b>77.244</b>

Em 2018 e 2017 a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	2018		2017	
	PS	PO	PS	PO
Valor justo dos ativos no início do exercício	44.759	77.244	39.674	73.451
Benefícios pagos	(1.154)	(16.417)	(984)	(15.988)
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	781	-	706	-
Rendimento efetivo dos ativos	4.200	7.048	4.704	8.514
Ganhos(perdas) atuariais dos ativos	(2.171)	6.722	659	11.267
<b>Valor justo dos ativos</b>	<b>46.415</b>	<b>74.597</b>	<b>44.759</b>	<b>77.244</b>

Em 2018 e 2017 a demonstração do valor presente das obrigações é apresentada como segue:

	2018		2017	
	PS	PO	PS	PO
Saldo no início do exercício	41.376	184.998	35.904	159.929
Benefícios pagos no caixa	(1.154)	(16.417)	(984)	(15.988)
Juros sobre obrigação atuarial	3.879	16.600	4.254	18.256
Custo do serviço corrente (com juros)	-	128	-	151
Perdas (Ganhos) nas obrigações atuariais	2.089	4.610	2.202	22.650
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>46.190</b>	<b>189.919</b>	<b>41.376</b>	<b>184.998</b>

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial em 2018 e 2017 (CPC 33):

	2018		2017	
	Plano PS	Plano PO	Plano PS	Plano PO
Taxa de desconto atuarial	4,96% a.a.	4,96% a.a.	5,28% a.a.	5,14% a.a.
Expectativa de inflação futura	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,16% a.a.	9,16% a.a.	9,49% a.a.	9,35% a.a.
Taxa de crescimento real de salários	N/A	7,43% a.a.	N/A	7,43% a.a.
Taxa de rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.

## Hipóteses Demográficas

	2018		2017	
	Plano PS	Plano PO	Plano PS	Plano PO
Tábua de Mortalidade Geral (1)	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015
Tábua de Mortalidade de Invalídios (1)	MI 85	MI 85	MI 85	MI 85
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT MÉDIA	LIGHT MÉDIA	LIGHT MÉDIA	LIGHT MÉDIA

(1) Tábuas específicas por sexo.

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa PB aos seus empregados:

	2018		2017	
	PS	PO	PS	PO
<b>Participantes Ativos</b>				
Número	162	22	171	26
Idade Média	53	53	53	52
Tempo de participação (anos)	30	30	29	29
Salário de Participação Médio	-	R\$2.927	R\$1.035	R\$3.458

## Participantes Assistidos

	2018		2017	
	PS	PO	PS	PO
Número	72	404	66	421
Idade Média	61	74	60	73
Benefício Médio Mensal	-	R\$2.395	R\$1.177	R\$2.299

## Pensionistas

	2018		2017	
	PS	PO	PS	PO
Número de Pensionistas	3	242	3	241
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$1.090	R\$1.122	R\$1.064	R\$1.097

**Uso de estimativas:** Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 RI (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. **c. Plano de saúde:** A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano de 6 meses até 5 anos no máximo desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No exercício de 2018 as despesas com o plano de saúde foram de R\$9.766 (R\$5.041 em 2017). Inclui R\$3.504 referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

	2018	
	PS	PO
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	-	(3.504)
Juros sobre obrigação atuarial	-	(589)
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	-	1.276
<b>Valor das obrigações calculadas no final do ano</b>	<b>-</b>	<b>(2.817)</b>
Circulante	-	(381)
Não circulante	-	(2.436)

Demonstração das despesas para o exercício de 2019, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	2019	
	PS	PO
Custo do serviço corrente (com juros)	-	


**114**  
ANOS

 Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.  
 CNPJ Nº 09.095.183/0001-40

para tratar os assuntos abaixo, fornecemos a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica:** As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e, para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras. Observa-se ainda, que o fluxo das transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia envolve grande volume de dados pulverizados, sendo substancialmente processados por meio de rotinas automatizadas. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Administração em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, mas cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o faturamento e reconhecimento de receita, a verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos, comparando as receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador, e o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria, além da análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia. Nossos exames incluíram, ainda, a realização de testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela Administração para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.2 e 22, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Provisões para riscos fiscais:** Conforme divulgado na nota explicativa 20, a Companhia é parte em diversos processos de natureza fiscais, trabalhistas e cíveis cujo valor agregado totaliza R\$ 724.011 mil em 31 de dezembro de 2018, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R\$ 370.827 mil se referem a ações de natureza tributária. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia para as causas tributárias, bem como na realização de reuniões periódicas com a Administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, assim como a leitura e avaliação das opiniões legais de especialistas externos quando aplicável. Também, obtivemos cartas de confirmação dos consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o andamento dos processos fiscais, trabalhistas e cíveis, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação da probabilidade de perda para fins de reconhecimento e dos julgamentos aplicados na mensuração do valor destas provisões adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço

Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2019.

 ERNST & YOUNG  
 Auditores Independentes S.S.CRC - ZSP 015.199/0-6

 Roberto Cesar Andrade dos Santos  
 Contador CRC - IRJ 093.771/0-9

**126**  
Anos

 Fazendo história  
 desde 1893

*O jornal A União está diariamente com o leitor que gosta de estar bem informado sobre as principais notícias da Paraíba, do Brasil e do Mundo. São matérias diárias sobre economia, esportes, cultura e entrevistas com a credibilidade de um jornal com 125 anos de história*


**Fale com A UNIÃO**

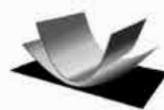
Peça o seu orçamento (83) 3218.6525

Reserve seu anúncio (83) 3218.6544

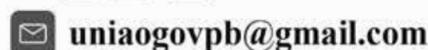
Faça a sua assinatura (83) 3218.6518

Sugestão de pauta? (83) 3218.6539

Diário Oficial (83) 3218.6533


**A UNIÃO**  
 Superintendência de Imprensa e Editora

[auniao.pb.gov.br](http://auniao.pb.gov.br)

[uniaogovpb](https://www.instagram.com/auniao)

[uniaogovpb@gmail.com](mailto:uniaogovpb@gmail.com)
**A UNIÃO**
**ASSINATURA**
**3218.6518**
**COMERCIAL**
**3218.6526**